



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS - CAHL
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

SIMONE PINHEIRO DOS SANTOS SILVA SOUTO

MULHERES MARISQUEIRAS: um olhar acerca dos desafios e perspectivas do
trabalho feminino em Santiago do Iguape, Cachoeira-BA.

CACHOEIRA-BA

2013

SIMONE PINHEIRO DOS SANTOS SILVA SOUTO

MULHERES MARISQUEIRAS: um olhar acerca dos desafios e perspectivas do trabalho feminino em Santiago do Iguape, Cachoeira-BA.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Colegiado do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof^ª Dra. Lúcia Maria Aquino de Queiroz

CACHOEIRA-BA

2013

SIMONE PINHEIRO DOS S. S. SOUTO

MULHERES MARISQUEIRAS:

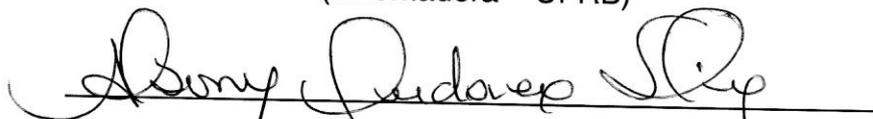
um olhar acerca dos desafios e perspectivas do trabalho feminino em Santiago do Iguape,
Cachoeira/BA.

Cachoeira – BA, aprovada em 21/10/2013.

BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Dr.^a Lúcia Maria Aquino de Queiroz
(Orientadora – UFRB)



Prof.^a Ms. Albany Mendonça Silva
(Membro Interno – UFRB)



Bel.^a Sida da Silva
(Membro Externo)

Dedico este trabalho aos meus filhos Matheus
Souto e Tarcísio Júnior.

AGRADECIMENTOS

Esta vitória era um projeto e hoje se torna realidade. Sou cotista e certamente se hoje realizo este sonho, é resultado da luta do movimento negro por políticas de ação afirmativa para inclusão de muitos brasileiros ao ensino superior, agradeço a todas estas pessoas que acreditaram que poderiam tornar realidade a igualdade entre todos os brasileiros para o acesso ao ensino superior.

Agradeço a Deus pela oportunidade em alcançar esta vitória, pela companhia silenciosa, mas imprescindível.

Pelo comprometimento e muita dedicação, agradeço a Professora Dra Lúcia Maria Aquino de Queiroz que de forma muito especial me conduziu para conclusão deste trabalho monográfico.

Agradeço ao Professor Dr. Osmundo Santos de Araújo Pinho pelas oportunidades em palestras, aulas, livros, artigos e por repassar o seu conhecimento de forma ética e comprometida com o crescimento intelectual dos discentes desta Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

A professora Dra Rosenária Ferraz de Souza, minha gratidão pela sua dedicação e padrões éticos nos trabalhos acadêmicos no grupo de pesquisa Natureza, Trabalho, Ontologia Social e Serviço Social-NATOSS, muito importante para minha formação acadêmica.

A professora Dra. Valéria dos Santos Noronha pela oportunidade de participar do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Violência, Gênero, Raça/Etnia Maria Quitéria, no Projeto ORUN AIYÊ, pela sua alegria e dedicação para com todos.

A professora Ms. Rosemeire Maria Antonieta Motta Guimarães pela colaboração nos importantes debates acerca das questões referente à política ambiental, que serviu de suporte para conclusão deste trabalho.

A minha supervisora acadêmica de estágio supervisionado Dra. Heleni Duarte Dantas de Ávila, ao professor Ms. Francisco Henrique da Costa Rozendo pela atenção, a professora Ms. Ilzamar Pereira e Ms. Silvia Arantes, Ms. Márcia Clemente, Ms. Simone Brandão, Ms. Jucileide Nascimento. A pesquisadora e mestranda Sida Silva e a professora Ms. Albany Mendonça Silva pelas contribuições pertinentes para finalização deste trabalho monográfico. Ao professor Ms. Willian Titto pelos momentos maravilhosos de aprendizado que

proporcionou a nossa turma com as aulas de psicologia, a professora Dra. Georgina Gonçalves dos Santos pela sua presença amiga num momento muito especial, minha gratidão.

Enfim a todos os docentes que contribuíram de forma muito especial para minha formação.

Aos meus amigos e amigas da “Turma Bala” que juntos construímos uma bela história, em especial Leila Machado, Luzinete Santos, Andreita Pedra, Juliana Araújo e Isabela Fagundes companheiras inseparáveis.

E a todas as mulheres marisqueiras de Santiago do Iguape que me concederam gentilmente o privilégio de entrevistá-las e dessa forma, conhecer um pouco da sua vida cotidiana.

“A mulher é uma flor que se estuda, como a flor do campo, pelas suas cores, pelas suas folhas e sobretudo pelo seu perfume”

(JOSÉ DE ALENCAR, 1977, p.5).

RESUMO

O Relatório acerca das análises dos dados constantes nos registros da categoria de pescadores no Brasil, segundo o Ministério da Pesca e Aquicultura, afirmou que havia em 2012, 99,16% do total de pescadores no Registro Geral da Atividade Pesqueira, inseridos na atividade de pescador artesanal. Neste contexto a mulher marisqueira de Santiago do Iguape está inserida na categoria pescadora artesanal, a sua realidade social e implicações na atividade são invisibilizadas pela não classificação da sua participação na atividade pesqueira, a categoria gênero se apresenta apenas como masculino e feminino. Dessa forma, considera-se relevante à realização desta pesquisa científica que objetiva conhecer a realidade social das mulheres marisqueiras em Santiago do Iguape, no município da Cachoeira-BA, abordando os desafios do trabalho feminino e as possibilidades de inserção destas no mercado de trabalho formal. Para tanto, realizou-se pesquisa de campo, com aplicação de entrevistas semiestruturadas às mulheres marisqueiras nesta comunidade. Foram analisados os aspectos que compõem o universo simbólico dessas mulheres e as implicações de raça e gênero que perpassam as atividades de mariscagem. Foram ainda analisadas as possibilidades de continuidade dessa atividade por mulheres mais jovens da comunidade de Santiago do Iguape.

Palavras-chave: Pescador artesanal. Mercado de Trabalho. Mulher Marisqueira. Santiago do Iguape.

ABSTRACT

The Report concerning the analysis of data contained in the records of the category of fishermen in Brazil, according to the Ministry of Fisheries and Aquaculture, stated that in 2012, there were 99.16% of fishermen in the General Register of Fishing Activity, inserted in the activity of artisanal fishermen. In this context, Santiago do Iguape's craftwork shellfish woman is included in the artisanal fishing category, her social reality and implications in the activity are invisibilized by the non-classification of her participation in fishing activity, the gender category is presented only as male and female. This way, it is considered relevant the accomplishment of a scientific research that aims to know the craftwork shellfish women's social reality in Santiago do Iguape, in the municipality of Cachoeira-BA, concerning female labor challenges as well as the possibility of women inclusion in the formal labor market. In order to reach such a point, a field research was made with the application of structured interviews with the mentioned community's female craftwork shellfish women. The aspects that comprise these women's symbolic universe and the implications of race and gender that go through craftwork shellfish activities were analyzed. Yet, it was investigated the possibility of continuing such an activity by Santiago do Iguape's younger women.

Keywords: Artisanal Fishermen. Labor Market. Shellfish Women. Santiago do Iguape.

LISTA DE SIGLAS

CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MNU	Movimento Negro Unificado
MPA	Ministério da Pesca e Aquicultura
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PEA	População Economicamente Ativa
PLASINE	Plano de Ação para o Sistema Nacional de Emprego
PnaD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PQB	Programa Brasil Quilombola
RGP	Registro Geral da Atividade Pesqueira
RTID	Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação
TOPA	Todos Pela Alfabetização
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 BREVE APRESENTAÇÃO DO HISTÓRICO DA CIDADE DA CACHOEIRA-BA	13
2.1 Localização	13
2.2 Breve Reconstrução do cenário histórico da Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto de Cachoeira desde o século XVI até o século XX.....	14
2.3.1 Santiago do Iguape e sua autodefinição como comunidade quilombola	19
3 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES TRADICIONAIS DE MARISCAGEM NO RECÔNCAVO	21
3.1 Mariscagem e pesca como meio de sobrevivência para homens e mulheres no século XIX	21
3.2 Breve contexto histórico do Recôncavo da Bahia nos fins do século XIX	23
4 AS TRANSFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS NO BRASIL E SEUS REBATIMENTOS NA CIDADE DA CACHOEIRA-BA	27
5 METODOLOGIA DA PESQUISA	36
5.1 Aspectos metodológicos	36
5.2 Coleta de dados	38
6 ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS NA PESQUISA DE CAMPO.....	40
6.1 A colônia e os pescadores artesanais	40
6.2 O universo simbólico das marisqueiras de Santiago do Iguape.....	43
6.3 Perfil das mulheres de Santiago do Iguape	45
6.4 As implicações de gênero na atividade de mariscagem.....	47
6.5 Raça.....	56
6.6 Expectativas para inserção no mercado de trabalho formal das marisqueiras.....	59

6.7 Transmissão do conhecimento da atividade tradicional de mariscagem	64
6.8 A mulher marisqueira e a práxis	66
6.9 A mulher marisqueira e sua integração na comunidade	70
6.10 O êxodo rural em Santiago do Iguape.....	72
6.11 A jovem mulher marisqueira e o mercado do consumo	80
6.12 Breves considerações acerca dos resultados dos dados coletados em pesquisa de campo.....	84
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	87
REFERÊNCIAS.....	91
APÊNDICE	97

INTRODUÇÃO

Este trabalho constitui estudo crítico acerca da realidade social das mulheres marisqueiras de Santiago do Iguape, distrito do município da Cachoeira-Ba, e se propõe a analisar a forma como a mulher marisqueira após séculos de preservação de suas tradições, ainda permanece sendo protagonista na transmissão de um trabalho em que a subjetividade de cada uma é acessível às outras, de modo que na realização da sua atividade de mariscar, a sua objetivação como mulher trabalhadora vem sendo materializada até os dias atuais.

A atividade de mariscagem é permeada de valores e crenças compondo a vida cotidiana dessa comunidade tradicional quilombola que tem suas relações sociais e modos de produção baseados na afinidade entre familiares e grupos sociais. Essa significou meio de subsistência para homens e mulheres que residiam no quilombo próximo aos manguezais da Bacia do Iguape nos fins do século XIX e início do século XX.

Homens e mulheres que ali permaneceram realizaram diversas tentativas de inserção no mercado de trabalho na metrópole de Salvador- BA, após o processo de abolição da escravatura, no entanto, foram iniciativas que resultaram em diversos desafios, pois a inserção no mercado de trabalho livre neste período não foi favorável para a população oriunda dos engenhos do Recôncavo. Este processo de exclusão e integração subordinada de homens e mulheres que viviam nos engenhos de cana-de-açúcar, no Recôncavo da Bahia, ao mercado de trabalho livre não ocorreu apenas na capital baiana, mas perdurou também durante muitos anos, dentre outras localidades, no município da Cachoeira-Ba.

A comunidade de Santiago do Iguape torna-se importante para o estudo aqui proposto, pois seus moradores se autodefinem quilombolas, e realizam até os dias atuais, atividades tradicionais que permitem a sobrevivência dos indivíduos que ali residem.

Neste contexto se considerou relevante analisar as perspectivas e possibilidades da mulher marisqueira se inserir na atualidade no mercado de trabalho formal, seja em trabalho que envolva atividades de mariscagem ou em outras atividades que estas mulheres almejam dentro da sua comunidade.

Através de pesquisa de campo foram analisadas as implicações de gênero e raça que permeiam as relações sociais e de produção neste trabalho de mariscagem, bem como os aspectos que favorecem a continuidade desta atividade tradicional entre mulheres mais jovens. Considerou-se ainda relevante identificar, nas análises dos dados coletados, as

categorias e indicadores que permitem perceber a participação predominante das mulheres nesta atividade e o grau de importância desta participação para a continuidade e preservação da atividade de mariscar.

A atividade de mariscagem é estruturada por determinações que envolvem uma ação orientada teleologicamente e transmitida através da sociabilidade e linguagem articulada. Nesta, a mulher marisqueira transforma a natureza e por ela é transformada, o processo de humanização se desenvolve a proporcionar cada vez mais diversas objetivações, produzindo no meio em que ela está inserida a sua subjetividade, singularidade, identidade.

Analisar a comunidade de Santiago do Iguape na atualidade é perceber uma comunidade composta por “sujeitos de direito”¹ que reivindicam seu posicionamento como comunidade quilombola requerendo nesta autodefinição uma categoria política para inserção em políticas públicas que ampliem o seu direito de plena cidadania.

As mulheres marisqueiras de Santiago do Iguape se autodefinem mulheres negras, o que propõe um estudo mais específico sobre as particularidades das categorias de gênero e raça que perpassam a inserção destas mulheres no mercado de trabalho formal na atividade de mariscagem ou em outra atividade que estas mulheres almejem dentro da sua comunidade.

Neste trabalho também, de forma breve, foram expostas algumas demandas das mulheres marisqueiras mais jovens, que segundo resultado em pesquisa sobre atividades pesqueiras no Brasil, o número de jovens na categoria de pescadores tem diminuído consideravelmente. O que pode representar o êxodo rural de jovens saindo das comunidades quilombolas de origem, para inserção no mercado de trabalho formal em atividades estranhas à sua subjetividade, de forma subalternizada, precarizada ou no setor informal sem garantia dos direitos trabalhistas.

Dessa forma, consideramos relevante a análise acerca dos indicativos da participação e dos significados da participação da mulher nas atividades pesqueiras na região do Recôncavo, na Bacia do Iguape, precisamente na comunidade quilombola de Santiago do Iguape.

¹Ver Muller (2006)

2 BREVE APRESENTAÇÃO DO HISTÓRICO DA CIDADE DA CACHOEIRA-BA

2.1 Localização

O Recôncavo da Bahia² é uma região que cerca a Baía de Todos os Santos. Cachoeira é um dos municípios que pertence à composição geográfica do Recôncavo.

O município da Cachoeira é banhado pelo Rio Paraguaçu, este é um dos rios mais importante da Baía de Todos os Santos, este rio tem as suas nascentes na vizinhança da Serra da Chapada, limite da vila central de contas; recebe uma multidão de tributários pouco consideráveis, e forma uma grande cascata quando é obrigado a transpor uma parte da Serra de Sincurá; recebe o Uma, cujas águas são abundantes, forma uma segunda cascata e, depois de ter passado pelas cidades de Cachoeira e Maragogipe, entra sossegadamente na baía, junto do meio da costa ocidental (DENIS, 1980 apud ARAÚJO, 2011).

O município da Cachoeira apresenta clima úmido a subúmido e seco a subúmido, com taxa de umidade alta no ar, a temperatura mínima situa-se em torno de 21,9 °c e a máxima de 31°c e a média anual 25,4° c. Possui dois distritos, Belém e Santiago do Iguape, além dos povoados de São Francisco do Paraguaçu, Capoeiruçu, Boa Vista, Tupim, Saco, Pinguela, Murutuba, Alecrim, Bela Vista, Caonge, Calolé, Opalma, Terra Vermelha, Padre Inácio, Tibiri, Tabuleiro da Vitória.

O município da Cachoeira-BA limita-se ao Norte com o município de Conceição da Feira, ao Sul com Maragogipe, ao Leste com município de Santo Amaro e ao Oeste com o município de São Felix. Possui altitude em média de 1000 metros acima do nível do mar e à distância de 24 km do Arraial de Sincorá, próximo à cidade de Barra da Estiva. A sede

² Segundo Araújo (2011), a chegada do Governador Tomé de Souza em 29 de março de 1549 marcou o início da construção da cidade de São Salvador na Bahia. Tomé de Souza possuía também a tarefa de conquistar a Baía de Todos os Santos, ou seja, as terras do Recôncavo da Baía. Processo que desencadeou guerra contra as tribos indígenas Tupinambás existentes na região, expulsando-os da sua terra ou escravizando-os para os serviços dos engenhos de açúcar que iam sendo construídos.

Segundo Azevedo (2011), O Recôncavo desde o século XVII é definido como faixa de terra formada por mangues, baixios e tabuleiros que contornam a Baía de Todos os Santos. Sendo a última definição de Recôncavo dada em 2007 com o Plano Plurianual 2008-2011 do governo do Estado da Bahia, que identificou 26 territórios de identidade. O Recôncavo é Território de Identidade nº. 21 e os municípios que compõem são: São Sebastião do Passé, S. Francisco do Conde, Santo Amaro, Saubara, Cachoeira, S. Félix, Governador Mangabeira, Muritiba, Cabaceiras do Paraguaçu, Cruz das Almas, Maragogipe, Sapeaçu, Castro Alves, Conceição do Almeida, S. Felipe, D. Macedo Costa, Nazaré e Santo Antônio de Jesus.

municipal fica localizada à margem esquerda do rio Paraguaçu, que nasce na Chapada Diamantina, nos brejos da “Farinha Molhada” situados na vertente ocidental do Morro do Ouro, na serra do Cocal (SANTOS, 1999 apud QUEIROZ; SOUZA, 2009).

2.2 Breve Reconstrução do cenário histórico da Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto de Cachoeira desde o século XVI até o século XX

Segundo Queiroz e Souza (2009), a história econômica de Cachoeira-BA perpassa a economia açucareira que desempenhou papel relevante para a população situada próxima ao rio Paraguaçu. Os primeiros núcleos de habitação dos colonizadores no Recôncavo ocupavam o entorno da Capela de Nossa Senhora do Rosário, hoje conhecida como Nossa Senhora da Ajuda. Este núcleo posteriormente se chamaria Porto de Cachoeira devido ao posicionamento estratégico da Capela, que permitia acesso via fluvial ao sertão e a minas preciosas, e, em seguida viria a chamar-se Vila Nossa Senhora do Rosário do Porto de Cachoeira. Quando na formação da Vila de Cachoeira havia um fidalgo português chamado Paulo Dias Adorno, genro de Diogo Alvares Correia (Caramuru) que chegou a Baía de Todos os Santos em 1532 recebeu terras de D. Álvaro da Costa, que era filho do 2º governador Geral do Brasil, D. Duarte da Costa.

Ainda segundo Queiroz e Souza (2009), outros fidalgos chegariam para se instalarem na região do Iguape, juntos com os primeiros jesuítas que vieram tomar posse das sesmarias doadas por D. Álvaro da Costa, isto representava a posterior formação da cidade da Cachoeira. O solo de massapê era muito propício para cultura da cana-de-açúcar o que favoreceu a vinda de vários colonos para construir engenhos, casas e fazendas. Em 1649, a ordem Franciscana se instala na povoação e posteriormente será denominada São Francisco do Paraguaçu, e instala no Iguape o Convento Santo Antonio do Paraguaçu, este é o segundo convento instalado no Brasil, após o Iguaraçu em Pernambuco. Em 1686 é construído o seminário de Belém, hoje distrito de Cachoeira, neste local também foi edificada a igreja Nossa Senhora de Belém. O povoado de São Tiago do Iguape foi ocupado pela nobreza da Colônia no período em que o movimento comercial era intenso na Vila de Cachoeira.

A Vila Nossa Senhora do Rosário do Porto de Cachoeira, foi criada por ordenação do 32º Governador, o Capitão Geral do Brasil D. João de Lancastro, em 29 de janeiro de 1698.

A área geográfica que pertencia ao território de Cachoeira ao fim do século XVIII , segundo Queiroz e Souza (2009), compreendia: Acajutiba, Altamira, Amélia Rodrigues, Antonio Cardoso, Cabaceira do Paraguaçu, Cardeal da Silva, Conceição do Almeida, Conceição do Jacuípe, Conceição da Feira, Conde, Crisópolis, Cruz das Almas, D. Macedo Costa, Entre Rios, Esplanada, Feira de Santana, Governador Mangabeira, Ipirá, Jandaíra, Maragogipe, Maria Quitéria, Muritiba, Ouriçangas, Palame, Riacho da Guia, Santa Barbára, Santo Estevão, São Felipe, São Felix, Sapeaçu, São Gonçalo dos Campos, Tanquinho e Umburana.

Em 1769, a vila de Nossa Senhora torna-se o principal centro de manufatura de exportação da Bahia proveniente da introdução da cultura do fumo, por influências do Governador da Bahia D. José da Cunha Athaide e Melo. No século XVIII e XIX, Cachoeira vivia a prosperidade, era o eixo principal para toda produção agrícola do interior da Bahia, o fumo, o algodão, a cana-de-açúcar e cereais eram suas principais lavouras, sendo o fumo produção predominante. No século XIX Cachoeira assume uma posição de destaque no âmbito político do país devido a sua forte participação no processo de independência do Brasil, em 1837 diversos apelos foram feitos a Francisco Souza Paraíso, presidente da Província da Bahia para que a Vila obtivesse à categoria de cidade o que ocorre com a sanção da Lei Nº 43, de 13 de março de 1837, elevando a Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto de Cachoeira e de Nossa Senhora da Purificação de Santo Amaro à categoria de cidade com a denominação de Histórica Cidade da Cachoeira e Leal Cidade de Santo Amaro. Em 1971 Cachoeira foi elevada à categoria de Cidade Monumento Nacional. (MELLO 2001 apud QUEIROZ; SOUZA, 2009).

2.3 Santiago do Iguape: Comunidade Quilombola

Em 30 de junho de 1956, o Município da Cachoeira-Ba era composto por três distritos: Cachoeira, Belém da Cachoeira e Santiago do Iguape. Pelo decreto estadual nº 11089, de 30 de novembro 1938, o distrito de São Tiago do Iguape tomou o nome simplesmente de Iguape. No período de 1939-1943, o município é constituído de três distritos: Cachoeira, Belém, e Iguape (ex-São Tiago do Iguape). Pela lei estadual nº 141, de 31 de dezembro de 1943, confirmado pelo decreto estadual nº 12978, de 01 de junho 1944, o distrito de Belém passou a

denominar-se Belém da Cachoeira e o distrito de Iguape a chamar-se Santiago do Iguape. (BRASIL; IBGE, 2013).

Santiago do Iguape é uma comunidade Remanescente de Quilombo, localiza-se a 40 km do município da Cachoeira, no Recôncavo da Bahia e a 110 km da cidade de Salvador. A comunidade está situada às margens da Bacia do Iguape, dividida por diversos núcleos familiares que se interligam por laços de parentesco e afinidade. Na Bacia do Iguape, na área correspondente ao município da Cachoeira-BA, há 13 comunidades remanescentes de quilombos todas com carta de reconhecimento, sendo: Dendê, Caonge, Calembá, Engenho da Ponte, Engenho da Praia, Tombo, Calolé, Embiara, Engenho da Vitória, Engenho Novo, São Francisco do Paraguaçu, Caimbongo Velho e Santiago do Iguape. (CRUZ, 2010).

Ainda nos dias atuais existem ruínas dos casarões, ruínas dos engenhos, igrejas do período colonial, ruínas da indústria de dendê.

Sendo uma região composta de planícies, tabuleiros e manguezais, o cenário é repleto de recursos naturais. Nesta comunidade, nos dias atuais, há predominância das atividades de pesca e mariscagem.

O meio ambiente natural favorece a realização de atividades econômicas tradicionais e estreitos laços de afinidade entre moradores dessa região. Em Santiago do Iguape temos, na atualidade, o privilégio de presenciarmos algumas dessas atividades tradicionais ligadas diretamente ao meio ambiente, com atividades realizadas com efetiva afinidade entre moradores em trabalho coordenado por legitimações estabelecidas com tradições culturais.

No entanto, as áreas do Recôncavo sofrem com os impactos do avanço do capitalismo. Como afirma Brandão (1998, p.48) “em várias áreas do Recôncavo, por sua vez, começaram a ser registrados problemas de poluição hídrica”. Segundo a autora isto também viria a acarretar sérios problemas para inserção dos moradores do Recôncavo em atividades produtivas. Favorecendo dessa forma ao “racismo ambiental³”, Rocha e Santana Filho (2008) afirmam, que o racismo ambiental também se refere às políticas, práticas ou diretivas com efeitos diferenciados ou que provocam desvantagens para comunidades “negras” e latinas, caracterizados como algo institucionalizado (BULLARD 1994 apud ROCHA; SANTANA FILHO, 2008).

Segundo Rocha e Santana Filho (2008, p.35), o racismo ambiental elimina fontes de riqueza de comunidades tradicionais, e “[...] aprofunda a estratificação de pessoas (por raça,

³ Segundo Pacheco (2008) racismo ambiental consiste em injustiças sociais e ambientais que prevalece sobre etnias e populações mais vulneráveis

etnia, status social e poder) e de lugar, (nas cidades, bairros periféricos, áreas rurais, reservas indígenas, terreiros de candomblé, comunidades quilombolas, marisqueiras e pescadores)”.⁴

Elimina identidades de indivíduos que se transformam com o seu trabalho, junto com a natureza. Esse meio ambiente natural, o manguezal, se torna meio de subsistência, se estrutura como instrumento e fim para realização do trabalho para milhares de indivíduos, este deve ser preservado e concedida condições para que as mulheres marisqueiras permaneçam e dê continuidade as suas tradições, o que se torna em desafio para a sociedade em geral.

Preservar o manguezal pertencente à Bacia do Iguape⁴ representa preservar o ambiente de trabalho de milhares de pessoas que sobrevivem da pesca e da mariscagem para o sustento de famílias que vivem as margens desta Bacia.

A aproximação com a mulher marisqueira de Santiago do Iguape representa também aproximação com seu contexto de vida cotidiana, pois a mulher inserida neste espaço sofre os rebatimentos de ações ou omissões que afetam os manguezais da bacia do Iguape.

As marisqueiras de Santiago do Iguape relataram haver diminuição dos mariscos e pescados na bacia do Iguape e ocorrerem processos alérgicos após jornada de trabalho entre pescadores e marisqueiras. Dessa forma, considera-se relevante, de forma breve, realizar estas observações acerca dos aspectos ambientais, neste trabalho acadêmico, no que concerne ao espaço físico de trabalho das mulheres marisqueiras.

O contexto histórico das elites brasileiras em investimento maior na agricultura e pecuária, desde os séculos passados, deixou rastros de abandono para as maiores riquezas do país que são produzidas nos rios, mares e manguezais brasileiros.

As atividades pesqueiras na categoria artesanal ficaram de forma predominante para os remanescentes de quilombos, moradores das zonas rurais e de reservas indígenas. Como este trabalho artesanal requer conhecimentos específicos e dependência total da presença humana foi colocada durante vários séculos à margem dos investimentos da economia brasileira.

Desse modo, o racismo ambiental configura-se como opressão e dominação de atividades diversas, totalmente diferentes, das realizadas em comunidades tradicionais, que tentam reduzir as atividades tradicionais como a pesca e mariscagem. Não apenas racismo

⁴ A Baía de Todos os Santos, com superfície de 1.233 km², é o segundo maior acidente geográfico deste tipo no Brasil, com dimensão inferior à Baía de São Marcos, no Maranhão. Fazem ainda parte desse sistema duas outras baías de menores dimensões, respectivamente as de *Iguape* e *Aratu*, 56 ilhas, sendo a de Itaparica a maior ilha marítima do Brasil, estuários de rios, manguezais, restingas e matas que compõem seus ecossistemas e formam sua paisagem natural (CAROSO; TAVARES; PEREIRA, 2011, p.14).

ambiental, mas o racismo contra indivíduos que encontram nessas atividades meios para sobrevivência.

Portanto, considera-se necessária a proteção das atividades do manguezal porque nestas os habitantes das comunidades tradicionais realizam suas atividades de forma comprometida com a conservação do meio ambiente natural e realizam a formação da sua subjetividade humana.

Segundo Rocha e Santana Filho (2008), o conceito de justiça ambiental constitui uma análise ética para eliminação das condições e decisões sem equidade, em que almeja incorporar o direito de indivíduos e comunidades a serem protegidos da degradação ambiental, da poluição hídrica, numa defesa dos direitos humanos.

Segundo Motta Guimarães (2010, p.87-88):

Na ótica social, preconiza-se que tanto os agentes governamentais como também atores sociais devem ter claro o compromisso e o engajamento necessários na defesa do meio ambiente para que metas econômicas não subjuguem- como ocorre até o presente momento- as condições humanas e as do planeta, mas as incorpore como relevantes, ou mais além, as perceba como incontestes pressuposto de desenvolvimento sustentável.

A continuidade de atividades historicamente preservadas que dependem exclusivamente da interferência humana é constantemente ameaçada pelo racismo ambiental, que provoca danos às comunidades tradicionais, este racismo ambiental favorece escassez de recursos naturais e propensão ao êxodo rural e ao pauperismo. O êxodo rural tende a se ampliar caso não ocorra investimentos em atividades locais.

As atividades em comunidades tradicionais são exercidas de modo peculiar e devem ser garantidas sua manutenção, reconhecimento e as participações dos povos destas comunidades efetivas no que se refere à manutenção da sua cultura, autonomia e desenvolvimento de potencialidades políticas, devendo o poder público zelar pelo fomento e fortalecimento dessas atividades. Dessa forma, torna-se importante utilizar todas as ações imprescindíveis para que as pessoas pertencentes à comunidade de Santiago do Iguape encontrem suporte para exercer suas atividades de pesca e mariscagem dando continuidade as suas tradições, com desenvolvimento sustentável no seu local de trabalho.

2.3.1 Santiago do Iguape e sua autodefinição como comunidade quilombola

Santiago do Iguape é uma comunidade que se autodenomina quilombola por possuir identidade cultural própria. Esta autoatribuição é proveniente de uma reflexão da realidade social e política de seus antepassados, que nestes locais realizaram luta por resistência preservando costumes e culturas. Na atualidade, o termo quilombola se refere ao reconhecimento de direitos garantidos pela Constituição Federal de 1988. Segundo Arruti (2008, p.338), “o conceito contemporâneo de quilombo efetivamente deu tradução legal a uma demanda coletiva pela pluralização dos direitos, sustentado na observação da diversidade histórica, étnica e cultural da população [...]”.

O Decreto 4887/2003 Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Este Decreto estabelece que para caracterizar uma comunidade como quilombola, os indivíduos desta comunidade devem assim se autodefinir .

A Instrução Normativa nº 57 de 20 de outubro de 2009, afirma que comunidade quilombola é composta por grupos étnico-raciais, que segundo critérios de autodefinição, com processo histórico próprio é dotada de relações territoriais específicas, e com vinculações à ancestralidade negra que resistiu à opressão histórica. Ao Ministério do Desenvolvimento Agrário compete através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA, a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e o registro imobiliário das terras ocupadas pelos remanescentes de comunidades quilombolas, sendo a caracterização destas atestadas mediante autodefinição. A certificação da comunidade dos quilombos é concedida pela Fundação Cultural Palmares.

Segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária- INCRA: A partir do Decreto 4883/03 ficou transferida do Ministério da Cultura para o INCRA a competência para a delimitação das terras dos remanescentes das comunidades dos quilombos, bem como a determinação de suas demarcações e titulações. Em 2004, o Governo Federal lançou o Programa Brasil Quilombola (PBQ) como uma política de Estado para as áreas remanescentes de quilombos. O PBQ abrange um conjunto de ações inseridas nos diversos órgãos governamentais, com suas respectivas previsões de recursos, bem como as responsabilidades de cada órgão e prazos de execução.

Segundo Cruz (2010) o Senhor Ananias Nery Viana, morador da comunidade do Caonge, na intenção de formar um Conselho Quilombola do Vale do Iguape, utilizou atividades culturais como estratégia para unificar as diversas comunidades existentes no Iguape. Através do Centro de Cultura do Vale do Iguape – CECVE foi implantado diversos projetos, inclusive de Dança Afro agregando a comunidade do Caonge e de Santiago do Iguape. Através dessa organização foram requisitadas as certidões quilombolas de cinco comunidades: Comunidade do Dendê, Engenho da Ponte, Caonge, Calembá e Engenho da Praia. A autora cita que após serem certificadas pela Fundação Palmares formou-se o Conselho Quilombola do Vale do Iguape que buscou agregar todas as comunidades remanescentes de quilombo da Bacia do Iguape.

Conforme autora, as reuniões ocorriam no centro comunitário situado na Avenida Gonçalves em Santiago do Iguape e em 2006 foi escolhido o primeiro presidente da Associação, o Senhor Evaldino Francisco dos Santos. Após diversas reuniões foi enviado ofício a Fundação Cultural Palmares solicitando reconhecimento da comunidade como remanescente de quilombo.

Dentre os Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação-RTID indicados no mês de julho de 2013 da Bahia, a comunidade de Santiago do Iguape faz parte da fase inicial da RTIDs, resultantes das licitações realizadas pelo INCRA desde 2011 (BRASIL; INCRA, 2013).

3 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES TRADICIONAIS DE MARISCAGEM NO RECÔNCAVO

3.1 Mariscagem e pesca como meio de sobrevivência para homens e mulheres no século XIX

As relações sociais formadas no município da Cachoeira-BA desde o período colonial estruturou uma sociedade com costumes e tradições dos povos que aqui habitaram deixando um legado de tradições culturais para o povo que atualmente reside nesta região.

Durante o período colonial houve um “processo civilizador” que ordenou hábitos de senhores e escravos que habitavam o Recôncavo, nos engenhos mais importantes do Brasil.

Segundo Fraga Filho (2006), os maiores engenhos baianos localizavam-se na faixa de terras úmidas que contornavam a Baía de Todos os Santos, região conhecida como Recôncavo. No século XIX, essa região do Recôncavo era a economicamente mais importante da província e concentrava o maior número de escravos.

Os engenhos localizados no Recôncavo no fim do século XIX e início do século XX possuíam diversidade em recursos naturais, sobretudo matas e mangues, de onde os cativos podiam repartir os gêneros de subsistência.

Nos engenhos próximos ao mar, alguns escravos exerciam a profissão de mariscador, muitos deles após a abolição em 1888 permaneceram ligados a essas atividades, como alimento para sobrevivência e para vender os excedentes em feiras livres. Fraga Filho (2006) cita, em 1917 o professor Pedro Celestino da Silva observou que a maioria das pessoas que habitavam a região da Bacia do Iguape vivia da pesca e da coleta de mariscos nos mangues que contornavam o povoado.

Após a abolição da escravatura em 1888 a população de ex-escravos tinha sob a sua responsabilidade tentar de todas as formas se inserirem na sociedade. Esta os excluía de todos os direitos inerentes ao cidadão, além das dificuldades de inserção no mercado de trabalho em concorrência com os imigrantes, tinham que superar os estigmas que lhes eram impostos decorrentes de sua situação subalternizada, não mais como escravos, mas como ex-escravos e excluídos dos processos de produção vigente no país.

Segundo o autor, os ex-escravos no Recôncavo da Bahia pretendiam possuir terras para plantar para própria subsistência e vender o excedente na cidade.

Dessa forma, podemos compreender as constituições das comunidades que exerciam atividades de forma coletiva com fundamento na ajuda mútua para garantia de sobrevivência de todos.

Como ser social, os ex-escravos, nos fins do século XIX estabeleceram ações, através do seu trabalho livre, a alcançar uma finalidade, sobreviver numa sociedade que vivia o alvoroço da não aceitação da libertação de homens e mulheres que até então eram subordinados aos autoritarismos e tratos desumanos dos senhores de engenho e conseqüentemente sofriam constantes repressões policiais.

Os ex-escravos anteciparam uma meta, a liberdade, concretizaram projetos, se estabeleceram como comunidade e conseguiram com êxito preservar sua história, sua cultura, seu trabalho de mariscagem e pesca como meio de sobrevivência. Atividades tradicionais como meio de subsistência que prevaleceram historicamente até os dias atuais.

Desse modo, nos manguezais no Recôncavo da Bahia foram elaboradas atividades que forneciam alimentos para homens e mulheres excluídos do mercado de trabalho, dele retiravam o alimento para si e sua família e o excedente vendiam afim de adquirir meios de possuir outros materiais para sua sobrevivência.

Segundo Fraga Filho, o fim da escravidão não representou apenas a expectativa de modificação e ampliação das condições de subsistência do trabalho, implicava também a forma como os ex-escravos desejavam ser tratados pela sociedade cotidianamente. Fraga Filho (2006, p.254) afirma, “Na vida real, a questão era mais complicada, pois, os ex- cativos eram obrigados a enfrentar o racismo difuso nas práticas cotidianas”. O autor ainda afirma, o cotidiano do negro egresso do cativeiro foi marcado pelo esforço permanente para distanciar-se dos estigmas.

Dessa forma, podemos compreender as estruturas das relações sociais e de produção no período pós-abolição no Recôncavo da Bahia, precisamente no município da Cachoeira nos fins do século XIX, em que ex-escravos tiveram muitas dificuldades para inserção no mercado de trabalho livre. Compreendendo, portanto, como a população brasileira foi historicamente marcada pela expropriação, e submetida a obedecer a modelos europeus no âmbito social, político e econômico para garantir laços econômicos com as organizações e interesses estrangeiros.

3.2 Breve contexto histórico do Recôncavo da Bahia nos fins do século XIX

A população negra, segundo Fraga Filho (2006), no Recôncavo nos fins do século XIX sofreu os rebatimentos do etnocentrismo europeu, para exemplificar, o autor relata que ex senhores de engenho ficaram chocados com as ações dos libertos em 1888, estes senhores de engenho consideravam que os libertos denotavam a ideia da liberdade recém-concedida mesclada “perigosamente” com ideia de igualdade. Diante da notícia do 13 de maio de 1888 o barão de Vila Viçosa em Santo Amaro afirmava que a alegria dos libertos não passava de atos impensados, resultantes do desejo irrefletido de desfrutar da ociosidade, vadiagem e embriaguez. Fraga Filho salienta, este barão de Vila Viçosa partia da noção de que os libertos não estavam preparados para a liberdade e tampouco, eram capazes de engendrar ações reflexivas.

Neste contexto histórico do Recôncavo podemos afirmar, segundo o autor supracitado, que os ex senhores de engenho estavam convictos de que os libertos não estavam preparados para liberdade, e os ex-escravos tiveram que enfrentar muitas dificuldades diante da sociedade do Recôncavo, que naquela época almejava ver ainda nos ex-escravos a condição de indivíduos subordinados, mas os ex-escravos estavam empenhados em afastar de si as marcas que os vinculavam a escravidão. O termo “raça” neste período aparecia como definidor da condição do liberto.

Com a Lei Áurea de 1888, as elites baianas, afirma Fraga Filho, recorreram ao conceito raça como critério classificatório dos novos cidadãos, apesar da condição de civil atribuída a eles, as elites os consideravam desiguais apoiados na classificação racial.

O conceito de raça, segundo o autor, almejava neste contexto manter a ordem hierárquica e justificar políticas discriminatórias de controle sobre toda população oriunda da escravidão e afro-descendentes, o autor enfatiza que nestes conflitos as novas políticas de exclusão racial começam a se delinear na Bahia.

Segundo Hofbauer (2006), a ideia de “raça” no passado se desenvolveu na Europa para explicar o problema da liberdade, liberdade do homem negro, na tentativa de justificar a persistência das divisões sociais. Este sendo livre, após o processo da abolição trazia sobre si ainda a exclusão, esta conferida a seus aspectos físicos, a questão racial vinculava-se ao corpo, justificada por padrões de cor e medidas que ultrapassava fatores históricos e acarretavam aspectos moralizantes e patológicos.

Fraga Filho (2006) realizou uma pesquisa documental dos cativos registrados em inventários de senhores falecidos entre 1870 e 1887. Em (10) dez engenhos totalizavam 798 pessoas, desse total, segundo o autor, 446 eram homens e 352 mulheres. A população do Iguape, o maior distrito açucareiro de Cachoeira, no século XIX, sofreu considerável diminuição de seu contingente populacional. A crise açucareira reduziu o número populacional, o que representou para as duas primeiras décadas do século XX esvaziamento da população do Iguape. Esse fato configurou o êxodo rural, com migração desta população da província para a cidade de Salvador a procura de inserção no mercado de trabalho livre. Salvador foi o local que mais recebeu ex-escravos do Recôncavo. No entanto, os homens e mulheres que abandonavam o engenho tanto na cidade de Salvador como no Recôncavo, após a abolição, encontraram controle das profissões, tradicionalmente exercidas por pessoas negras, por parte dos poderes públicos.

No Arquivo Público da Bahia, Fraga Filho encontrou registros do século XIX acerca das matrículas das criadas domésticas, isso significou que o contingente populacional oriundo dos engenhos da zona rural do Recôncavo tentou inserir-se no mercado de trabalho em outras localidades, e para compreendermos melhor este contexto o autor analisou a procedência das criadas domésticas para inserção no trabalho urbano em Salvador.

Segundo Fraga Filho (2006), neste período foram matriculados 791 criados e criadas domésticas, sendo: 566 mulheres e 225 homens, as mulheres representaram 71,5% dos profissionais deste setor. Porém apenas 781 tinham profissões declaradas. Do total de criadas domésticas, 205, que representavam 25,9%, eram oriundas das freguesias rurais e urbanas do Recôncavo das cidades de Santo Amaro, Cachoeira, São Francisco do Conde e São Sebastião do Passé. No livro de matrículas de criadas domésticas houve predomínio de pessoas de cor negra para o serviço doméstico representando 93,8%, criadas e criados brancos eram raros. Segundo o autor se retirássemos dos classificados os que se consideravam, quase branco esse número reduziria consideravelmente, aumentando expressivamente a posição da mulher negra para este serviço. Reconhecendo que essas mulheres não possuíam direitos trabalhistas, as desigualdades sociais formavam uma estrutura diferenciada historicamente entre mulheres negras e mulheres brancas.

Para os trabalhos externos a exclusividade prevalecia para os homens, eram tarefas exclusivas da mulher cuidar das crianças e dos vestuários. Neste contexto podemos perceber as implicações de gênero na divisão das atividades, atribuindo ao homem prevalência de

atividades externas ao domicílio, enquanto para as mulheres prevaleciam atividades que pudessem conciliar o cuidado da casa e dos filhos.

O êxodo rural imposto pela exclusão social proveniente do pós-abolição, favoreceu saídas de mulheres das zonas rurais do Recôncavo a se inserir na cidade de Salvador –BA, com faltas de alternativas no mercado de trabalho para sobrevivência, estas mulheres foram submetidas a uma integração na sociedade baiana para o mercado de trabalho com referencial subalternizador.

Existiram mulheres que vieram dos engenhos do Recôncavo e tentaram atuar no pequeno comércio ambulante como ganhadeiras nas regiões urbanas. Fraga Filho (2006) enfatiza, elas tiveram dificuldades para encontrar algum espaço no competitivo universo de ganhadeiras, pois tanto na zona urbana como rural estas mulheres que emergiram da escravidão tiveram muitas dificuldades para se inserirem na vida pública.

Segundo Hanchard (1996), nos fins dos séculos XIX e início do século XX, as políticas formuladas no Brasil desqualificavam os recém-libertos para concorrência no mercado capitalista emergente, alegavam que os ex-escravos eram obstinados e exigiam condições de trabalhos específicas, mas na verdade preferiam os imigrantes. Na Bahia, as leis impostas impediam o direito de ir e vir, sendo assiduamente monitorados. O autor enfatiza, que na transição do trabalho escravo para o assalariado, aliada a ideologia do branqueamento que estruturava a miscigenação como instrumento a eliminar os descendentes africanos e os afro-brasileiros, os tornavam mais marginalizados quanto a possibilidade de melhor inserção no mercado de trabalho. Dessa forma, segundo o autor, a modernização instaurada no Brasil neste período não incluía os afro-brasileiros para exercerem sua plena cidadania, mas os afro-brasileiros, para a elite dominante representavam a antítese de uma nação moderna.

Neste contexto histórico as mulheres que saíram dos antigos engenhos do Recôncavo para a cidade do Salvador, após abolição, foram excluídas do processo de inserção para espaços do mercado de trabalho livre. Sendo que muitas das mulheres de Santiago do Iguape optaram em permanecer em sua comunidade com a atividade de mariscagem, pesca, agricultura e pecuária como meio de sobrevivência.

A sua permanência na sua comunidade tradicional pós 1888 consistiu em não se submeter aos ditames de inserção em um trabalho fora da sua comunidade. O mercado de trabalho para os ex escravos possuía critérios ainda escravocrata, não mais de forma escancarada, mas com novas manobras que a elite brasileira utilizava para excluir a população negra das melhores ocupações profissionais, ou submetê-la de forma

subalternizadora, com salários extremamente baixos, em condições de vulnerabilidade social dentre outros aspectos excludentes.

Destarte, permanecer em sua comunidade representou a efetividade da liberdade, e foi o meio ambiente natural dos rios e manguezais que lhes proporcionou autonomia para sobreviver da sua cultura, com liberdade em comunidade construída socialmente.

4 AS TRANSFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS NO BRASIL E SEUS REBATIMENTOS NA CIDADE DA CACHOEIRA-BA

Compreender as transformações da sociedade a partir do pensamento de Gilroy (2001) é analisar que nem todo processo histórico obrigatoriamente representa progresso. Um exemplo, a cidade da Cachoeira, em que o desenvolvimento econômico de outras cidades do Recôncavo e da cidade de Salvador a partir dos anos 1930 representou o inverso para Cachoeira, pois a partir desta década se iniciou um processo contínuo de decadência econômica para o município.

É a necessária apreensão das particularidades da realidade social, política, cultural e econômica do Brasil vistas pelo processo dialético com suas contradições internas. Em como estas particularidades, em todos os âmbitos, se apresentam em pleno século XXI, que poderão não representar necessariamente o progresso. Uma vez que ainda nos dias atuais há uma divisão social que exclui determinados segmentos da população de participação plena na sociedade brasileira. Dessa forma, podemos considerar necessária uma revisão das análises críticas prevaletentes que tentam apreender a realidade social brasileira.

Como afirma Florestan Fernandes (2006), a tradição dominante, acerca das interpretações dos processos históricos, estabeleceu através de padrões uma “história oficial” tão irreduzível, desprendida de intenções interpretativas. A reação a esse padrão de descrição histórica é recente, e segundo o autor, nós brasileiros não conseguimos criar uma perspectiva de interpretação histórica livre de etnocentrismos, aberta a certas categorias analíticas fundamentais e criticamente objetivas.

Desse modo, consideramos relevante neste trabalho pontuarmos implicações que perpassam a sociedade brasileira, não apenas fatores econômicos, mas culturais, políticos e sociais que estruturam as desigualdades sociais através das categorias de raça e gênero.

O capitalismo não possui um padrão único, de caráter universal e invariável, ele utiliza variáveis de acordo com interesses envolvidos em diversas situações histórico-sociais, com probabilidades de determinar estruturas e apresentar-se como fatores históricos estruturais, quando na verdade são conjunturais. Porém, como revolução política, o capitalismo no Brasil reorganizou o fluxo interno do excedente econômico, que deixa de ser administrado exclusivamente por países estrangeiros, para uma administração a ser realizada pelo poder político institucionalizado das elites nacionais, brasileiras. Deste modo, compreendemos como os círculos sociais responsáveis pela preservação de estruturas coloniais permaneceram

responsáveis pela nova ordem social, que serviu como estrutura para o desenvolvimento de uma sociedade politicamente “independente” e nacionalmente integrada. Esta “emancipação” política e a criação de um Estado Nacional independente, segundo Florestan Fernandes (1975), ocorreu entre 1822 a 1834, ou seja, no processo de independência do Brasil da corte portuguesa.

Tentando articular a realidade econômica do país ao Recôncavo no século XIX, podemos afirmar que, precisamente, a cidade da Cachoeira-BA vivia uma intensa prosperidade através de sua produção agrícola, acompanhando a forma de vida de diversas capitais do Brasil. Queiroz e Souza (2009) descrevem o século XIX no Recôncavo como período de grande geração de riqueza econômica, no qual Cachoeira assumia um papel importante na vida política do país, nas lutas pela independência.

Porém, no início da década de 1870 a lavoura açucareira do Recôncavo, dependente do trabalho escravo entrou em crise que se estendeu até o final do século XIX.

Segundo Florestan Fernandes (2006), não foi nem a produção agrícola, nem a produção manufatureira ou industrial que galvanizou historicamente o primeiro surto integrado do capitalismo no Brasil. Essa função foi preenchida pelo complexo comercial, constituído sob as pressões econômicas concomitantes do neocolonialismo, da emancipação política e do desenvolvimento urbano.

Florestan Fernandes (1975) afirma, foram diversas as transformações que o Brasil sofreu no fim do século XIX e início do século XX, o capitalismo como sistema de relações de produção e troca, foi estruturado de modo peculiar, devido ao modo como se deu à condição colonial, essa estrutura daria forma ao capitalismo dependente e funcional para os países estrangeiros administrarem a dinâmica social e econômica do Brasil.

Acerca do desenvolvimento do capitalismo competitivo no Brasil entre o fim da Primeira Guerra Mundial, a crise de 1929 e o intervencionismo econômico do Estado Novo percebe-se que o crescimento da produção industrial, afetou a produção de bens de produção, representando forte influência do capitalismo para zona rural e um novo padrão de associação das oligarquias agrárias com os interesses econômicos vigentes. A crise que afeta o capitalismo competitivo seria favorável à transição para o capitalismo monopolista. Isso representou uma incorporação devastadora dos países periféricos às nações hegemônicas e centrais (Id., 2006).

Segundo Santos (1998), a cidade de Cachoeira nos anos 1930 vai perdendo a vitalidade comercial com a produção agrícola predominante na época do fumo em folha, em

que a cidade comercializava 3.160 toneladas. Devido às transformações que ocorreram no Brasil no âmbito econômico, a industrialização brasileira com intervenção estatal fornecia condições vantajosas para o capital estrangeiro que contribuiu para investimentos em infraestrutura, com construções de estradas, portos, geração de energia elétrica, indústria de base (mineração, petróleo, siderurgia, metalurgia e serviços de comunicação (IPEA,2010).

Pinto (1998) afirma, no Recôncavo a presença da mulher no interior das fábricas de charuto, como Fábrica Dannemann era abundante, realizando diversas atividades, desde a tarefa mecânica de picar o fumo, fabricar caixas de Charuto, selagem e embalagem final da caixa, produtos que eram embarcados em São Felix e Cachoeira para Salvador. Portanto, percebemos que a diminuição da produção e posterior fechamento dessas fábricas representaram menores oportunidades para o mercado de trabalho formal para mulheres no Recôncavo da Bahia.

O fim da Segunda Guerra Mundial⁵ representou um novo cenário para o Brasil. O capitalismo para manter-se, deveria controlar os países periféricos para seu equilíbrio, pois os países centrais necessitavam de matérias- primas e de dinamismos econômicos para continuar a desenvolver- se, as grandes organizações internacionais almejam contar com a colaboração dos países periféricos para sobrevivência do capitalismo. Seria a transição efetiva para o capitalismo monopolista, Florestan Fernandes salienta (2006), a transição do capitalismo competitivo para o capitalismo monopolista representou o aprofundamento da dominação imperialista. O Brasil neste contexto político e econômico passa a colaborar de forma mais intensa para os países centrais, possuindo uma industrialização ainda muito recente, em que dependia de importações de tecnologia de outros países.

Segundo Florestan Fernandes (Ibid.), nos fins dos anos 1950, com a modernização proporcionada pelo governo presidencial de Juscelino Kubitschek, houve a segunda tendência do capitalismo monopolista como realidade que criaria contradições que por um longo período, se tornariam irreversível a estruturar a crise do desenvolvimentismo no Brasil. A economia brasileira não está mais voltada apenas para o exterior, mas também disposta a incorporar esse dinamismo econômico no Brasil, através da iniciativa dos países centrais em transformar o Brasil em uma economia monopolista dependente, porém, para alcançar tal

⁵ Os mercados externos, principalmente os europeus, diminuíram seu fluxo durante e após a II Guerra Mundial (1939-1945) a demanda por produtos primários dos países periféricos diminuíram, sendo reduzida a oferta de produtos manufaturados para importação, esta diminuição para importação aumentaria o processo de industrialização no Brasil que favoreceria o aumento de classe operária urbana, formando um panorama social de indivíduos que viriam do meio rural, neste período, segundo IPEA (2010), a população urbana passou de 31,2% em 1940 para 49% em 1960.

proposta era necessário: que as organizações internacionais investissem recursos para transformar a economia em curso numa organização de crescimento econômico de acordo aos interesses dessas grandes corporações internacionais; e a adesão interna para esta transformação capitalista de economia dependente e subdesenvolvida. Esta adesão deveria ser aliada ao intervencionismo estatal e ao nacionalismo econômico moderado (FERNANDES, 2006).

Nos fins dos anos 1950, segundo Queiroz e Souza (2009), Ocorreu declínio no âmbito socioeconômico no Recôncavo, devido à construção de um novo sistema de transporte no Brasil, que possuía, desta vez, o objetivo de viabilizar a expansão da indústria automobilística. O governo de Juscelino Kubitschek aumentou a implantação de várias estradas rodoviárias no país, devido a isto Cachoeira e outras cidades do Recôncavo, que serviam de elo entre o sertão e a Chapada, entraram em decadência, principalmente pela diminuição do tráfego de grandes e médias embarcações no Recôncavo.

Segundo Santos (1998), no Recôncavo, nos anos 1950 decorrente desta ampliação em construção de rodovias, o tráfego pelo porto diminuiria. O porto deixaria de ter navios de grande porte, sendo apenas composto de barças e saveiros. Em 1952 embarcava 318.921 volumes, em 1954 apenas 162.588. Com as construções de rodovias no Recôncavo, Cachoeira passa a comercializar em 1957 apenas 614. Com o fechamento de fábricas de charutos e redução de sua atividade em Cachoeira ocorreu diminuição de prestígio deste município diante de outros do Recôncavo. Em 1958 Feira de Santana-BA respondia por 90% dos estabelecimentos que comercializavam automóveis na região do Recôncavo, o autor enfatiza que Feira de Santana nesta época alcançou o mérito de cidade mais importante da região. Correspondendo deste modo a expansão que ocorria no Brasil em construção de novas rodovias.

Segundo Azevedo (1998), o surgimento de atividades da Petrobrás na década de 1950 no território do Estado da Bahia contribuiu para transformações significativas no Recôncavo. Nas águas da Baía de Todos os Santos, na área de São Francisco do Conde, muitos pescadores desistiram da atividade de pesca, devido à diminuição do pescado e pela ocupação das áreas da pesca e de mariscagem devido à expansão das atividades de exploração do lençol petrolífero submarino.

Nos anos 1960, o Brasil vivia processo ditatorial pós 1964, o desenvolvimento conservador representava limites ao operariado e sindicatos que exigissem reforma agrária, da renda e do poder político. A economia brasileira neste período tratava de estabelecer alianças

com organizações estrangeiras, e fortalecer o estado antidemocrático do desenvolvimento. Para credibilidade internacional, o poder militar deveria controlar os ânimos de insatisfação popular contra o governo e, um dos seus objetivos primordiais era concentrar a renda e beneficiar os interesses do mercado.

No Recôncavo em 1967, a decadência econômica aumentava devido o encerramento das atividades das fábricas de Charutos Leite Alves e Suerdieck que empregavam aproximadamente 1000 (mil) operários. Esta depressão, segundo Queiroz e Souza (2009), favorece a outro intenso processo de êxodo populacional e à transferência de vários órgãos públicos para outras cidades.

Segundo Netto (1996), nos anos 1970 surgem de forma expressiva às transformações societárias que irão delinear a estrutura econômica das décadas dos anos 1980 e 1990. Essas transformações nos anos 1970 são provenientes da crise que o capitalismo monopolista é submetido e busca alternativas para a sua superação. Nos anos 1974 e 1975 acontece à primeira recessão da economia Internacional desde a Segunda Guerra Mundial, o capitalismo monopolista entre diversas articulações, deflagra tensões que contextualizam novas transformações societárias.

No Brasil o Presidente da República, Médice utiliza o lema: Segurança e Desenvolvimento, o país vivia a fase do “milagre econômico”, representava o período de maior repressão e violência. No segundo semestre de 1973 o país sofre as consequências da crise do petróleo. Em 1974 no Brasil o projeto tecnocrático e modernizador – conservador do regime militar ditatorial apresenta sinais de falência devido aos reflexos da crise imposta nos países centrais, que significou diminuição dos repasses de capitais estrangeiros e internos (BEHRING ; BOSCHETTI, 2010).

Florestan Fernandes (2006) ao comentar acerca da década de 1970, afirma que a classe burguesa pretendia manter o capitalismo e a associação, dominação burguesa e monopolização do poder estatal. As classes burguesas não pretendiam perder vantagens e privilégios dos controles que possuíam de si mesmas e das classes operárias, das massas populares e das bases nacionais de estruturas do poder e para isto utilizaram o controle estatal que permitia manter os interesses econômicos de organizações estrangeiras no país, sob a defesa da Segurança Nacional. Os opositores ao regime militar eram chamados de “subversivos” (ARNS, 1985).

Neste período, segundo Netto, a “modernização conservadora” articulou um padrão inédito para o desenvolvimento cultural entre os anos 1960 e 1970, um mercado nacional de

bens simbólicos, o mundo cultural passaria a ser penetrado pela lógica do capital, seria uma indústria cultural, monopolizada e centralizada. “O Estado evoca a si o papel de manter acesa a chama da memória nacional e, por conseguinte se transforma no criador e bastião da identidade nacional” (OLIVEN, in MICELI, org., 1984 p.51 apud NETTO, 2010, p.92-93).

Dentro da conjuntura que o país vivia no período da ditadura militar, em 1971 sob o Decreto nº 68.045 de 18.01.1971 a cidade da Cachoeira-BA é elevada à categoria de cidade Monumento Nacional. O turismo predomina como atividade econômica devido às perdas em outras áreas da economia.

Devido ao “milagre econômico” ocorrido nos anos 1970 com aquisição de dívida pública, desmonte do capitalismo monopolista nos países centrais, os anos 1980 no Brasil representam entrada numa recessão sem precedentes, de modo que as desigualdades sociais são mais delineadas e o processo inflacionário na economia brasileira contribui para falência nas intervenções Estatais com o modelo de desenvolvimentismo anteriormente efetuado. Segundo IPEA (2010, p.23), nos anos 1980 a crise internacional desestabilizou os mecanismos de crescimento econômico brasileiro, devido à paralização do mercado internacional de crédito, ocorrendo redirecionamento de investimento e de transferência de recursos para os países centrais. “No Brasil o fim dos anos 1980 significou a transição para um novo padrão de acumulação, financeirizado e patrimonialista”.

Em síntese entre os anos 1950 e 1980, o Brasil como toda a América Latina deixou de ser uma sociedade agrária e passa a ser uma sociedade de classe, urbana, através do processo denominado “modernização conservadora” (HASENBALG, 2003 apud PINHO 2011). PINHO (2011) salienta, ao afirmar que uma modernização foi conservadora representa que apesar de uma parcela da população encontrar-se bem qualificada, inserida como trabalhadores “livres” em contexto urbano, existe um contingente populacional bem maior que não participa do desenvolvimento e das riquezas produzidas.

No Recôncavo nos anos 1980 a construção da Usina hidrelétrica Pedra do Cavalo foi outro acontecimento que alterou significativamente a rotina dos moradores da cidade da Cachoeira, São Felix, Muritiba e circunvizinhas, pois trouxe de forma efêmera o crescimento no comércio destas cidades, e a construção de uma vila residencial na cidade de Muritiba para trabalhadores oriundos de outras regiões do Brasil, o que representou aumento populacional nas três cidades. Também mudaria a navegação de pequenas e médias embarcações, além da vida cotidiana de marisqueiras e pescadoras da Bacia do Iguape, tornando o rio Paraguaçu,

situado próximo a essas cidades, parcialmente inativo referente a diversas atividades comerciais que anteriormente realizava.

Nos anos 1990, o ajuste neoliberal⁶, sob o Consenso de Washington, é decorrente das crises financeiras dos anos 1980. Como estratégia para viabilizar a transição do capitalismo, principalmente para os países latinos americanos, o modelo de desenvolvimento que irá prevalecer deverá ser favorável à implementação do programa de ajuste e reformas institucionais.

Montaño (2002) ao comentar sobre a participação do “Terceiro setor” no Brasil salienta, com respaldo dos governos nacionais e agencias internacionais as ações seguidas para cumprir a agenda do Consenso de Washington, eram: programa de privatizações, redução de tarifas alfandegárias para importação, liberalização dos preços, política monetária restritiva, redução de isenções fiscais, subsídios de linhas de crédito, corte dos gastos públicos, liberalização financeira e renegociação da dívida externa.

Valle Silva (2003) afirma, essas ações favoreceram abertura comercial e financeira, na diminuição da participação do Estado, principalmente através das privatizações das empresas estatais e dos serviços públicos, devido à ênfase que é estabelecida para estabilidade macroeconômica e investimento de capital privado externo.

Segundo IPEA (2010), as ações financeiras durante os anos 90 favoreceram o processo de transferência patrimonial, mas o capital não favoreceu o desenvolvimento do país, contribuindo para destruir o Estado desenvolvimentista e recuperar o Estado patrimonialista, a expressão da riqueza já não era o patrimônio imobiliário, como no passado, mas o mobiliário (circulação financeira). Neste período o poder aquisitivo das famílias tornou-se baixo, pouca mobilidade social, pouca modificação na distribuição pessoal da renda e péssimo desempenho do mercado de trabalho, com redução dos salários médios reais e pouco crescimento das ocupações.

Os anos da década de 2000 representariam a retomada das funções públicas do Estado, com a implantação do Programa de Aceleração do Crescimento- PAC. O Programa teve início em 2007, a segunda edição do PAC se daria em 2011 com projetos até 2014. O que marca o início dos anos de 2000 no período do governo de Lula, seria o enfrentamento da miséria e das desigualdades sociais, com uma política redistributiva para recuperação do salário mínimo e com ampliação em políticas sociais destinadas a aposentadorias, pensões e

⁶ O ajuste neoliberal representou uma estratégia hegemônica de reestruturação do capital, que se estrutura, segundo Montaño (2002) em três articulações: combate ao trabalho (com suas leis e políticas trabalhistas e as lutas sindicais e da esquerda), reestruturação produtiva e reforma do Estado.

às transferências de renda para as famílias carentes. O mercado interno torna-se mais forte com o crescente consumo de massa, o que tornou a economia mais resistente às crises externas de 2008. A ampliação das políticas sociais aliada à expansão econômica fortaleceu a economia interna, de modo a resistir à política monetária apoiada em juros elevados e câmbio sobrevalorizado.

Essas ações em torno da política social e recuperação do salário mínimo mudou consideravelmente as estruturas históricas das desigualdades sociais no Brasil, de modo que a população com perfil de pobreza e extrema pobreza obteve prioridades nas ações do governo federal. As melhores condições econômicas no país favoreceram o mercado de trabalho e o crescimento dos salários reais com redução da informalidade no mercado de trabalho. As empresas estatais têm maior participação pública, como a Petrobrás, Eletrobrás. Houve crescimento das operações de crédito, devido ao crescimento do mercado de trabalho e do processo de mobilidade social favorável, significando acesso ao crédito do sistema bancário privado brasileiro para setores da sociedade antes excluídos dessa política monetária.

A descoberta do Pré-sal foi outro elemento estratégico para economia brasileira, as reservas de Petróleo passaram de 14 bilhões de barris para 33 bilhões de barris, existindo mais reservas estimadas entre 50 a 100 bilhões de barris. Ainda, segundo IPEA (2010), o início do século XXI representa um contexto diferente das duas últimas décadas do século XX, significando um novo estágio de desenvolvimento capitalista com novas características estruturais para economia brasileira.

No Recôncavo em 2005, a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia é criada, ocorrendo em 2007 à adesão ao REUNI – o plano de reestruturação das universidades federais. A implantação da UFRB em Cachoeira representou mudanças na economia, o município passa a ter um comércio mais intenso, tanto para os estabelecimentos comerciais como para trabalhadores informais, a presença de novos alunos e funcionários da Instituição aquece o mercado imobiliário.

Entretanto, a primeira década de 2000 ainda não favoreceu maiores condições de trabalho formal para homens e mulheres que sobrevivem dos manguezais na bacia do Iguape. A criação do mercado do peixe no município da Cachoeira deu maior visibilidade a este trabalho nas feiras livres do município. No entanto, ainda é muito invisibilizada e reduzida à comercialização de produtos oriundos diretamente da zona rural do município à população que mora em Cachoeira e para os que a visitam. Não apenas mariscos e peixes, pois Cachoeira é um município muito rico em produtos naturais, mas também, em diversos

produtos alimentícios artesanais e ainda no que se refere às plantas medicinais, cujos benefícios, fruto de um saber tradicional, são pouco conhecidos pela população mais jovem e pelos visitantes

5 METODOLOGIA DA PESQUISA

5.1 Aspectos metodológicos

Nesta pesquisa pretendeu-se conhecer quais são as particularidades das mulheres marisqueiras de Santiago do Iguape, no município da Cachoeira, no Estado da Bahia. Neste trabalho monográfico houve a intensão de analisar as perspectivas e possibilidade de inserção das mulheres marisqueiras no mercado de trabalho formal e quais são as implicações de gênero e raça existentes nesta atividade de mariscagem, bem como as possibilidades de continuidade e de que forma são identificadas as categorias e indicadores da participação predominante da mulher nesta atividade de mariscagem.

Para alcançar estes objetivos foi utilizado o método de Marx, materialismo histórico dialético, sendo o materialismo histórico para análise da vida social através de uma perspectiva que parta do estudo do concreto, a fim de conhecer o movimento do real na sua totalidade, além de analisar as leis de transformação que regem os fenômenos. A análise dialética, que ao mesmo tempo constitui e transforma o objeto, concerne em apreender as contradições existentes nesta realidade social e política das mulheres marisqueiras de Santiago do Iguape.

A comunidade de Santiago do Iguape foi escolhida como local para pesquisa de campo. A pesquisa de campo consiste como etapa de pesquisa em que a teoria e prática se unem, Segundo Minayo, (1994, p.26) “o tratamento do material nos conduz a teorização sobre os dados, produzindo o confronto entre a abordagem anterior e o que a investigação de campo aporta de singular como contribuição”. Desse modo, as análises dos dados coletados na pesquisa de campo serviram para serem confrontados com a pesquisa bibliográfica, a fim de produzir uma nova teoria acerca da realidade social e política dessas mulheres marisqueiras, uma vez que ultrapassamos a imediatez através desta aproximação em pesquisa de campo.

A pesquisa objetivou alcançar o conhecimento acerca da inserção da mulher marisqueira no mercado de trabalho, através de amostra na comunidade de Santiago do Iguape a apreender as determinações estruturantes que perpassam a vida cotidiana destas mulheres. A amostragem foi não probabilística, por acessibilidade, por admitir que estas

aproximações pudessem representar o universo das mulheres marisqueiras da Bacia do Iguape (GIL, 2010).

A pesquisa bibliográfica foi utilizada para contribuir em análises das apreensões que seriam obtidas em pesquisa de campo, de modo a comparar a teoria dada na realidade social no cotidiano de vida dessas mulheres marisqueiras com o que diversos autores já haviam conceituado (SEVERINO, 2007).

A comunidade de Santiago do Iguape por ser uma comunidade tradicional, permanece com relações sociais e de produção permeadas por universo de significados, aspirações, crenças, valores e atitudes voltadas para continuidade de aprendizado histórico em atividades de subsistência. Dessa forma, justifica-se a escolha por abordagem qualitativa durante a pesquisa de campo, e segundo Minayo (1994) esta abordagem responde a questões muito particulares com um nível de realidade que não pode ser quantificado, nem reduzido à operacionalização de variáveis.

Foi utilizada técnica para coleta de dados através de entrevista semiestruturada. A entrevista não estruturada se estabeleceu com o objetivo de permitir interação entre o pesquisador e o pesquisado, de modo a apreender informações dos sujeitos a partir do seu discurso livre, intervindo de forma discreta a estimular o diálogo descontraído (SEVERINO, 2007). E a entrevista estruturada para as perguntas previamente formuladas (MINAYO, 1994).

Dessa forma, a pesquisa possui abordagem qualitativa e quantitativa. A pesquisa quantitativa consiste em “[...] criar uma situação experimental ou de observação que permita isolar o efeito de cada variável e caracterizar de forma precisa o impacto da causa sobre o efeito” (CASTRO, 2006, p.110).

O motivo pelo qual se justifica a utilização da pesquisa quantitativa deve-se a busca pelas particularidades nas variáveis que podem expressar as implicações de gênero e raça que perpassam a integração ao mercado de trabalho formal das mulheres marisqueiras.

Segundo Deslandes, os procedimentos para análise dos dados coletados correspondem:

“[...] às formas de organização dos dados e os passos empreendidos para produção ou de descrição. Esses procedimentos devem ser descritos minuciosamente, deixando transparente o processo de interpretação que será adotado pelo pesquisador” (BAUER; GLASKELL, 2002 apud DESLANDES, 2009).

As análises dos dados coletados pela abordagem quantitativa foram realizadas através do Programa SPSS Statistics.

Nas análises dos dados foram utilizadas categorizações para estabelecer classificações, a agrupar elementos, ideias ou expressões em torno de um conceito, segundo Romeu Gomes (1994), utilização de categorias em análises de dados requer sucessivos aprofundamentos sobre as relações entre a base teórica e os resultados investigados.

A representação dos dados coletados por gráficos em setores pretendeu melhorar a legibilidade dos resultados. O gráfico em setores é um gráfico circular cujos setores perfazem 100% constitui como um dos métodos mais simples de representação gráfica e é útil para mostrar as diferenças em frequências ou porcentagem entre categorias de uma variável de nível nominal. (LEVIN; FOX, 2004).

Na intenção de preservar a identidade das mulheres da comunidade de Santiago do Iguape que foram entrevistadas, foram utilizadas nomes de flores para identificar os discursos.

Também como técnicas de pesquisa foram realizadas filmagens e fotografias.

5.2 Coleta de dados

A pesquisa foi realizada na Comunidade de Santiago do Iguape no município da Cachoeira-Bahia, o público alvo da pesquisa foram às mulheres marisqueiras desta comunidade, as abordagens foram de acordo a acessibilidade para com estas mulheres, devido à rotina variável ao irem e retornarem do seu ambiente de trabalho, o manguezal.

No primeiro dia de pesquisa encontrei maior número de marisqueiras devido o horário de trabalho, denominado por elas de “maré cederá” quando retornam mais cedo para casa, no dia seguinte foi denominado por elas de “maré Tardera” quando saem mais tarde e retornam mais tarde. A entrevista semiestruturada foi elaborada com cinquenta (50) questões.

O modelo das entrevistas com perguntas fechadas e abertas, já tinha sido aplicado em outras experiências em pesquisa de campo na comunidade de Santiago do Iguape, sendo favorável para agilização na aplicação das entrevistas.

Foram 28 (vinte e oito) aproximações com mulheres marisqueiras em Santiago do Iguape, sendo entrevistas semiestruturadas para mulheres ativas na atividade de mariscagem sendo que duas já se encontram aposentadas e uma não foi possível completar a entrevista.

Ocorreram mais cinco entrevistas não estruturadas às pessoas que convivem diretamente com as mulheres marisqueiras, objeto da pesquisa, e que de forma particular

colaboram para sua atividade de mariscagem. Foram: o coordenador do Centro de Referência de Assistência Social-CRAS, presidente da Colônia de pescadores de Cachoeira-BA, Diretora da Creche Hélio João dos Santos Barros, Pescador e Revendedor de pescados e mariscos e estudante da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia- UFRB residente na comunidade.

Totalizando 33 (trinta e três) aproximações para realizações das entrevistas semiestruturadas propostas para alcançar o objetivo desta pesquisa, realizada em três dias, no dia 27 de agosto de 2013 às lideranças da comunidade e dia 04 e 05 setembro de 2013 exclusivamente em aproximações com as mulheres marisqueiras da comunidade de Santiago do Iguape.

Foram também realizadas filmagens e fotografias durante a pesquisa, previamente autorizadas pelos participantes, com assinatura em termo de consentimento, com o objetivo de posteriormente analisar os discursos e imagens, como fonte de informação para pesquisa acadêmica de forma mais permanente e de fácil apreensão da realidade dada.

6 ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS NA PESQUISA DE CAMPO

6.1 A colônia e os pescadores artesanais

Em Santiago do Iguape há aproximadamente 1000 (mil) pescadores artesanais, conforme dados relatados pelo presidente da Colônia, Senhor Erivaldo Araújo dos Santos, nesta categoria não há distinção entre trabalhadores que exercem atividades de mariscagem e pesca, sendo todos inseridos na categoria de pescadores artesanais para o Ministério do Trabalho e Emprego e para o Ministério da Pesca e Aquicultura, segundo presidente da Colônia, todos marisqueiros e pescadores estão inseridos na mesma categoria. Dessa forma, para assegurar direitos sociais a esses trabalhadores, segundo o presidente da Colônia de pescadores de Santiago do Iguape, foi criada a INFOPECA- COLONIA DE PESCADORES Z-52 de Cachoeira-BA. A colônia de pescadores situada em Santiago do Iguape foi fundada em 10 de abril de 2005 e representa os associados, a numeração Z-52 serve para reconhecer a área de Pescador e marisqueira das colônias no município da Cachoeira.

É uma associação civil de direito privado sem fins lucrativos, constituída por profissionais da atividade pesqueira e aquícola.

O senhor Erivaldo afirmou, que a maré serve como fonte de renda, a pesca e mariscagem é lazer para poucos da comunidade, mas o que predomina para atividade de pesca e mariscagem é a necessidade de trabalhar para sobreviver.

Deste modo, podemos perceber que a caracterização destas atividades é a sua inserção no meio ambiente marítimo não considerando as implicações diferenciadas no exercício da profissão, nem questões de gênero.

Na aproximação com as mulheres marisqueiras de Santiago do Iguape percebemos que há diferença na atividade da mulher marisqueira e do homem pescador.

A mulher marisqueira utiliza como meio de trabalho: lima, facão, sapatão (proteção para os pés confeccionada pelas mulheres com retalhos de couro ou sobras de calça “Jeans”), calção, capotão, “gás” (para utilizar como proteção para o corpo contra insetos existentes no manguezal).

Estas mulheres nos seus discursos relatam as diferenças em suas atividades, enfatizando sempre que sua atividade é mais árdua que a dos homens. Percebemos nestes discursos como a atividade da produção da pesca e mariscagem vai criando sujeitos distintos

com implicações de gênero, e classifica o que deve ser feito pela mulher e pelo homem desde a infância.

Segundo Bandeira e Brito (2011), na relação que consta os municípios da Baía de Todos os Santos, em 2010 no município da Cachoeira, na atividade de pesca havia apenas 193 pessoas, o que correspondia 0,6% de pessoas na pesca em relação à população municipal. E a 0,6% em relação à população estadual pesqueira (IBGE, 2010 apud BANDEIRA; BRITO, 2011).

Um dos direitos sociais, dentre outros, assegurados aos pescadores artesanais, segundo o presidente da Colônia de pescadores, é o seguro defeso que consiste em uma política estratégica que protege as espécies e garante renda aos pescadores.

Todo pescador inserido na categoria pescador artesanal, no período determinado pelos órgãos do poder público, deverão ter suas atividades pesqueiras suspensas, devem obedecer rigorosamente esta ordem, e para não ficarem sem renda, recebem este seguro defeso, segundo o presidente da Colônia.

Segundo boletim do Registro Geral da Atividade Pesqueira- RGP do Ministério da Pesca e Aquicultura do governo federal em 2012 (BRASIL; MPA, 2013), o total de pescadores profissionais registrados no Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira – SISRGP até 31/12/2012 equivaleu a 1.041.967 (Um milhão quarenta e um mil e novecentos e sessenta e sete) distribuídos nas 27 unidades da Federação. Correspondendo a 489.940 pescadores na região Nordeste, ou seja, 47,02% do total e em seguida 383.727 na região Norte representando 36,83% do total. Juntas essas duas regiões correspondem a 83,85% do universo de pescadores profissionais do Brasil.

A Bahia possui 125.827 pescadores registrados representando 12,08% do total da região Nordeste, vindo em seguida do Maranhão que possui 175.166 pescadores registrados, ou seja, 16,8% do total do Nordeste.

Neste boletim do ano de 2012, há relatório acerca das implicações de gênero para distribuição dos pescadores profissionais. Do total geral de pescadores profissionais (1.041.967) no Brasil: 41,34% são do sexo feminino, 58,06% do sexo masculino. Sendo a população masculina equivalente a 604.955 e a feminina a 437.012.

Na região Nordeste, encontra-se o maior número de mulheres na atividade de pescadores profissionais com 230.262, ou seja, 22,10%, os homens 259.677, ou seja, 24,92%.

Dessa forma podemos perceber que a diferença entre pessoas do sexo masculino e feminino, no Nordeste, é muito reduzida, e não podemos classificar com maiores detalhes as

participações destas mulheres na atividade da pesca, ou seja, por este resultado da pesquisa não podemos através dos indicadores apreender de que forma é realizada a participação das mulheres nas atividades de mariscagem.

Na distribuição dos pescadores profissionais por categoria e região, segundo boletim, a quase totalidade dos pescadores profissionais inscritos no RGP 2012 exerce atividade artesanalmente, sendo 1.033.124 pescadores artesanais, equivalendo a 99,16% do total.

Sendo 8.843 pescadores equivalendo a 0,84% pertencentes aos pescadores com atividades vinculadas a indústrias.

Segundo relatório a região Norte e Nordeste são as que mais concentram a categoria artesanal. O Nordeste corresponde a 46,99% na frequência relativa a pescadores artesanais e 0,03% a pescadores profissionais no mercado de trabalho formal, (indústrias). Sendo as regiões Sudeste e Sul as que concentram o maior número de profissionais industriais, ou seja, inseridos no mercado de trabalho formal.

As atividades dos pescadores que exploram mariscos ficaram em torno de 11,35%, embora no relatório haja a ressalva de que os profissionais declararam realizar uma ou mais atividade pesqueira. Neste quesito prevalece a invisibilidade da participação das mulheres marisqueiras, pois segundo resultado desta pesquisa, realizada em Santiago do Iguape, é a atividade em que predomina a presença feminina.

A escolaridade prevalecente foi do ensino fundamental incompleto equivalendo a 85,41% do total.

Referente à faixa etária, a participação de pessoas entre 20 a 30 anos apresenta-se em declínio.

A apresentação da análise dos dados referente à pesquisa do Ministério da Pesca e Aquicultura realizada em 2012 tornou-se importante para este trabalho monográfico pela intenção de realizar comparações com os resultados apresentados em pesquisa de campo, com amostra constituída com 32 (trinta e duas) aproximações entre marisqueiras e lideranças na comunidade, considerando-se relevante esta comparação, pois os dados se correlacionam com a realidade social das marisqueiras da bacia do Iguape, precisamente na comunidade de Santiago do Iguape, Cachoeira-BA, partindo do particular para o geral.

Destarte, podemos perceber de que forma são apresentados os dados referente a participação da mulher no mercado de trabalho em atividade pesqueira, embora, através de pesquisa de campo, podemos apreender melhor os diversos significados que perpassam o cotidiano da vida de mulheres que exercem atividades tradicionais.

6.2 O universo simbólico das marisqueiras de Santiago do Iguape

O universo simbólico legitima diferentes áreas de significação que ordena as tradições, e práticas historicamente preservadas, especialmente em comunidades tradicionais.

Segundo Berger e Luckmann (1974, p.142), o universo simbólico é admitido como certo, legítimo e sua origem vem da constituição dos homens, “[...] o universo simbólico é teórico. Tem origem em processos de reflexão subjetiva, os quais, depois da objetivação social conduzem ao estabelecimento de ligações explícitas entre os temas significativos que têm suas raízes nas várias instituições”.

Essa legitimação serve para justificar e explicar o processo que há de integração entre os indivíduos na comunidade de Santiago do Iguape.

As mulheres marisqueiras de Santiago do Iguape se apropriaram de objetivações anteriores e acumulação de conhecimentos acerca da atividade de mariscagem. A vida cotidiana dessas mulheres é constituída de um universo simbólico que são produtos sociais e possui uma história, para compreendermos sua atividade econômica, suas relações sociais e de produção temos que compreender os processos históricos que estruturaram essa forma peculiar de produção.

Para analisar é necessário apreendermos de que forma o universo simbólico ordenou e ordena a história desta comunidade, uma vez que, (Ibid.), este localiza os acontecimentos coletivos numa unidade coerente, que insere o passado, o presente e o futuro.

Nessa comunidade há interação social na vida cotidiana de modo que na situação face a face a subjetividade de todos torna-se acessível.

Veremos a seguir como os indivíduos desta comunidade interagem desde o aprendizado na infância até a execução destas atividades tradicionais para sobrevivência na fase adulta. Dessa forma, para apreendermos melhor este universo simbólico e a forma como interagem socialmente na sua vida cotidiana tornou-se necessárias várias aproximações com objeto a ser pesquisado, ou seja, com as mulheres marisqueiras.

Segundo Kosik (1976, p.12), “A realidade é a unidade do fenômeno e da essência”.

Como algo apreensível de forma imediata, o fenômeno não nos permite uma apreensão da realidade como ela está dada em sua essência. Portanto, se faz necessárias várias aproximações através de mediações, a superar a aparência que é acessível sempre de forma imediata.

Analisar a atividade econômica, a inserção no mercado de trabalho formal das mulheres marisqueiras de Santiago do Iguape, parte do princípio de decompor o todo, compreender um dos complexos que constrói a totalidade do cotidiano de vida destas mulheres em sua comunidade. Parte do pressuposto de unidade a ser analisada que possui particularidades com implicações de raça e gênero, que existem para inserção da mulher de Santiago do Iguape ao mercado de trabalho formal, ou seja, de marisqueira dentro da sua comunidade ou de outras atividades que elas apresentaram como possibilidades para inserção.

A imediatividade não permite apreender a realidade em sua essência, desse modo, consideramos necessária a aproximação com o objeto a ser pesquisado para melhor apreendermos as suas particularidades com suas contradições.

As apreensões da vida cotidiana dessas mulheres nos revelam o seu modo de ser, suas práticas e como se relacionam na sua comunidade. Essa apreensão através de pesquisa de campo nos favorece, o pensamento que destrói a pseudoconcreticidade para atingir a concreticidade, de modo que as primeiras concepções imediatas são desfeitas a nos revelar a realidade como ela é.

O mundo da pseudoconcreticidade⁷, segundo Kosik (1976), consiste no complexo dos fenômenos que compõem a vida cotidiana com sua regularidade, imediatividade que assume uma aparência independente e natural.

A atividade tradicional de mariscagem é um trabalho em que a mulher marisqueira dominou o tempo, através da “tridimensionalidade do tempo” (Ibid.), pois como ser social e pela mediação através da categoria trabalho, ela, a mulher marisqueira, faz no presente, através dessa atividade tradicional seu meio de subsistência, projetando a si e a sua família para o futuro, utilizando o aprendizado do passado, como instrumento para adquirir o fim que objetiva, que é a subsistência da sua família e também da sua comunidade.

Nessas atividades tradicionais estas mulheres possuem diversas alternativas para alcançar o fim que projeta: liberdade, autonomia, interagir socialmente com outros indivíduos da sua comunidade, permanência na zona rural.

Essas alternativas pressupõem também a finalidade proposta de continuidade destas atividades, esta que é compreendida em sentido dialético, pois possui processos históricos que

⁷ Segundo Kosik (1976), O mundo da pseudoconcreticidade é constituído dos fenômenos da vida cotidiana dos seres humanos, que penetra na consciência humana com sua regularidade, imediatismo como está dada na realidade evidente. Fazendo parte da consciência humana como algo independente e natural, a este mundo da pseudoconcreticidade fazem parte a práxis fetichizada, formas ideológicas em que o mundo dos objetos são fixados como naturais e o homem não reconhece que são resultados da sua própria intervenção com atividades sociais.

estão em constantes transformações. A atividade de mariscagem, na atualidade, para as mulheres mais jovens possui outro significado, portanto, considera-se importante a análise através da categoria continuidade em sentido dialético (LUKÁCS, 2007), destas atividades tradicionais.

6.3 Perfil das mulheres de Santiago do Iguape

Em pesquisa de campo através dos dados coletados em 25 (vinte e cinco) entrevistas estruturadas acerca do estado civil, 44% das mulheres entrevistadas responderam serem solteiras, 52% união estável e 4% viúvas.

Acerca da faixa etária responderam: entre 18 a 25 anos de idade 20%, 26 a 40 anos de idade 44%, 41 a 60 anos de idade 32%, e de 61 a 65 anos de idade 4%.

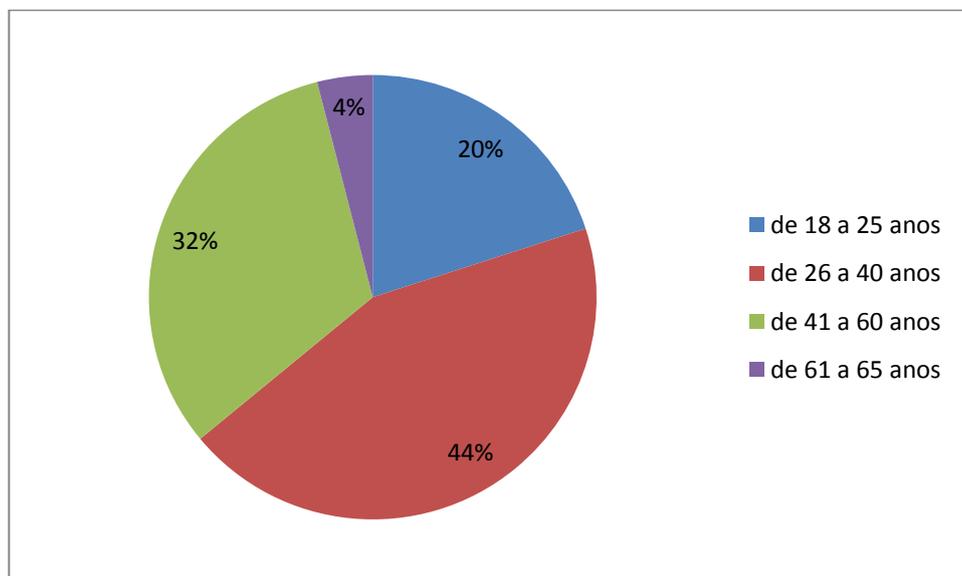


GRÁFICO 1 - Faixa etária das mulheres marisqueiras de Santiago do Iguape
Fonte: Pesquisa direta

Portanto, percebemos um número decrescente de mulheres mais jovens nesta atividade, entre 18 a 25 anos de idade. Confirmando desta forma, os dados apresentados no boletim do Ministério da Pesca e Aquicultura do ano de 2012, anteriormente apresentado

neste trabalho, referente à diminuição de participação das pessoas mais jovens na atividade da pesca no Brasil.

Referente ao grau de escolaridade 36% afirmaram ter concluído o ensino médio, 24% frequentaram a escola entre a 5ª a 8ª série do ensino fundamental II, 24% 1ª a 4ª série do ensino fundamental I, 8% afirmaram ser analfabetas, 4% ensino superior incompleto (não residem com assiduidade na comunidade), 4% ensino médio incompleto.

Na comunidade, as mulheres se autodeclararam negras somando 76%, sendo que 20% optaram em incluir moreno ou mulato entre as respostas e 4% brancas.

Ao serem questionadas acerca da quantidade de filhos que possuíam 64% responderam terem entre 1 a 3 filhos, 12% entre 4 a 5 filhos e 24% entre 6 a 7 filhos.

Questionamos acerca da identificação com a categoria artesanal referente à auto definição como marisqueira, pescadora ou marisqueira/pescadora. 68% responderam ser apenas marisqueiras (somado a esta porcentagem 12% dentre as que se autodefiniram apenas marisqueiras, que estão em processo de aposentadoria ou pensão por morte de algum membro da família e não mais exercerem esta atividade, e devido a estes fenômenos não mais dependerem da mariscagem como meio de subsistência), e 20% consideraram-se marisqueira e pescadora ao mesmo tempo.

Conforme repostas das entrevistadas, 28% consideram marisqueira como aquela que apenas marisca e beneficia, para 20% marisqueira é aquela que marisca e pesca, 40% afirmaram que para ser pescadora tem que mariscar, pescar e beneficiar, lançar rede etc. Sendo que 12% se abstiveram de responder. Marisqueira e pescadora na concepção das mulheres (maioria pesquisada) são atividades distintas

Em entrevistas de forma unânime consideram as atividades de pesca e mariscagem, atividades predominantes na comunidade de Santiago do Iguape.

Na comunidade de Santiago do Iguape as mulheres marisqueiras responderam que possuem casa própria equivalendo a essa resposta 80% e 20% afirmaram serem suas casas cedidas (herança). Sendo 96% das casas, das entrevistadas, construídas de bloco e apenas 4% afirmaram serem de taipa.

Ao serem questionadas acerca do consumo de água 80% afirmaram ser água tratada pela rede pública, 16% filtrada e 4% sem tratamento.

Acerca do escoamento sanitário 40% afirmaram possuir esgoto da rede pública, 48% afirmaram utilizar fossa, 12% escoamento a céu aberto.

Sendo o destino do lixo de suas casas 76% coletado pela rede pública, 20% queimam os lixos em quintal de suas casas e 4% deixam expostos a céu aberto.

Vale salientar que esses dois últimos dados, dependendo da proximidade com a maré podem trazer grandes danos ambientais, além de prejudicar a saúde dos indivíduos pertencentes a essa comunidade.

6.4 As implicações de gênero na atividade de mariscagem

Considerando que a utilização do meio ambiente é coletiva, as relações sociais e de produção são de cooperação e ajuda mútua, entre os moradores.

Em entrevistas, com interação com as mulheres marisqueiras de Santiago do Iguape, podemos perceber de que forma a maioria das mulheres marisqueiras apreende as diferenças existentes entre o trabalho do homem pescador e da marisqueira, principalmente ao responderem acerca das diferenças nas atividades, nas horas de permanência no trabalho e sobre a diferença da renda adquirida através das atividades tradicionais de pesca e mariscagem.

Entre as diferenças pontuadas por elas, em entrevista não estruturada, consideram que os homens pescadores possuem renda superior a que elas adquirem com a atividade de mariscagem. Afirmando:

“O homem vai mais que a gente (na maré), pesca camarão, e camarão dá mais dinheiro” (Violeta).

“Ele, o pescador, que dá o preço” (e não o comprador) (Alfazema).

“O pescador ganha mais, marisco nunca dá o tanto que a pesca, o peixe e o camarão é mais caro, em comparação com o marisco, o camarão, o quilo é R\$ 15,00 (quinze reais) peixe.... depende do peixe, o peixe eles mede na bistunta, é uma medida do capacete, eles “mede” o mirim, xangó, macambê” (Orquídea).

Quando em entrevista a uma mulher marisqueira, questionada acerca da diferença entre pescadora e marisqueira, o esposo interferiu e afirmou:

“Mulher do pescador, pescadora é. Cuidando dos filhos e da casa...e tem homem que não gosta que ela vá (para maré)” (esposo de Íris azul).

Marx e Engels afirmam (2002, p.28):

[...] a partir do instante em que o trabalho começa a ser dividido, cada um tem uma esfera de atividade exclusiva e determinada, que lhe é imposta e da qual ele não pode fugir; ele é caçador, pescador, pastor ou crítico, e deverá permanecer assim se não quiser perder seus meios de sobrevivência [...].

Essa afirmação de Marx pode ser ratificada com o discurso de uma das marisqueiras:

“Não tem opção, ou gostando ou não, tem que mariscar, não tem outra opção” (Gérbera).

Para compreender a distinção entre mulher pescadora e mulher marisqueira, segundo conceito das mulheres marisqueiras de Santiago do Iguape, foi questionado qual seria a diferença entre trabalhar na mariscagem (no mangue) ou trabalhar na pesca (maré).

Apenas 24 % considerou que o mar representa perigo e por isto deve apenas o homem ser pescador, 40% considerou o mangue lugar mais propício para a mulher trabalhar,

Observa-se nestas respostas que elas afirmam que fica fácil cuidar dos filhos (enquanto brincam no mangue, vale ressaltar em fins de semana ou feriados em dias não escolares) e também para ensiná-los a mariscar e 28% consideraram que tanto a terra como o mar pode ser espaço de trabalho para o homem e para mulher, 8% não responderam. Desse modo, uma marisqueira afirmou:

“No mangue dá para cuidar dos meninos” (Violeta).

Para expressar essa representação que existe entre o mar e terra uma marisqueira afirmou:

“O mar exige esforço, a mulher não aguenta” (Hortênsia).
“Tem mulher que não sabe governar o remo” (Crisântemo).
“Prefiro mangue, uma vez fui para maré quase morro afogada” (Flor de Laranjeira).

Segundo Saffioti (1987, p.13):

Em sociedade de tecnologia rudimentar, ser detentor de grande força física constitui, inegavelmente, uma vantagem. [...] A força ideológica da ‘inferioridade da mulher é tão grande que até as mulheres que trabalham na enxada, apresentando maior produtividade que os homens, admitem sua fraqueza. Estão de tal maneira imbuídas desta ideia de sua inferioridade, que se assumem como seres inferiores aos homens .

Segundo Saffioti (2004), os significados das imagens de masculino e feminino são socialmente construídas, não havendo possibilidade para a existência de sociedades sem gênero, havendo sempre uma determinada divisão do trabalho, conhecida como divisão sexual do trabalho, uma vez que é obedecido os critérios para determinar a quem são atribuídas determinadas atividades. A autora afirma que nas sociedades de caça e coleta, sempre cabe ao homem caçar e a mulher a atividade de coletar, a autora afirma que os homens às vezes voltam sem o produto, no entanto, as mulheres sempre retornam com algum produto. Nas entrevistas as mulheres confirmam este argumento da autora Saffioti, quando afirmam que sempre quando voltam do mangue, sempre trazem determinada quantidade de marisco, enquanto os homens, às vezes lançam as redes e não conseguem capturar nenhum peixe. Em entrevistas algumas marisqueiras afirmaram:

“Tá na dificuldade, não vê nada em casa, conhece, vai no mangue, já tem o que comer em casa” (Alecrim).
“A mulher se dedica mais, quando a maré tá ruim, o homem volta com a rede vazia, e mulher pode vim pouco, mas não vem vazia, dentro do mangue sempre traz um pouquinho” (Crisântemo).
“O homem trabalha mais, puxa rede, às vezes não tira nada” (Flor do campo).

O manguezal, nestes discursos, é apresentado como local que garante sempre o alimento para as famílias desta comunidade.

Netto e Braz (2009) afirmam, que a sociedade pela necessidade de consumir, de se apropriar de algo para satisfazer a sua necessidade, transforma matérias naturais em produtos que atendem a essas necessidades, e essa transformação é realizada através da atividade a que denominamos trabalho.

As representações para dividir socialmente o trabalho são repassadas para futuras gerações, determinando o local que cada um deve ocupar para realizar as atividades. O lugar do homem e o lugar a ser ocupado pela mulher, de modo que as diferenças são bem estabelecidas no momento dos discursos. As análises aqui expostas são para demonstrar como as representações exercem demasiada influência nas práticas das comunidades tradicionais, de modo que as estruturas com implicações de gênero são estabelecidas de forma natural.

Na atividade de mariscagem, as mulheres marisqueiras consideram que esta deveria ser exercida tanto por homens como por mulheres representando 75% das respostas, e apenas 25% consideram a atividade de mariscagem como atividade exclusivamente feminina.

Embora as mulheres considerem que a atividade de mariscagem é uma atividade que deve ser exercida tanto pelo homem quanto pela mulher, no cotidiano, segundo resultado das análises da coleta de dados, essa atividade é exercida em sua maioria por mulheres.

Em entrevista a uma marisqueira, o esposo, pescador, afirmou:

“Mariscar é muito enjoado, ficar ali catando um por um, na pesca é melhor, os homens vão conversando, é mais divertido” (esposo de Flor do campo).

Além de considerarem a renda dos homens superior, as mulheres marisqueiras de Santiago do Iguape consideram que o exercício da atividade de pesca, majoritariamente realizada por homens, é mais vantajosa.

Conforme podemos observar de acordo com as respostas dadas nas entrevistas: 72% consideraram que os homens possuem mais vantagens que as mulheres sendo que 20% afirmaram que são as mulheres que possuem maiores vantagens e 8% afirmaram que os dois possuem vantagens semelhantes. Este quesito em comparação ao de renda individual obteve o mesmo resultado.

Em entrevista aberta algumas respostas chamaram atenção quando questionadas acerca de quem possui mais vantagem:

“O homem, porque a gente vai se cortando na lama, quando a lama vem na perna para arrastar” (Alecrim).

“Vão todos os dias (os homens), mais que a gente e pega mais” (Copo de Leite).

Portanto, consideramos que as implicações de gênero são determinantes nessa atividade de mariscagem.

Segundo Sardenberg (2010), na IV Conferência Internacional da Mulher, em Beijing, China (1995), foi formulada e aprovada “Plataforma de Ação” em que foi definido a equidade de gênero como relevante para toda sociedade, e não exclusivamente de mulheres, sendo responsabilidade dos governos dos países signatários construção de uma sociedade mais justa. Sendo, nesta Plataforma, estabelecido o empoderamento das mulheres, definindo a transversalização do enfoque de gênero (gender mainstreaming) como estratégia para construção da equidade de gênero. Segundo a autora, as hierarquias de gênero se expressam e organizam sociedade, sendo perpassadas também por categorias de classe, raça/etnia, nacionalidade e idade/geração.

Considerando que “igualdade” não significa que homens e mulheres sejam iguais, mas que direitos, oportunidades e responsabilidades não sejam distintas em função do sexo de cada um (Ibid.).

Sardenberg (2010) define, Mainstreaming como sendo uma estratégia para implementação, monitoramento e avaliação de políticas e programas em todas as esferas políticas, econômicas e sociais, a beneficiar tanto homens como mulheres, sendo objetivo mais amplo o pleno exercício e benefício de todos os direitos humanos (BEDLINGTON, 2004 apud SARDENBERG, 2010).

Considerando que a maioria depende exclusivamente da atividade de mariscagem, conforme declarado em entrevistas e apresentado neste trabalho através das descrições dos discursos destas mulheres, questionamos acerca da renda mensal individual e per capita mensal oriunda da atividade de mariscagem se esta garante a subsistência individual e de sua família.

Durante a pesquisa 72% das marisqueiras consideraram que os homens tem renda superior, apenas 20% consideraram que a mulher adquire renda superior e 8% os dois, tanto o homem quanto a mulher possuem renda igual.

Acerca da renda individual 68% afirmaram não possuir nenhum tipo de renda fixa, 8% até ½ (meio) salário mínimo, 8% de ½ (meio) a 1 (um) salário mínimo, 16% de 1(um) a 2 (dois) salários mínimos.

Observa-se neste item acerca da renda individual da mulher marisqueira, que esta, na sua maioria, não possui renda fixa, e o equivalente a 16% (não exercem a atividade como meio de subsistência. Considerou-se entre as mulheres marisqueiras entrevistadas também as que estão em processo de aposentadoria ou pensão por morte de algum membro da família).

Acerca da renda per capita na família, 56% afirmaram não possuir nenhum tipo de renda fixa, 8% até ½ (meio) salário mínimo, 4% de ½ (meio) a 1 (um) salário mínimo, e 32% de 1 a 2 salários mínimos.

Considerou-se neste quesito as somas de renda com a produção do esposo ou filho pescador ou de esposos ou filhos que estão inseridos em trabalho com carteira assinada em construção civil em outra cidade do Estado da Bahia ou em outro Estado da Federação.

Conforme respostas das entrevistadas não há possibilidades das mulheres marisqueiras suprirem todas as suas necessidades através da renda proveniente apenas da atividade de mariscagem.

“Sempre falta alguma coisa” (Orquídea)

“Tem vezes que dá, quando a maré tá boa” (Girassol).

“É pouco, nem filho entrou na faculdade, o dinheiro não deu” (Crisântemo).

“Pouco, se comprar roupa, não dá para comprar alimento” (Alfazema).

“Dá para comprar mais ou menos, o básico” (Iris azul).

“Não, mas tem que viver” (Alecrim).

“Não, dá para sobreviver. Mas como a gente ver o povo lá fora numa situação difícil, dá para levar” (Hortênsia).

“Não dava no meu tempo, que era difícil. Hoje, o governo ajuda” (Acácia Amarela, 61 a 65 anos de idade).

“Não, os mariscos estão acabando, pra achar marisco dá trabalho” (Carmélia).

Na entrevista estruturada foram os seguintes resultados: 8% consideram que a renda através da atividade de mariscagem supre todas as suas necessidades individuais e familiares e 92% consideram que não supre.

Ao serem questionadas em que gastam sua renda adquirida com a mariscagem, 80% afirmaram ser com alimento, 16% utilizam para comprar roupa, 4% outros. Portanto, as

mulheres de Santiago do Iguape, utilizam maior parte da sua renda obtida através da mariscagem para contribuir com a renda familiar.

As mulheres em comunidades tradicionais, também percebem as distinções de gênero, no modo como lhes são atribuídas às responsabilidades de cuidar da casa, dos filhos (enquanto marisca e beneficia). E também na forma como a sua produção dos mariscos é comercializada de forma diferenciada. Sendo que 32% afirmaram que o preço do marisco é determinado entre as marisqueiras, 64% definido por quem compra e 4% afirmaram não vender, apenas mariscam para consumo próprio. Sendo que o homem pescador ele que define o preço do pescado no momento da comercialização.

Esta é uma dialética produzida pelo capitalismo que vulnerabiliza a mulher desde o seu local de trabalho (em sua comunidade), diga-se de trabalho informal, que reduz as possibilidades de inserção no mercado de trabalho formal com todas as potencialidades que lhe é inerente.

Foram discursos que demonstraram que a mulheres percebem o seu trabalho como mais exaustivo. Além de pegar o marisco no mangue durante algumas horas diárias, voltam para casa com o marisco que conseguiram naquela jornada. Enquanto os filhos estão na escola ou na creche na comunidade, põem o marisco para cozinhar em fogo à lenha (lenha adquirida na localidade, na mata) durante esse período de cozimento, cuidam das tarefas da casa, e após esse processo, começam outro, que é o do beneficiamento, que consiste em tirar da casca os mariscos, um por um. Em seguida algumas levam para o comércio local, “a venda”.

Elas afirmam que os homens às vezes mandam as mulheres tratarem os peixes que eles capturam na “maré”. Outros vendem como capturam, considerando, dessa forma, o trabalho do homem como mais vantajoso. O trabalho nesta comunidade é dividido entre homens e mulheres, de forma que cada um já tem estabelecido às tarefas diárias que devem exercer.

Nos discursos das mulheres marisqueiras podemos perceber o acúmulo de responsabilidades atribuídas às mulheres marisqueiras, além do trabalho de mariscagem, que consiste em renda familiar, existem distintos papéis nas atividades domésticas, no cuidado dos filhos e da casa.

A identidade social da mulher, assim como a do homem é construída através de atribuições de distintos papéis, que a sociedade espera ver cumpridos pelas diferentes categorias de sexo. A sociedade delimita, com bastante precisão, os campos em que pode operar a mulher, da mesma forma como escolhe os terrenos em que pode atuar o homem (SAFFIOTI, 1987, p.08).

Segundo Sardenberg (2010, p.46), o conceito de gênero surge como combinação de diversos fatores de ordem, econômica, social, política, étnica e cultural. As relações de gênero, segundo a autora, podem variar de acordo a sociedade, dependendo do espaço em que homens e mulheres realizam interação. As mulheres não são desprovidas de poder em relação aos homens, no entanto, afirma a autora, esse “poder feminino” raramente é legitimado. No Brasil “historicamente, o feminino” tem sido construído como subordinado ao “masculino” prevalecendo desta forma as relações de gênero patriarcais.

A natureza determina os horários de iniciar e terminar as atividades, a “maré cederá” quando vão para o mangue às 5:00 (cinco) horas da manhã, “maré tardera” quando saem a partir das 8:00 (oito) horas da manhã. A mulher marisqueira quando vai para o manguezal, ela se apropria da natureza para realizar o seu trabalho. Trabalho como atividade que visa à apropriação do que é natural, o trabalho como condição natural da existência humana, uma condição entre homem e natureza, independentemente de qualquer forma social (MARX, 1982).

As mulheres marisqueiras afirmaram que possuem carga horária superior a dos homens em atividades de mariscagem, trabalhando o tempo que for necessário para concluir o serviço.

“A mulher vai pro mangue, ainda vai catar, o homem não, vende do jeito que pegou” (Alfazema).

“Mulher vai tratar de um por um (o marisco), o homem só faz jogar a rede” (Gardénia).

“A mulher trabalha o tempo que precisar, depende da maré “cedera” ou “tardera”, a “tardera” é a melhor, dá para fazer comida, deixar tudo pronto depois ir mariscar” (Flor de laranjeira).

“Trabalho quanto tempo precisar para encher o balde. Leva o dia todo” (Jasmim).

“Mulher tem que tratar o peixe que eles “pega” tem que tratar” (Orquídea).

Referente ao período utilizado para concluir a atividade de mariscar e beneficiar 36% afirmaram trabalhar 8 (oito) horas/dia, 8% trabalham 6 (seis) horas/dia e 56% trabalham o tempo que necessitar.

Durante a pesquisa, tivemos a oportunidade de presenciar as mulheres, que após retorno do manguezal, tratavam dos pescados que os homens traziam da maré, e outras sentadas à porta de suas casas beneficiando os mariscos.

Ao serem questionadas, em entrevista, acerca de outras atividades realizadas ao mesmo tempo em que beneficiam e/ou mariscam, 92% afirmaram cuidar da casa enquanto beneficiam (beneficiar significa cozinhar no fogo à lenha e depois retirar o marisco um por um da casca) e 8% afirmaram cuidar dos filhos.

Percebemos conforme o resultado da pesquisa que durante o beneficiamento do marisco retirado do mangue ou na limpeza do pescado são elas, na maioria, quem cuidam das tarefas domésticas.

Dessa forma, percebemos como as identidades sociais das mulheres marisqueiras foram socialmente construídas, de modo que determinados fenômenos com implicações de gênero ocorrem na comunidade de forma natural.

Pinho (2011, p.234) afirma, “[...] as desigualdades de raça, gênero e classe formam os sujeitos sociais de tal modo que, ao atuarem socialmente, reproduzem de modo reiterativo e recursivo essas diferenças e desigualdades”.

A renda dos homens é considerada pelas mulheres como superior, no entanto, a jornada de trabalho que exercem é considerada superior a dos homens, acrescentando que durante a atividade de mariscagem realizam as atividades domésticas que são exercidas de forma articulada. Agravando a isto, a renda individual e per capita dessas trabalhadoras que dizem não ser suficiente, segundo respostas em entrevistas semiestruturada, para suprir as suas necessidades materiais.

Neste contexto cabe salientar que estamos pontuando desigualdades de gênero, em que as mulheres durante o seu discurso não percebem outras alternativas para mudar a sua condição de trabalho informal, que consideram exaustiva pela carga horária e renda instável.

Segundo Saffioti (1987), é necessário observarmos de que modo são naturalizados determinados processos socioculturais de discriminação contra a mulher. Podemos pontuar neste trabalho monográfico, como o processo de naturalização é estruturado através da unificação da categoria pescador artesanal, uma vez que a atividade de mariscagem é predominantemente exercida por mulheres em condições diferentes e adversas, condições estas que elas consideram um trabalho exaustivo.

Sardenberg (2010, p.48-49) considera relevante traduzir as perspectiva de gênero nos diversos espaços da sociedade, do plano teórico para o pratico, ou seja, para maiores e melhores intervenções deve-se “construir categorias e indicadores para a investigação, análise, diagnóstico, monitoramento e avaliação, que desagreguem por sexo as atividades e seus impactos”.

Dessa forma, a pesquisa sobre atividade pesqueira com presença feminina necessita nos conceder maiores e melhores dados acerca da participação da mulher e os significados que perpassam esta participação.

Sendo o ambiente natural de trabalho (manguezal) submetido à degradação e sem possibilidades de sua atividade ser ampliada para categoria de trabalho formal, a invisibilidade de sua participação na atividade de pescaria colabora para diminuição da população feminina mais jovem nesta atividade.

O patriarcado-racismo-capitalismo, segundo Saffioti (1987) são três sistemas que estão intrinsecamente ligados como sistemas de dominação e exploração.

A autora afirma, o patriarcado também pode ser apropriado por mulheres em conflitos entre mulheres (Id.,2004) , uma vez que o patriarcado é uma forma de expressão do poder político e a mulher no contexto do sistema capitalista pela emergência de divisões de classes podem competir entre si, principalmente para obtenção de acesso ao mercado de trabalho que julgam ser mais vantajoso na sua comunidade.

A fusão entre gênero-racismo-classe social torna a realidade social da mulher muito mais complexa, que não pode ser mensurada por variáveis quantitativas, mas por determinações estruturais qualitativas (Ibid.).

Essas diferenças na atividade econômica do homem e da mulher, elas retrataram de forma natural, como acontecem no cotidiano, às vezes os homens (esposos) que estavam presente no momento da entrevista confirmavam as implicações de gênero nestas atividades.

6.5 Raça

Estamos nos referindo a uma comunidade tradicional em que a maioria das mulheres (76%) se autodefiniram negras. 20% optaram por se autodeclararem morenas ou mulatas e 4% brancas.

Figueiredo (2008) afirma, a categoria mulato/mulata não é apenas uma categoria racial, mas ela reflete uma construção social sobre raça no Brasil.

A autodefinição como morena ou mulata expressa à intermediação entre não pertencer à cor negra nem branca, ao responderem mostravam o cabelo como diferencial, ou a cor da pele.

Nesta oportunidade podemos citar o processo de miscigenação brasileira, que Pinho (2010) afirma ter sido um processo de perverso jogo retórico-pragmático de subordinação e violência. A retórica da miscigenação não impediu práticas raciais, mas produziu resultados em anulação política simultânea à subalternização cultural e expropriação econômica.

A totalidade da sociedade brasileira possui conexões entre raça/etnia, classe e gênero, compondo uma unidade entre complexos em conexões, formando a totalidade da sociedade. As diversidades pressupõem conexões entre complexos, que não podem se excluir, mas em movimentos de contradições se formam e também permitem novas reformulações. Como afirma Santos (2010, p.7) apreendendo que a unidade não é identidade isolada, “mas uma relação profunda na diferença”.

Esse movimento de contradições dialéticas deve fornecer uma nova síntese dentro da sociedade brasileira, para benefício da população negra, que foi historicamente excluída.

São as práticas de resistência visando à transformação, a emancipação e autonomia para apropriação de identidade social da população negra que fornecerá esta nova postura da sociedade brasileira a propiciar equidade em todas as suas ações, em todos os âmbitos sociais, políticos, culturais e econômicos. De modo, que possamos sair do nível de compreensão das divisões sociais de classe e nos inserirmos em processo que Marx direcionou com práticas que proporcionassem a transformação da realidade concreta.

Uma postura teleológica a fornecer subsídios teóricos que possam na prática efetivamente transformar a causalidade dada da maioria da população brasileira, por uma causalidade posta, transformada, pelos sujeitos políticos que compõem a nossa sociedade. Segundo Kosik (1976), como práxis, em objetivação do homem, domínio da natureza para realização da liberdade humana.

Segundo Figueiredo (2008), as categorias de raça e gênero são fundamentais para desnaturalizar algumas categoriais que estruturam as desigualdades nas sociedades capitalistas. A autora enfatiza que no Brasil é reduzida a inserção da categoria gênero e raça em estudos acadêmicos. Dessa forma, consideramos importante nesta pesquisa abordamos estas duas categorias, raça e gênero, como fundamentais para compreendermos algumas determinações estruturantes das expressões da questão social no Brasil, uma vez que estamos abordando a inserção no mercado de trabalho dessas mulheres em atividades tradicionais que, de forma indireta, estão inseridas no sistema capitalista vigente no país.

Segundo Figueiredo (2008), uma das características mais marcantes das sociedades ocidentais é a capacidade de naturalizar as desigualdades sociais (STOLCKE,1991 apud

FIGUEIREDO, 2008). Figueiredo salienta que é necessário compreender o processo de reciprocidade entre gênero e raça e as condições sócio-políticas que favorecem a dimensão do tornar-se mulher negra (STOLKE, 2004 apud FIGUEIREDO, 2008).

Figueiredo (2008, p.243) afirma: “[...] as mulheres que se autodefinem como negras recusam serem construídas pelo olhar do outro”.

Guimarães afirma (2008), o que hoje chamamos modernamente de racismo não existiria sem a ideia que divide os seres humanos em raças, foi à teoria das raças, que possibilitou a hierarquia entre as sociedades e populações humanas fundamentadas em doutrinas complexas. Para o autor raça é cientificamente, uma construção social. São efeitos de discursos (WADE, 1997 apud GUIMARÃES, 2008). O autor utiliza dois conceitos para explicar raça no Brasil, o conceito analítico e o nativo. O conceito analítico permite análise de fenômenos, e faz sentido a partir de uma teoria. O conceito nativo possui um sentido histórico, um sentido específico para determinado grupo.

Marcelo Paixão e Carvano (2008) afirmam, o termo raça também é reivindicado por movimentos sociais, na defesa dos grupos historicamente discriminados, num processo de resgate do termo raça a favorecer uma ação coletiva que adote medidas que valorize de forma positiva a trajetória histórica e cultural da população negra. Embora os autores também enfatizem que ainda nos dias atuais o termo raça persiste como continuidade de ideologias racistas em diversas formas de manifestações.

Figueiredo (2008) enfatiza, há autores contemporâneos que consideram o debate em torno do termo raça na atualidade com implicações que ampliam a compreensão da lógica que opera na classificação cor na sociedade brasileira. Considerando que não apenas os fenótipos influenciam na classificação, mas a escolaridade, a renda e classe, afirmando que a possibilidade de mobilidade social depende não apenas de características adscritas, mas também as adquiridas, ou seja, construídas socialmente.

Dessa forma, considerou-se relevante nesta pesquisa incluir a autodefinição dessas mulheres referente ao seu discurso racial que foi construído socialmente, a fim de compreendermos posteriormente neste trabalho monográfico, como na atualidade essas mulheres têm sido inseridas no mercado de trabalho pelo recorte de gênero e raça.

Caldwell (2000) afirma, as pesquisas referentes às mulheres enfocam mais a questão de gênero e não reconhecem as diferenças raciais, de modo a silenciar as múltiplas dimensões que perpassam a vida da mulher negra (AZERÊDO, 1994 apud CALDWELL, 2000). A autora enfatiza, a falta de pesquisa integrada acerca de gênero e raça significa que as

experiências da vida cotidiana das mulheres negras raramente são examinadas. A ênfase em tratar das questões da mulher negra neste trabalho monográfico torna-se importante por que estas sofrem uma opressão tripla, segundo a autora, vinda da dominação de raça, gênero e classe (GONZÁLES, 1982 apud CALDWELL, 2000).

6.6 Expectativas para inserção no mercado de trabalho formal das marisqueiras

As mulheres marisqueiras de Santiago do Iguape, em entrevistas, apontam para outras mulheres dentro da comunidade que possuem acesso no mercado de trabalho formal, apresentando as possibilidades para esta inserção, a escolaridade como critério mais importante.

Caldwell (2000) afirma que, há diferença entre mulheres e que as diferenças de classe e raça são significativas porque localizam e posicionam grupos dentro de sua estrutura de oportunidades (ZINN; DILL, 1996 apud CALDWELL, 2000).

As mulheres marisqueiras, na sua maioria, atribuem o nível de escolaridade como fator determinante para inserção no mercado de trabalho.

No contexto de Santiago do Iguape, algumas mulheres da comunidade estão inseridas nos serviços públicos municipais, e isso estabelece certas diferenças pontuadas nas entrevistas atribuídas à ascensão através do nível de escolaridade. Dessa forma, às implicações de gênero somam-se as de escolaridades, ao grau de instrução, em relação às que obtiveram maiores oportunidades de concluírem os estudos, ou de acesso a serviços públicos municipais na comunidade ou em outras localidades da zona urbana. Em que o local de trabalho e salário fixo mensal lhes proporciona maior conforto, segundo respostas dadas em entrevistas.

“Até pra ser gari, tem que ter estudo, para varrer rua! Que não precisa tanta coisa, tem que ter estudo (referente a concurso público para gari)” (Gérbera).

“Aqui não tem trabalho, ou maré ou prefeitura, ou mariscar ou roça” (Cacto).

Portanto, as mulheres marisqueiras em entrevistas pontuaram essas distinções: entre elas e o homem na atividade de pesca artesanal; e entre elas e outras mulheres que estão em

condições, segundo elas, mais favoráveis com emprego público municipal ou privado, ou seja, inseridas no mercado de trabalho formal, dentro ou fora da comunidade.

Caldwell (2000) considera relevante observar as experiências das mulheres negras a fim de conhecer melhor a heterogeneidade que existe dentro da população feminina no Brasil.

A inserção nas atividades tradicionais de mariscagem, dentro da comunidade, não é influenciada por determinados mecanismos de exploração, por se tratar de atividades em que predominam relações sociais e de produção com caráter de cooperação e ajuda mútua. Mas em entrevistas muitas mulheres marisqueiras de Santiago Iguape consideram que a sua inserção no mercado de trabalho fora dos manguezais é permeada de contradições que envolvem nível de escolaridade.

Segundo respostas em entrevistas, em tempos passados, por não existir escolas na região, muitas destas mulheres não estudaram e consideram que, na atualidade, não possuem nível de escolaridade suficiente para concorrer a outro tipo de atividade.

Segundo o coordenador do Centro de Referência de Assistência Social –CRAS, uma das justificativas para na atualidade existir uma grande demanda de mulheres acima de 40 (quarenta) anos frequentando o Programa Estadual Todos Pela Alfabetização- TOPA⁸ é o desejo de aprender a ler, escrever, concluir os estudos e ensinar aos seus pais a escrever o nome.

Os níveis de escolaridade que predominaram entre as mulheres marisqueiras entrevistadas foram: 4% nível superior incompleto (não residem assiduamente na comunidade) 36% possuem o 2º grau completo, 4% possuem 2º grau incompleto, 24% estudaram entre a 5ª e 8ª série do ensino fundamental II, 24% estudaram entre a 1ª e a 4ª série do ensino fundamental I. 8% são analfabetas. Em entrevista uma mulher marisqueira afirmou:

“Hoje só não sabe escrever o nome quem não quer, o TOPA tá aí para isso, negócio de sujar o dedo”.

As mulheres marisqueiras pontuam a política de educação como referência para transformação social em sua comunidade. Segundo respostas, as mulheres marisqueiras consideram a educação, o nível de escolaridade, elemento fundamental para eliminar desigualdades para inserção no mercado de trabalho.

⁸ Programa Todos Pela Educação – TOPA criado pelo governo do Estado da Bahia desde 2007.

Na análise dos dados sobre escolaridade podemos perceber que dentre as que concluíram o 2º grau completo houve representação de 36%, porém os níveis de ensino fundamental I e II somam juntos 48%. Dessa forma, podemos perceber que os resultados dessa pesquisa confirmam os dados do relatório do Ministério da Pesca e Aquicultura de 2012, em que entre pescadores no Brasil prevalece o nível fundamental como nível de escolaridade.

Ao serem questionadas acerca das dificuldades para sua inserção no mercado de trabalho responderam:

“É os estudos...” (Azaléia, 18-25 anos de idade, 2º grau completo).
“Queria ser pediatra...” (Dália, 18-25 anos de idade, 2º grau completo).
“Estudo pesa mais” (Flor de Lis, 26-40 anos de idade, 2º grau completo).
“Se não tem ensino é mais difícil achar emprego, por não completar o ensino, os estudos” (Orquídea, 26-40 anos de idade, 2º grau completo).
“Quem não tem conhecimento, fica difícil, na minha época conhecimento era pouco” (Crisântemo, 41-60 anos de idade, 5ª a 8ª série do ensino fundamental II).
“O estudo aqui, é fraco” (Carmélia, 41-60 anos de idade, 5ª a 8ª série do ensino fundamental II).
“O estudo! Tem que ter estudo” (Alfazema, 18-25 anos de idade, 5ª a 8ª série do ensino fundamental II).
“Se eu tivesse estudo dava para outra coisa, antes era só empregada doméstica, tinha que ir para casa dos “brancos” trabalhar, os pais não se interessava para por “fio” para estudar, acho que eu ia aprender muita coisa”(Acácia Amarela, 61-65 anos de idade, 1ª a 4ª série do ensino fundamental I).

Hasenbalg afirma, as desigualdade raciais não podem ser atribuídas ao passado de atraso ou a algum fenômeno de demora cultural, mas formam parte integrante do processo de modernização capitalista, favorecendo a interesses que exclui os negros da competição direta com os brancos, concentrando, portanto riqueza e benefícios (HASENBALG, 1979 apud PINHO, 2010).

Deste modo, podemos perceber que as manifestações das desigualdades sociais na atualidade não podem ser naturalizadas pela justificativa de algumas atribuições do passado, mas devem ser interpretadas e constituir o objeto para transformação através da intervenção humana.

Valle Silva (2003) salienta, há transmissão intergeracional no âmbito da desigualdade social no Brasil, desde o contexto familiar (nascimento) até a situação atual do indivíduo após

formação de novas gerações. Valle Silva ressalta, que a estrutura desigual de recursos e oportunidades tornam-se fatores relevantes em cada fase do ciclo de vida de um indivíduo, decorrentes tanto do contexto histórico como de fatores externos que são agregados a sua realidade durante o decorrer de uma vida, tornando-se elementos automáticos para transmissão de determinados elementos de exclusão.

Portanto, realizando uma articulação com a afirmação de Valle Silva e o contexto de vida das mulheres marisqueiras, podemos afirmar que a transmissão intergeracional dentro de um contexto familiar e de comunidade pode estruturar um ciclo de exclusão ou inclusão de indivíduos para determinados aspectos da vida cotidiana.

Em alguns discursos percebemos que marisqueiras mais idosas relembram que em outros períodos a inexistência de políticas públicas para as mulheres na comunidade, como educação, as excluiu na atualidade de algumas vantagens para inserção no mercado de trabalho formal.

Neste contexto de respostas dadas nas entrevistas percebemos que na atualidade, o nível de escolaridade entre mulheres mais jovens têm aumentado, devido ao acesso a escolas e cursos profissionalizantes existentes na comunidade, o que nos remete a uma reflexão acerca das possibilidades de inserção no mercado de trabalho formal, que não dependem exclusivamente do nível de escolaridade, pois em entrevistas o nível de escolaridade do 2º grau completo, não permite que estas mulheres venham a se inserir em outras atividades que demonstram almejar.

As desigualdades sociais no Brasil na atualidade vão estruturando novas formas de se apresentar, de modo que a população não percebe os mecanismos que as excluem, embora com o nível de escolaridade mais elevada, parte da população, diga-se neste trabalho de mulheres marisqueiras, permanece excluída de outros postos de trabalho nos quais almeja participar ou estão inseridas em um processo de integração subordinada⁹.

Segundo Hasenbalg, há o caráter não automático da correlação entre melhor instrução e melhor renda que sugere disjunção entre dimensões da “estrutura social” (HASENBALG, 2003 apud PINHO, 2011).

Em entrevista 72% responderam que o grau de escolaridade é fundamental para melhor inserção no mercado de trabalho formal, 8% consideram como fator importante a experiência profissional, 8% afirmaram ser a idade (sendo esta avançada se torna elemento

⁹ O termo “Integração Subordinada” ver Pinho (2006).

para sofrer preconceito), 8% por dificuldade de transporte (deslocamento) para outras localidades e 4% não especificaram o motivo.

No entanto, Pinho (2011) considera esta falta de articulação entre o aumento do nível de escolaridade e ascensão na renda no Brasil, como processo em que a cor/raça tem papel explicativo central.

No roteiro da entrevista também foi questionado se houvesse a possibilidade de inserção em outra profissão, se elas deixariam de ir para o mangue, uma vez que esta é uma prática adquirida desde a infância. A maioria, conforme podemos visualizar, afirmou que continuaria a ir para o mangue, independente de conseguir ou não outra atividade. Mas foi perceptível nas respostas, que gostariam de ir como lazer, como atividade alternativa, pois a dependência do mangue, tem se tornado também escassa, segundo respostas em entrevistas, devido à diminuição do marisco no manguezal, o que poderá acarretar desemprego para vários trabalhadores desta região, que dependem exclusivamente da pesca artesanal. Sem ambiente de trabalho para mariscagem e sem especialização para inserção em outro mercado de trabalho, essas mulheres se tornam duplamente vulneráveis.

Acerca deste questionamento responderam:

“Gosto porque me divirto conversando, dando risada. É o único trabalho que tem, que não precisa de escola, de nada” (Orquídea).

“Gosto, ah! Nossa família sempre mariscando e nisso a gente cresce” (Violeta).

“Gosto de mariscar foi à profissão que eu aprendi desde pequena” (Jasmim).

“não gosto de ficar parada, até trabalhando eu ia, precisa ‘mermo’ é bom fazer aquilo” (Flor do campo).

“Sim, quando não vende, come, dá risada, tudo isso” (Azaléia).

“Sim, acho um trabalho divertido, você não vai só, vai um grupo de mulheres, ninguém faz o trabalho de cara grande, enfezada, apesar de ser trabalho duro, quando não é de facão é de dedo...” (Crisântemo).

Marx afirma (1982, p.09) “A produção não cria somente um objeto para o sujeito, mas também um sujeito para o objeto”. Na comunidade a mulher marisqueira ao almejar suprir as suas necessidade, cria a produção de mariscar, pescar, neste aspecto existe uma identificação com a atividade, a mulher transforma a natureza e a si mesma. Ela adquire maiores objetivações e constrói a sua subjetividade.

Não consistindo apenas em uma atividade de subsistência, para adquirir o alimento, mas como prática em que elas se identificam, como pertencente a uma comunidade em que preserva em seu cotidiano tradições.

Ao serem questionadas se almejam inserção em outra atividade diferente da mariscagem 62,5% afirmaram que sim, sendo que 37,5% afirmaram que não gostariam de se inserir em outra atividade. Acerca da continuidade da atividade, caso fosse inserida em outra atividade: 4,2% continuariam se houvesse tempo ou nos fins de semana, 70,8% continuariam como lazer, neste percentual podemos apreender a pertinência da cultura do marisco no seu processo de sociabilidade, 25% afirmaram que jamais abandonariam a mariscagem.

Desse modo, esta atividade envolve tradições culturais que possuem aspectos de categoria política, em que pessoas pertencentes a essas comunidades reivindicam o direito de permanecer realizando atividades tradicionais transmitidas pelos seus antepassados, representando continuidade do uso de um espaço, com costumes e tradições, perpetuação de uma memória histórica e principalmente da ocupação de espaço com produção coletiva, em que predomina afinidade, laços de parentesco e reciprocidade com relações de solidariedade.

6.7 Transmissão do conhecimento da atividade tradicional de mariscagem

O conhecimento acerca destas atividades tradicionais de mariscagem é repassado através da linguagem articulada. Segundo Netto e Braz (2009), o ser social possui a capacidade de socialização. Estas atividades de mariscagem pressupõem comunicação, representações e símbolos em que são elaboradas objetivações à medida que concretizam as finalidades propostas anteriormente na consciência dos indivíduos. Montañó (2002) enfatiza, que a linguagem articulada se torna uma determinação estruturante que confirma a centralidade da categoria trabalho.

As mulheres marisqueiras mais antigas utilizam a linguagem articulada e a sociabilidade para preservar as tradições locais, repassando o conhecimento das práticas dessas atividades para indivíduos mais jovens.

A subjetividade das mulheres marisqueiras de Santiago do Iguape não se constituiu do vazio, ela foi construída a partir de objetivações adquiridas no conjunto de interações em que

ela foi inserida, e na forma como elas se apropriaram dessas objetivações sociais e respondem pela estrutura da sua personalidade.

Deste modo, dentro da comunidade existem ligações de afinidade, de linguagem própria, que propiciadas pela matéria prima do manguezal e da bacia do Iguape criaram um mecanismo de autossuficiência que permitiu a produção coletiva com relações de solidariedade para a comunidade e preservação das tradições locais até os dias atuais.

A comunicação, através da linguagem articulada transmite objetivações adquiridas nas atividades de mariscagem, antigas mulheres marisqueiras repassaram o conhecimento da atividade de mariscar para as mais jovens, é uma forma de perpetuar e universalizar as atividades tradicionais.

Conforme afirma Paixão e Gomes (2012), na historiografia da mulher negra no Brasil em áreas rurais, locais onde predominaram plantações, eram a linguagem e a música como instrumentos mediadores utilizados para educarem os filhos, reinventando sentidos culturais. Sendo também a mulher negra em toda América responsável pela manutenção da família nos mais variados sentidos, esta tinha o papel fundamental de transmitir as crenças e valores de uma comunidade através da oralidade (BUSH, 1990 apud PAIXÃO; GOMES, 2012).

Freire (1995, p. 330) afirmou: “as negras se tornaram entre nós as grandes contadoras de histórias”.

As mulheres marisqueiras relataram que suas mães as ensinaram a atividade de mariscar, ensinando a respeitar os fenômenos da natureza, de modo que o mangue possui representações como lugar que concede alimento para comunidade. Ao perguntar de que forma elas repassam a técnica de mariscar, responderam:

“Mostra o lugar onde estar o marisco” (Dália).

“A mãe leva o facão, mostra e ensina a tirar” (Flor do campo).

“Falando, tirando e “mostrano”, quando a gente se abaixa, encara, aí vê um buraquinho, mete o facão, e sobe o facão para cima, aí ele sai (o marisco)” (Alfazema).

“Levo, mostro , digo: tire aqui! Tira com o dedo, é mais fácil” (Crisântemo).

E todas elas sabem como devem comparecer no mangue e quais as práticas que devem ser realizadas neste local.

Questionadas acerca de como foram preservadas as atividades de mariscagem até a atualidade, percebemos que também há implicações de gênero para este aprendizado, pois em entrevistas 92% das mulheres marisqueiras afirmaram que foram suas mães que repassaram o conhecimento da atividade de mariscagem e 8% foram amigas que ensinaram a mariscar.

Sendo pessoas mais jovens do sexo feminino, preferencialmente, levadas para aprender a mariscar, confirmando, portanto, o pensamento de Saffioti (1987) acerca das determinações socialmente construídas, que definem o lugar do homem e da mulher.

Acerca da preferência para ensinar a atividade de mariscagem, 21,7% afirmaram serem os meninos, 60,9 % correspondentes às mães ou parentes que preferem levar as meninas e 17,4% levariam tanto meninos como meninas para aprenderem a mariscar.

Em entrevista, a maioria, afirmou ter começado a mariscar na infância com menos de 16 anos de idade correspondendo a 96% e após os 16 anos de idade apenas 4%.

Portanto, as atividades de mariscagem são de forma predominante realizadas por mulheres, sendo a transmissão repassada em maior número para as meninas, o que poderá representar a continuidade em atividade sempre realizada, na sua maioria, por mulheres.

Dessa forma, consideramos relevante observarmos a predominância de mulheres na atividade de mariscagem, a compreender a sua participação efetiva e os significados que elas representam nesta atividade.

Embora, durante entrevistas muitas mulheres afirmaram ser uma profissão em que homens e mulheres devem exercê-la, percebe-se na maioria das respostas a prevalência em repassar o conhecimento da atividade de mariscagem para as meninas. No entanto, em análises dos dados a quantidade de mulheres mais jovens tem se tornado decrescente necessitando posteriormente de uma pesquisa mais aprofundada acerca desta diminuição em continuar na atividade de mariscagem na comunidade de Santiago do Iguape.

6.8 A mulher marisqueira e a práxis

A práxis, segundo Lukács (1979), mesmo sendo a imediata e cotidiana, contém em si a referência à consciência, é sempre um ato teleológico, no qual há finalidade a ser alcançada.

As mulheres marisqueiras transformam as matérias naturais, dos manguezais, em produtos que atendem às suas necessidades, essa transformação na natureza, elas realizam através dessa atividade de mariscagem.

Os meios de trabalho, os instrumentos são os mais simples, a “lima” (Pequeno ferro em formato de lança para retirar o marisco do mangue com mais facilidade, é pouco utilizado, preferem o facão e com maior frequência, a mão), facão, “gás” (para passar no corpo como proteção contra insetos que existem dentro do mangue), sapatão (O sapatão é uma sapatilha feita com retalhos de calça “jeans” ou pedaço de couro, as marisqueiras costuram a mão, são utilizados para proteger os pés contra cortes feitos pelas cascas do marisco no mangue), capotão, calça.

A utilização destes meios de trabalho significa mediação entre elas e a natureza, com a finalidade de transformar o que é encontrado no mangue como matéria para sobrevivência, ao concluir todo o processo do trabalho existem finalidades: ou de repassar para o revendedor no comércio local “a venda”; ou como garantia de alimento para si e para sua família.

O trabalho neste contexto equivale a uma prática a suprir a uma necessidade, a alimentação, mas o trabalho atende a diversas necessidades, e cria novas objetivações, subjetividades.

A continuidade desta atividade até os dias atuais representou, segundo relatos destas mulheres, meio de alcançar a finalidade de dar suporte a sua família a continuar vivendo na sua comunidade rural, que por diversos anos devido às transformações societárias que ocorreram no Brasil e com repercussões para Cachoeira-Bahia passou por várias fases de exclusão social e política, no entanto, conforme acesso a novas políticas públicas, as comunidades quilombolas no país puderam ter seus direitos garantidos após a constituição de 1988 e avanços com os movimentos sociais, principalmente através do movimento negro no Brasil que intensificou a luta por direitos da população negra a partir dos anos 70 no Brasil.

Deste modo, a atividade de mariscagem realizada por estas mulheres é o símbolo de resistência, que articulou meios de sobrevivência e luta efetiva por transformações da sua realidade dada. Ainda nos dias atuais, podemos perceber sua efetiva participação em órgãos da assistência social em busca por acesso a benefícios que possam garantir melhor qualidade de vida para si e sua família.

A práxis segundo Kosik (1976) não é um conceito filosófico, mas uma categoria que trata da teoria dialética da sociedade, sendo a práxis ativa, como atividade que se renova historicamente, continuamente.

A mulher marisqueira ao realizar a sua atividade ela realiza a práxis porque há uma unidade entre ela e a natureza, que esta mulher transforma. De modo que ao realizar a práxis esta mulher se articula com todo o ser e a determina na sua totalidade, não sendo algo exterior, mas como objetivações que lhe são inseridas, no domínio total da natureza a lhe proporcionar a liberdade humana. Nesta atividade de mariscagem além do momento laborativo existe o momento existencial, que manifesta dois tipos de atividades: objetiva e subjetiva.

A práxis, segundo Lukács (1979) , contém em si um ato teleológico, no qual a posição da finalidade precede e objetiva a realização. Porém as consequências das ações nem sempre são previsíveis e requerem um leque de alternativas.

Para as mulheres marisqueiras não há segurança em adquirir a quantidade de mariscos que almejam, dependendo de vários fatores externos a sua vontade. O próprio manguezal, segundo elas em entrevista, tem fornecido poucos mariscos, portanto, para continuidade dessas atividades tradicionais faz-se necessário um conhecimento concreto de finalidades e meios, a garantir sempre no retorno do manguezal uma quantidade de mariscos a ser consumidos pela família.

Estas mulheres necessitam possuir conhecimento prévio das condições do seu espaço de trabalho e dos instrumentos para obter sucesso nas suas ações no momento laborativo de mariscar, a escolher entre diversas alternativas para concluir sua atividade de mariscagem, seja utilizando embarcações para explorar manguezais mais distantes da comunidade, ou de conhecimento do manguezal, dos fenômenos naturais que pescadores e marisqueiras se utilizam como instrumento estruturado de símbolos e valores pertinentes a sua cultura.

Dessa forma, podemos afirmar que as posições teleológicas, que constitui o trabalho, põem em funcionamento as séries causais, ou seja, o que está dado na realidade a ser transformado, as relações sociais e relações de produção que perpassam o modo de produzir em comunidades tradicionais.

Como uma forma peculiar, porque nestas são preservadas, na atualidade, um trabalho em que predomina a transformação da natureza pelo homem, mas acima de tudo transformação de si, envolvendo a sua subjetividade.

Não sendo, portanto, diretamente vitimizada pelo processo de alienação, que prevalece no trabalho absorvido diretamente pela ampliação do capitalismo, em que o sujeito não se identifica com a atividade a ser exercida. Pois, segundo Lukács (2007, p.230), as posições teleológicas são “[...] modo de pôr uma posição sempre realizada por consciência [...]”.

Para nos apropriarmos das categorias que Marx nos apresenta como determinações estruturantes para o ser social, podemos afirmar que as mulheres marisqueiras na realização de suas atividades para suprir suas necessidades propõem finalidades e antecipam metas. Utilizando a categoria teleológica, ou seja, a possibilidade, para concretizar a sua atividade através dos meios de trabalho. Segundo Santos (2010), as posições teleológicas têm por limite as determinações da causalidade, apesar de se contraporem estão intimamente ligadas, pois a finalidade incide em transformar algo.

Não se reduzindo apenas a transformação da natureza, como espaço físico, mas como preservação de uma atividade tradicional, que está envolvida com movimento de reivindicação e de contestação política em preservar sua cultura e ampliação de direitos sociais e políticos. Segundo Cruz (2010), foram as atividades culturais que fortaleceram as organizações políticas na região das comunidades quilombolas do Iguape, como a dança afro. A própria permanência desta atividade na atualidade é uma contestação política, diante da ampliação mercadológica em diversas atividades econômicas no Recôncavo. A preservação destas atividades neste contexto de avanço do capital representa uma luta também pela preservação da sua identidade e manutenção de indivíduos mais jovens em sua comunidade.

O modo como a comunidade de Santiago do Iguape estrutura as suas interações sociais, a divisão do trabalho no contexto familiar, o modo como transmitem as tradições, o modo de produção estão intrinsecamente ligados a esta manifestação da sua vida cotidiana. Essa maneira como manifestam a sua vida reflete exatamente o que elas são.

O que elas são coincide com sua produção, as condições materiais da sua produção define o modo de ser (ENGELS; MARX, 2002).

Em visita à comunidade, em pesquisa de campo, podemos perceber a vida cotidiana das mulheres marisqueiras, dos pescadores, enfim da comunidade, na intenção de ultrapassarmos a imediatividade essa aproximação nos permitiu conhecer algumas particularidades que compõe a totalidade das mulheres de Santiago do Iguape com implicações da categoria gênero prevaletentes em atividades tradicionais.

Destarte, a práxis na sua essência e universalidade revela o segredo que há nestas mulheres ao realizarem suas atividades tradicionais, como ser ontocriativa, que transforma a sua própria realidade na comunidade até os dias atuais.

6.9 A mulher marisqueira e sua integração na comunidade

A vida cotidiana, segundo Heller (2008), é a vida do homem na sua totalidade, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos da sua individualidade, personalidade. A vida cotidiana dessas mulheres está inserida no contexto histórico. A mulher marisqueira é produto de suas relações sociais, e sua integração na comunidade a faz humano genérico, pois não é um sujeito isolado, mas em constante integração com todos que pertencem à comunidade de Santiago do Iguape, e essa integração não elimina a sua particularidade. Segundo Heller (2008, p.49-50):

[...] A atividade prática do indivíduo só se eleva ao nível da práxis quando é atividade humano genérica consciente; na unidade viva e muda de particularidade e generacidade, ou seja, na cotidianidade, a atividade individual não é mais do que parte da práxis da ação total da humanidade que, construindo a partir do dado, produz algo novo, sem com isso transformar o novo já dado.

As mulheres marisqueiras em suas respostas afirmaram que gostam de realizar suas atividades em grupo, o que caracteriza sua atividade em afinidade e ajuda mútua.

Algumas dessas mulheres afirmaram já terem vivido em alguns momentos preconceito devido sua atividade de mariscagem:

“Eu mesma era preconceituosa tinha vergonha de dizer, marisqueira, hoje eu dou valor” (Jasmim). (com referência a valorização das políticas públicas que incentivam a identidade da mulher marisqueira das comunidades quilombolas).

“Sim , quando entrei em um carro, as pessoas falavam do cheiro do marisco, o melhor lugar é no ônibus” (Hortênsia). (ônibus que transporta estudantes da comunidade para zona urbana).

“Sim, a mulher falou que marisqueira não tinha valor, mas eu respondi: Hum! Marisqueira tem todo valor, melhor do que ficar na cadeira assinando nome de A e B, a mulher voltou atrás, mas já ofendeu” (Iris azul).

Em entrevista no total geral 20% afirmaram terem sofrido preconceito em virtude da profissão e 80% afirmaram nunca ter sofrido nenhum tipo de preconceito em virtude da atividade de mariscagem.

Segundo resultados em entrevista, uma marisqueira afirmou que nenhuma marisqueira de Santiago do Iguape vende nos Mercados de Peixe ou feira livres nas zonas urbanas, elas podem vender diretamente para as comerciantes das feiras ou mercados do peixe da zona urbana dentro da sua comunidade ou sob encomenda antecipada, mas não vendem diretamente a população que frequenta as feiras livres da zona urbana, informação confirmada com o Presidente da Colônia.

A venda dos mariscos apenas dentro da comunidade é uma prática rotineira, mas consideramos que limitam, de forma expressiva, as possibilidades de ampliação desta atividade, segundo as marisqueiras em entrevista, tanto as mulheres como os homens mais jovens tem perdido o interesse em proporcionar continuidade a atividade de mariscagem.

O preconceito, segundo Heller (2008) , põe obstáculos ao aproveitamento das possibilidades, a autora considera necessário libertar-se dos preconceitos para não fracassar inclusive pessoalmente. As mulheres marisqueiras consideram um avanço as políticas públicas direcionadas as comunidades quilombolas, por fortalecer o reconhecimento de identidade da mulher marisqueira, e desse modo se liberta dos preconceitos que historicamente foi agregado a profissão.

Em dialogo com uma moradora da comunidade, esta afirmou que a identidade de marisqueira era em períodos passados relacionada a pobreza, hoje ela é valorizada como elemento cultural, o que favorece o prazer em exercer esta atividade.

Ao serem questionadas acerca desta representatividade da profissão 8% consideraram que a atividade de mariscagem representa ser um trabalho honesto e que dava orgulho e 14% consideram representar domínio sobre a natureza para transformá-la.

Uma marisqueira relatou em entrevista acerca do êxodo dos jovens para outras localidades para se inserir no mercado de trabalho em outras cidades:

*“Os meninos antigamente queriam ficar na pesca, todos aqui em casa sabem pescar, mas agora preferem trabalhar na obra, tem um em..... outro em , mas não quer viver da pesca, o pai vai só, ninguém quer pescar”
(Girassol).*

13% das mulheres marisqueiras consideram a mariscagem um trabalho desvalorizado, inserido como falta de opção e acreditam que devido a isto muitos jovens têm buscado empregos formais e informais fora da sua comunidade.

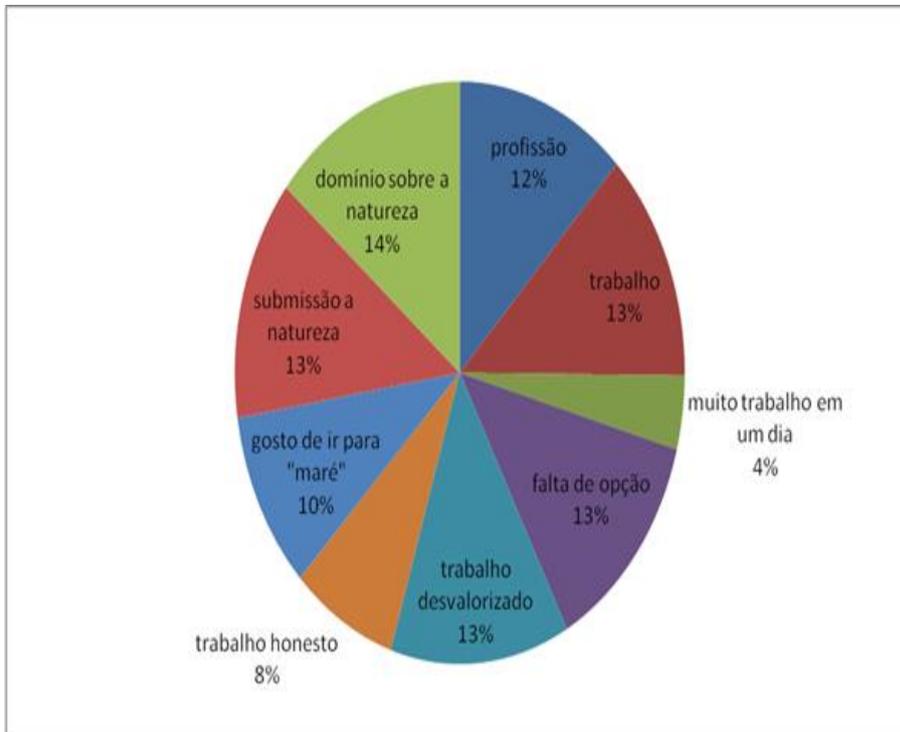


Gráfico 2-Representação da atividade de mariscagem

Fonte : Pesquisa Direta

6.10 O êxodo rural em Santiago do Iguape

Santiago do Iguape é uma comunidade remanescente de quilombo, e se declaram pertencentes a um grupo de pessoas que historicamente constituiu representações, símbolos próprios da sua comunidade. São descendentes de indivíduos que no passado constituíram a comunidade dos quilombos da Bacia do Iguape, devido ao contexto histórico anteriormente relatado, de forma breve, no início deste trabalho monográfico.

Os moradores dessa comunidade reivindicam sua identidade, e os hábitos até os dias atuais são as representações mais visíveis da sua resistência, os indivíduos que ali residem

preservam práticas que nos demonstram a ligação histórica e como o universo simbólico tem ordenado a sua história e constituído o seu presente através das atividades tradicionais de pesca e mariscagem e na forma como interagem entre si e com as pessoas que visitam a sua comunidade.

No entanto, devido ao processo de modernização que estrutura de modo diferenciado a inserção no mercado de trabalho para sujeitos que necessitam de mobilidade social e econômica, há uma integração subalternizadora para aqueles que se inserem em atividades estranhas a sua formação, devido à necessidade de inserção para venda da sua força de trabalho, visando uma renda individual e percupta maior e /ou fixa.

Para realizarmos uma análise das particularidades da mulher marisqueira, ultrapassando a imediatividade da realidade que sofre uma homogeneização, precisamos nos apropriarmos das categorias ontológicas de singularidade, particularidade e universalidade. Como afirma Santos (2010, p.20) no “caminho de ida” e “caminho de volta”. A compreender as categorias ontológicas como modos de existência do real.

No nível da universalidade para nos afastarmos das aparências imediatas e nos apropriarmos das leis que explicam, justificam o singular e o particular.

O nível da particularidade para apreendemos as mediações existentes entre os dois níveis de singularidade e universalidade, sendo o nível da particularidade, o nível em que a totalidade será apreendida no modo como se apresenta na singularidade, com os seus aspectos de contradição entre fenómeno e essência.

E o nível da singularidade, local onde se apresenta os resultados da ação humana, onde se apresenta a imediatividade. Deste modo, consideramos relevante a compreensão dos processos históricos no seu movimento dialético, em que formula a tese, antítese e síntese. Ou seja, ao percorrer o nível da universalidade e da particularidade, para no processo de retorno a singularidade podermos perceber a realidade dada como alternativa para realizarmos uma transformação, pois neste retorno à singularidade, já nos apropriamos das conexões da totalidade e do seu processo contraditório, dialético entre fenómeno e essência.

Portanto, de forma breve tentaremos demonstrar como ocorreu à luta da população negra para inserção no mercado de trabalho durante o processo de modernidade implantado no Brasil, e como, na atualidade, a realidade da mulher negra tem sido delineada para inserção neste mercado de trabalho formal brasileiro.

Conforme as respostas dadas nas entrevistas buscou-se compreender o processo que desencadeia o êxodo rural e coloca mulheres jovens da zona rural, como a de Santiago do

Iguape, em situação de vulnerabilidade e exclusão social marcada por um mercado de trabalho que não garante direitos trabalhistas, ao se inserirem em trabalho fora da sua comunidade.

Conforme resposta do coordenador do CRAS, há essa demanda de mulheres que saem da sua comunidade a procura de inserção em mercado de trabalho formal.

O êxodo rural ocorre quando esta mulher, em idade favorável ao mercado de trabalho pela lógica do capital que a absorve, é retirada da sua comunidade porque não encontra possibilidades de sua atividade tradicional ser reconhecida e ampliada no mercado formal. Estas mulheres são, assim, inseridas em outras localidades com integração subordinada, em que o trabalho perde a sua centralidade e o mercado do consumo passa a ser o centro e o trabalho, o meio de alcançar a plenitude neste mercado de consumo.

Ou seja, a mulher que não encontra subsídios para permanecer no seu mercado de trabalho favorecido por atividades tradicionais em sua comunidade está vulnerável a ser remetida a outras atividades estranhas a sua formação.

Essa inserção desordenada favorece a superpopulação relativa. Maranhão (2008) salienta ser a superpopulação relativa favorecida por um conjunto de grupos bastante amplos de trabalhadores que se encontram desempregados.

Dessa forma, consideramos importante abordarmos, de forma breve, as implicações históricas mais recentes para essa inserção no mercado de trabalho para mulheres negras no Brasil. Como Santos (2010) sugere, num “caminho de ida e volta” para retornar e compreender a realidade como está dada na sua singularidade.

Na década de 1930, a mobilização das organizações negras se propõem a ampliar o acesso dos negros a educação, a oportunidades de trabalho, e maior participação na vida política e econômica do país (SILVA; NASCIMENTO e NASCIMENTO, 2003 apud HERINGER, 2011). O projeto UNESCO, segundo Heringer (2011), nos anos 50 foi um marco importante do estudo das relações raciais no Brasil, embora a UNESCO tivesse uma imagem positiva do país acerca da problemática racial devido ao que foi estabelecido após a teoria de democracia racial de Gilberto Freire (1933) em sua obra *Casa Grande & Senzala*, que com frequência é interpretada como padrão de relações raciais harmoniosas e não polarizada, essa interpretação serviria para justificar uma modalidade de integração da população negra em que seus direitos e oportunidades historicamente seriam negligenciados. De modo que no decorrer da construção histórica do Brasil nos fins do século XIX e transcorrer do século XX registrou-se enormes desigualdades socioeconômicas, sendo que

para os negros foi difícil compreender que suas condições de vida precárias eram resultantes da discriminação racial existente, uma vez que havia um discurso de democracia racial que camuflava a realidade que era imposta à população negra.

Nos anos 1960 e 1970, Heringer (2011) enfatiza que o processo ditatorial vigente dificultou a organização do movimento negro, embora isto não tenha impedido formas de resistência cultural negra principalmente nos centros urbanos.

Nos anos 80 e 90 segundo a autora, o movimento negro apresentou-se para denunciar o racismo e discriminação racial existente no Brasil, que estavam patentes na vida cotidiana de brasileiros, que atingia de forma predominante os afrodescendentes, e também para dar maior visibilidade à dimensão estrutural do racismo no Brasil. O que foi apresentado e debatido nos fins dos anos 1990 em relação à temática racial com maior ênfase pelo movimento negro foi o acesso à educação e inserção no mercado de trabalho, a proposta não era apenas de apresentar-se como bandeira de mobilização ou palavra de ordem, segundo a autora, o movimento negro pretendia realizar um impacto concreto sobre o público alvo, realizando mobilizações de diferentes setores da sociedade no sentido de adoção de políticas de promoção da igualdade.

A partir de 2001, após o marco da Conferência de Durban, Conferência contra o Racismo, diferentes setores no Brasil se mobilizaram para atingir a maior igualdade racial, a autora apresenta as ações afirmativas. O termo ação afirmativa dentre outras definições apresentada pela autora, refere-se a políticas e pronunciamentos obrigatórios e voluntariados com o objetivo de combater a discriminação no mercado de trabalho.

No governo do presidente Lula, foi definida a destinação de 15% dos recursos do Plano (Plano de Ação para o Sistema Nacional de Emprego) para atender grupos de pessoas vulneráveis, incluindo afrodescendentes. No entanto, a autora afirma que houve lideranças que se posicionaram contra as propostas de inclusão racial, insistindo dessa forma, na proposta de inexistência do conflito racial no Brasil. A sociedade civil, segundo Heringer, tem e continuará a ter um papel importante nos rumos que o poder público vai tomar acerca da temática racial, devendo as organizações negras e antirracistas demonstrar os impactos e sucessos das políticas de ação afirmativa atuantes, de modo a garantir sua permanência e ampliação.

Heringer (2011) salienta, que a sociedade civil e o setor privado têm desenvolvido experiências concretas de promoção da população negra. Nas ações das empresas, a autora cita que, há preocupação com a inserção desta população no mercado de trabalho.

Paixão e Gomes (2012) através de análises acerca da inserção da mulher negra ao mercado de trabalho brasileiro avaliam os principais indicadores desagregados pelos grupos de cor ou raça e sexo. Os autores almejam identificar os impactos dos modelos de sociedade e modos de inserção formal para a mulher negra considerando as implicações existentes de gênero. Os autores realizaram análises de 1995 a 2006, através de dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio-PnaD. Os autores apresentam os dados que comprovam o quanto o mercado de trabalho para as mulheres negras no Brasil é uma esfera hostil. Sendo que em 2006 a População Economicamente Ativa – PEA negra tinha sua maioria na modalidade do emprego sem carteira assinada, inserida no emprego doméstico, do trabalho por conta própria sem ensino superior completo, de produção para o próprio consumo e não remunerada. No Brasil, 54,1% do total de desocupados eram negros, deste total 30,8% eram mulheres. Os autores afirmam que em 2006, o rendimento mensal dos homens brancos em todo país equivalia a R\$ 1.164,00. Este valor, no mesmo ano, era 54,3% superior à mesma remuneração obtida pelas mulheres brancas (R\$ 744,71), 98,5% superior a dos homens pretos e pardos (R\$ 586,26) e 200% à recebida pelas mulheres pretas e pardas (R\$ 388,18).

Os indicadores, segundo Paixão e Gomes (2012), revelaram que a inserção das mulheres negras no mercado de trabalho é nitidamente desigual diante de outros contingentes.

Garcia (2006) ao comentar sobre movimentos sociais realizados por mulheres na cidade de Salvador-Bahia, afirma que o objetivo destes era ampliar e assegurar direitos sociais políticos e econômicos. A autora salienta que é importante considerar os efeitos associados de classe, gênero e raça, sendo importante reconhecer que as desigualdades de gênero e de raça no mercado de trabalho e a desigual distribuição de renda estão na gênese dos problemas urbanos brasileiros. Garcia afirma, a participação da população negra no mercado de trabalho ainda é desproporcional ao contingente populacional que representa, considerando que a situação ainda fica mais crítica quando se analisa os postos de trabalho de maior influência e maiores salários.

Segundo Pinho (2010, p.37), Ianni considerou que “raças são a forma concreta de subordinação de classes em sociedades pós escravistas como o Brasil e o preconceito racial será a forma como se garante as condições para a exploração capitalista em um contexto racialmente determinado”.

Remetendo-nos a compreender as múltiplas expressões da questão social que perpassa o cotidiano da vida social, política, econômica e cultural dos brasileiros, e questionando quem

são os indivíduos que estão excluídos do mercado de trabalho e os fatores que estruturam os índices de desigualdade no Brasil. Podemos afirmar que o processo de desigualdades sociais no Brasil também envolve estudos das relações raciais e de gênero.

Deste modo, Florestan e Ianni, ao enfatizar a categoria classe e as transformações societárias do capitalismo no Brasil, reconheceram que a categoria raça pertence a um dos complexos que interagem, de forma relevante, na dialética da sociedade brasileira.

Dessa forma, considera-se relevante na atualidade observarmos de que forma a mulher de comunidades tradicionais que se autodefinem negra tem sido inserida no mercado de trabalho formal e informal, quando ao almejar renda fixa/maior individual e per capita, perdem o interesse na continuidade das atividades de sua comunidade e é inserida em atividade, na sua maioria, sem vínculo empregatício. Forçadas a isto pela ideologia própria do capitalismo de criar sujeitos para o consumo e garantindo um exército industrial de reserva.

Essa inserção no mercado de trabalho por indivíduos mais jovens, segundo Ianni, (1992), representa a superpopulação relativa que busca nos centros da indústria moderna, fábricas, usinas, siderúrgicas e minas, construção civil, inserção em períodos em que os trabalhadores são atraídos para preencher vagas de emprego, mas logo são repelidos devido ao aumento da escala da produção formando, desta forma, a superpopulação flutuante. Neste contexto segundo o autor, a população feminina é a mais atingida. O capital almeja absorver ao máximo o número de trabalhadores jovens, sendo que o trabalhador inserido neste contexto do mercado da força trabalho ao alcançar mediana idade torna-se integrante das fileiras dos supérfluos, pois com o crescimento do proletariado há rápida substituição das gerações de trabalhadores (IANNI, 1992, p.125-126).

A modernização das relações sociais é uma modernização dos sujeitos sociais e ambos os processos são definidos por suas contradições [...] porque o modelo específico de desenvolvimento histórico da sociedade brasileira combinou de modo particular e particularmente nefasto desenvolvimento e empobrecimento. Nesse processo a cor/raça tem papel explicativo central (PINHO, 2006).

Segundo Pinho (2010), O desenvolvimento dos estudos sobre relações raciais no Brasil marca o movimento de profissionalização e institucionalização das ciências sociais brasileiras. Florestan Fernandes e alunos irão desenvolver o estudo pelo problema negro na sociedade de classes. Florestan Fernandes e Ianni irão analisar a inserção do negro na

sociedade de classes “na ordem social competitiva”. Pinho analisa a relação que há entre raça e classe em como se apresentou neste período e as influências para posteriores análises acerca destas categorias no Brasil. O autor considera que a análise realizada por Florestan e Ianni compreende a realidade histórica da escravidão, sua superação como modo de produção e transformação da sociedade brasileira pelo trabalho livre.

Dessa forma, Pinho (2010) afirma que Florestan e Ianni abordam a interação dos sistemas raciais com a estrutura social no Brasil. Sendo que o racismo e as raças compõem de modo intrínseco esta estrutura social.

Pinho enfatiza, que para “[...] combater o racismo seria neste sentido transformar a sociedade” (Ibid., p.39). Sendo o processo de modernização no Brasil estruturado com novas reinterpretações e novos significados do passado da população negra, como processo dialético de ressignificação coletiva da história da sua própria constituição, ou seja, a partir de ações do movimento negro em todo Brasil e principalmente na Bahia , a exemplo do que ocorreu nos anos 1970.

O processo de modernização seria apreendido não como legado do passado nem com resquícios tradicionais, mas como consequências de ações, práticas de um desenvolvimento atual do processo social nacional.

Guimarães (2008) afirma, no Brasil a população negra está inserida em um conceito que aparece sempre nos discursos, o conceito cor, embora existam outros conceitos, como o conceito de classe e cultura.

Dessa forma, Pinho (2010, p.91) questiona acerca do debate racial existente ainda no século XXI no Brasil, da seguinte forma:

[...] por que precisamos falar de raças como “coisas” categorias, objetos do senso comum, que, na verdade, não existem em lugar nenhum, quando podemos falar de raças como práticas ou procedimentos racializantes ? Práticas de oposição e construção de hegemonia que se desenvolvem em níveis diversos e em direções diferentes, que entre si mantêm ‘semelhanças de família’, práticas de resistência e dissimulação, táticas e estratégias de ocultamento e negação” .

Desse modo, podemos perceber que o posicionamento que as mulheres marisqueiras possuem na atualidade de inserção no mercado de trabalho formal, através de melhor qualificação profissional, pode representar sua perspectiva de que o poder público e a

sociedade civil devam lhes conceder maiores condições de permanecer na sua comunidade e continuar a afirmar sua identidade própria.

Sendo esta estratégia para adquirir maior autonomia, maior igualdade racial e de gênero, como processo transformador, em que elas como sujeitos de direito possuem condições de ser protagonistas de sua transformação social ampliando e garantindo sua atividade tradicional de subsistência como espaço diferenciado no mercado de trabalho formal.

A participação destas mulheres marisqueiras em processo reivindicatório foi comentado pela Diretora da Creche na comunidade, ao afirmar que as mulheres da comunidade são guerreiras, sempre batalharam para educar os filhos, catando o marisco muitas vezes para comprar um caderno a ser utilizado pelos filhos na escola. Portanto, podemos considerar os discursos dessas mulheres até mesmo em suas manifestações políticas e culturais como único espaço concedido para manifestação de interesse em possuir autonomia entre diversas alternativas, em atividades tradicionais de subsistência para permanecer em sua comunidade. Podemos citar, como exemplo, a produção de alimentos artesanais como “cocada de coco queimado” feito na folha de bananeira, em que tivemos a oportunidade de observar uma jovem de 15 anos de idade retornando para sua residência, após tentativa de venda na localidade.

Segundo Pinho (2010), Abdias do Nascimento é o proponente dessa reapropriação do quilombo, afirmando como modelo de “práxis afro-brasileira” que ele chamou de quilombismo. Esta práxis enraizada na história de resistência, manifestada em vários níveis, é um programa político de ação transformadora. O quilombismo e outras intervenções intelectuais estratégicas empreendidas por Abdias põem em pauta a questão da identidade e da luta política em torno da representação e formação do sujeito político negro.

A resposta do movimento negro construiu-se através de uma ideia de identidade negra como conteúdo simbólico cultural. O quilombo não apenas como referência do passado, mas como continuidade e projeção para o futuro, com maior ampliação e garantia de direitos sociais e políticos em que a sua população é protagonistas deste processo transformador.

A ampliação de direitos e garantias para permanência de indivíduos em suas comunidades tradicionais, é oposição ao êxodo rural de mulheres jovens, pois ao saírem da sua comunidade, por não obter na sua atividade tradicional formas de inserção no mercado de trabalho formal, são remetidas a aumentar os índices de trabalhadores informais, fora da sua comunidade, sem garantia de direitos trabalhistas, como no discurso de Ianni (1992) a compor

um exercito de trabalhadores que facilmente serão descartados do mercado de trabalho, decorrente da conjuntura mercadológica competitiva de venda e compra da força de trabalho.

Portanto, as expressões culturais são políticas e não objetos de contemplação do passado. Pois essas podem ser o único espaço garantido para liberdades políticas que sempre foram negadas a população negra (Gilroy, 2001).

6.11 A jovem mulher marisqueira e o mercado do consumo

Em entrevista uma moradora afirmou que muitas mulheres quando querem comprar algo, vão até o mangue, após o beneficiamento do marisco coletado vendem e com o dinheiro compram material escolar para os filhos, roupa, alimento. Neste contexto o processo de circulação é característico de produção mercantil simples, M-D-M, ou seja, Mercadoria-Dinheiro-Mercadoria. Na mercadoria está embutida o seu caráter de valor de uso pela sua utilidade. A mercadoria é valor de uso porque cumpre a sua finalidade de suprir uma necessidade, sendo vinculada ao valor de troca. As mulheres marisqueiras são proprietárias dos meios de produção (meios e objetos de trabalho) que utilizam para alcançar sua finalidade de produzir mariscos prontos para comercialização e adquirir outros materiais para consumo próprio.

As marisqueiras mais jovens com idade entre 18 a 25 anos, ao serem questionadas de como gostam de gastar sua renda afirmaram:

“Eu gosto de ir para Barroquinha, em Salvador, Baixa dos Sapateiros, de ir para Feira de Santana, comprar roupa” (Flor de Lis). Esta marisqueira afirmou não possuir filhos.

“Eu tenho vergonha de dizer que gosto de gastar com roupa” (Alfazema).

Referente ao contexto de integração subordinada na modernidade entre centro e “periferia”, Pinho (2006) apresenta os aspectos de contradições existentes, entre aspiração ao consumo e integração subordinada à modernidade, proporcionada pela ampliação e acumulação do capital, em que jovens pela necessidade da integração social se lançam no

mercado do trabalho de forma subalternizada para possuir meios de se inserir no que é ditado no mundo do consumo.

Fora da sua comunidade, para inserção no âmbito moderno do consumo, as mulheres mais jovens de Santiago do Iguape tem se inserido em diversas atividades no mercado de trabalho, segundo relato do Coordenador do Centro de Referência de Assistência Social-CRAS, as mulheres mais jovens de Santiago do Iguape têm se inserido, na maioria das vezes, como empregada doméstica em outras cidades. Desse modo podemos compreender, de forma parcial, os resultados das análises dos dados que informam redução na participação de mulheres entre 18 a 25 anos de idade, na atividade de mariscagem na comunidade de Santiago do Iguape.

Podemos afirmar que esta saída da comunidade de Santiago do Iguape realizada por mulheres mais jovens podem representar inserção no mercado de trabalho em atividades informais, sem garantia de direitos trabalhistas.

Paixão e Gomes (2012) afirmam, que em 2006, segundo análise dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PnaD), o emprego doméstico neste ano era ocupado, na sua maioria, por mulheres negras.

Segundo Garcia (2006), a inserção da mulher no emprego doméstico é caracterizada por divisões de gênero, raça e classe, em que determinado segmento é inserido neste mercado de trabalho, na maioria das vezes de forma precária, em benefício de outras mulheres, para que esta, a empregadora, possa ser inserida em trabalhos mais especializados, remunerados fora de suas residências.

Figueiredo afirma (2008), que neste contexto de inserção da mulher negra em emprego doméstico há o discurso ambíguo de que a empregada doméstica faça parte da família. A saída de mulheres jovens de Santiago do Iguape para inserção neste mercado de trabalho poderá representar a dependência de moradia no próprio emprego doméstico, impedindo que se autodefinam como trabalhadoras e que obtenham a construção de uma consciência de classe.

Esses mecanismos discriminatórios em relação à inserção da mulher no mercado de trabalho, sem garantia de direitos trabalhistas, em emprego doméstico sem vínculo empregatício, ou vínculo temporário, é pauta de discussão sobre a transversalidade e transversalização de gênero. Segundo Vazquez (2010), a transversalidade de Gênero nas políticas públicas é entendida como proposta de elaborar uma matriz que permita orientar uma nova visão de competências e uma responsabilização dos agentes públicos em relação à

superação das assimetrias de gênero, nas e entre as distintas esferas do governo, assegurando uma governabilidade mais democrática e inclusiva entre às mulheres (BANDEIRA, 2004, apud VAZQUEZ, 2010). Esta transversalização do enfoque de gênero, segundo Guimarães (2010), passou a ser adotada como instrumento para a construção da equidade de gênero, que envolve o compromisso de governos na elaboração das políticas públicas. Segundo a autora, no mercado de trabalho informal são poucas as transformações que ocorreram, e o crescimento deste segmento tem sido acompanhado do crescimento em dificuldades para intervenção com políticas públicas que agreguem questões de gênero.

Ao discutir a concepção de transversalidade, Potti (1991) apresenta a problemática da não identificação de gênero em determinados movimentos sociais, dificultando desse modo, perceber o que a categoria gênero representa nestes espaços. (POTTI, 1991 apud GUIMARÃES, 2010). Portanto, podemos afirmar que também se torna problemática a não identificação de gênero em determinadas categorias no mercado de trabalho, perdendo a possibilidade de perceber as contribuições que a categoria de gênero representa nestes espaços.

Neste contexto, podemos perceber que há a necessidade de haver maiores visualizações acerca da heterogeneidade de gênero no mercado de trabalho informal, pois segundo pesquisa realizada por Paixão e Gomes (2012), em 2006 ainda existe o índice de diferenciação acerca da inserção da mulher no mercado de trabalho.

Segundo Sardenberg (2010), torna-se necessário avançar nos procedimentos e implementação de transversalização de gênero, julgando necessário construir categorias e indicadores para análise que desagreguem por sexo as atividades e seus impactos, afirmando que um dos principais alvos da política de equidade de gênero na contemporaneidade, é o reconhecimento e implementação dos direitos da mulher enquanto direitos humanos (SARDENBERG, 2006 apud VAZQUEZ, 2010).

Para Vazquez (2010) faz-se necessário analisar o termo mulher em duas dimensões: dimensão de sujeito individual e coletiva. Individual no contexto histórico, mas considerando sua subjetividade. Dimensão coletiva no sentido de considerar as categorias de classe, raça, geração, cultura e região. A autora considera fundamental a preservação da singularidade, ainda que inserida em uma dimensão coletiva para avanços em programas e políticas de transversalização.

Deste modo, segundo autores, o trabalho informal tem se tornado crescente no Brasil, necessitando tornar visível a participação da mulher, e compreender como essa participação

tem sido realizada. Esse recorte pelas categorias de gênero e raça se soma a de classe. Essas categorias não se excluem, mas para compreensão do contexto atual da sociedade brasileira no âmbito do mercado de trabalho, acerca da centralidade da categoria trabalho, esta torna-se uma totalidade em que esses complexos se articulam.

Alencar (2008) afirma que as pequenas unidades produtivas, ou seja, setor informal pauta-se na lógica de acumulação capitalista, pois com prática de terceirização, descentralização produtiva, desestabiliza o direito do trabalhador através da flexibilização das relações de trabalho.

Paixão e Gomes (2012) afirmam que em 2006 a mulher negra no Brasil obteve maior índice de participação em atividades de subsistência, e a População Economicamente ativa (PEA) Negra tinha maioria nas modalidades de emprego sem carteira assinada, participação em produção para o próprio consumo e não remunerada.

A mulher marisqueira que sai da sua comunidade a inserir-se em outra atividade fora da sua comunidade tentando inserir-se no mercado de trabalho poderá fazer parte de “uma superpopulação relativa”, como afirma Maranhão (2008), como uma massa proletarizada que vaga de emprego em emprego, servindo de força de trabalho barata e superexplorada, como, também uma população de desocupados duradouros que, espoliados dos meios de subsistência, servem como reservatório de força de trabalho para o capital ou como exército industrial de reserva. A essa reestruturação produtiva que força o indivíduo a sair da sua localidade para inserir-se em atividade estranha, pode consistir em destruição de identidades (BEHRING, 2008), uma vez que este impulsionado pela necessidade de adquirir meios de subsistência se insere no mercado de trabalho em que não mais será realizado pela práxis, mas pela alienação. Esta, segundo Netto e Braz (2009, p.45):

[...] é própria de sociedade onde têm vigência a divisão social do trabalho e a propriedade privada dos meios de produção fundamentais, sociedades nas quais o produto da atividade do trabalhador não lhe pertence, nas quais o trabalhador é expropriado - quer dizer, nas sociedades nas quais existem formas determinadas de exploração do homem pelo homem.

Quando não inserido neste mercado de trabalho em empresas, órgãos terceirizados, como prestadores de serviço, muitas vezes, sem vínculo empregatício, certamente irão participar do setor informal, os autônomos.

Segundo Alencar (2008), as políticas de apoio à estrutura das pequenas unidades produtivas, ou seja, setor informal potencializa a dinâmica do capitalismo atual. Pois este setor informal é alimentado pelo aumento dos níveis de desemprego e pobreza, o que torna favorável a incorporação da força de trabalho precarizado, desvalorizada, distantes dos movimentos sociais e sindicais.

6.12 Breves considerações acerca dos resultados dos dados coletados em pesquisa de campo

O trabalho como categoria central torna-se importante para compreendermos as relações sociais e a atividade econômica desta comunidade quilombola de Santiago do Iguape. Segundo Marx (2008, p.211):

O trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo - braços e pernas, cabeça e mãos -, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza.

Na análise dos dados coletados, em pesquisa de campo, podemos perceber que as mulheres inseridas em comunidades tradicionais, vivem desafios duplos, uma vez que almejam continuar em sua comunidade, porém as reduzidas possibilidades para continuidade das suas atividades podem levá-las, de forma diferenciada, ao mercado de trabalho fora das suas comunidades, em processo de integração subalternizadora.

Conforme dados dos RGP 2012, analisados em pesquisas do Governo Federal, há diminuição de participação de pessoas mais jovens nas atividades de pesca, este fator se torna importante apreendermos, diagnosticarmos, se é por falta de interesse em continuidade das atividades tradicionais, ou se somado a isto ocorre o êxodo rural. Desse modo, torna se relevante obter maiores conhecimentos acerca da participação da mulher nesta atividade tradicional, ou seja, categoria de pescador artesanal.

Fator que consideramos relevante pontuarmos, a invisibilidade da participação feminina na atividade da mariscagem, invisibilizada pela unificação da categoria pescador artesanal. A unificação da categoria não permite maiores aproveitamentos dos dados oficiais sobre essa atividade, que consideramos de relevância para manutenção dos manguezais na Bacia do Iguape, que concerne na sobrevivência de muitas famílias que pertencem ao perfil de pobreza ou extrema pobreza.

A mulher marisqueira conseguiu preservar as atividades de mariscagem até os dias atuais, em entrevistas relataram as adversidades que enfrentaram durante muitos anos dentro da sua comunidade para cuidar dos filhos e permanecer em sua localidade. No entanto, a escassez dos mariscos e peixes na bacia do Iguape se torna um desafio que ultrapassa a sua vontade de dar continuidade a esta atividade.

Em relatório do Ministério da Pesca e Aquicultura do Governo Federal, acerca dos dados do RGP 2012, a região Nordeste possui o maior número de inscritos na categoria pescador artesanal.

Esses dados tornam-se centrais na discussão deste trabalho monográfico por possibilitar a apreensão parcial da realidade das mulheres marisqueiras no Brasil em comparação com as mulheres de Santiago do Iguape quanto à inserção no mercado de trabalho pesqueiro e os desafios nele existente.

A invisibilidade nos dados da participação feminina com seus significados dificulta maiores possibilidades em ampliar viabilização de políticas públicas para essas mulheres inseridas nesta atividade e na sua permanência em sua comunidade.

Neste contexto de unificação da categoria de pescadores, as classificações permanecem entre a esfera masculino/feminino, sem a possibilidade de nos apropriarmos de maiores informações acerca do protagonismo da mulher nesta atividade. Estas informações poderiam favorecer maiores instrumentos para mediação em possíveis intervenções em políticas públicas direcionadas a este segmento (Sardenberg, 2010).

Iamamoto (2012) afirma, dimensões interventivas podem se materializar através da realização sistemática de estudos e pesquisas que revelem as reais condições de vida e demandas da classe trabalhadora, que possam proporcionar processo de formulação, implementação e monitoramento para política de Assistência Social.

Portanto, considera-se relevante através desta pesquisa pontuarmos as questões de gênero, classe e raça como categorias para apreendermos a realidade social, política e econômica não apenas de comunidades tradicionais, mas também da sociedade brasileira no

seu contexto de exclusão e/ou inserção de forma precarizada, subalternizada de trabalhadores neste contexto de capitalismo vigente no Brasil.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho objetivou-se apreender as particularidades da atividade de mariscagem, com implicações de gênero e raça para as mulheres de Santiago do Iguape em Cachoeira-BA bem como os desafios e possibilidades que há para inserção no mercado de trabalho formal, através da atividade tradicional de mariscagem e/ou de outras atividades que estas mulheres almejam se inserir.

No entanto, podemos perceber que autores contemporâneos apresentam alguns fatores que colaboram para diversos tipos de exclusão ou inserção subalternizadora para a população negra no mercado de trabalho, a exemplo, da transmissão intergeracional das desigualdades sociais, que neste contexto podem permanecer se não houver maiores pesquisas acerca das condições reais para permanência e ampliação de atividades tradicionais.

Desse modo, as implicações de raça e gênero são também definidoras deste processo de inserção no mercado de trabalho, principalmente quando estas mulheres almejam sair da sua comunidade a se inserir em atividades diferentes das que realizam em sua comunidade. O capitalismo visando ampliação do capital estrutura suas bases no racismo ambiental e no racismo contra mulheres que historicamente foram excluídas de participação plena de cidadania em vários espaços da sociedade, em ciclo justificado pela naturalização das desigualdades sociais que alicerçam as expressões da questão social no Brasil, necessitando, portanto, de intervenção humana na atualidade com políticas públicas que garanta igualdade racial, equidade, compreendendo a totalidade como a unidade de complexos com suas diversidades que interagem entre si, mas não podem se excluir.

São essas mulheres, sem alternativa, que saem de suas comunidades tradicionais de cidades pequenas do interior sem condições de competir para o mercado de trabalho “moderno” com melhores posições e salários, elas irão compor o exercito de reserva dos trabalhadores, em condições trabalhistas precárias, salários abaixo da média para sobrevivência, que dependerão exclusivamente das imposições do mercado que compra e vende a força de trabalho humana disponível.

Considerando relevante apresentarmos a categoria gênero como a que mais apresenta desigualdades nesta atividade tradicional de pesca e mariscagem, em Santiago do Iguape, conforme observamos nos resultados das análises dos dados coletados nesta pesquisa de campo. Em que as mulheres consideram o seu trabalho mais árduo, com maior jornada de duração, menor rendimento e limitações para expansão de sua atividade como atividade

vinculada ao trabalho formal. Desse modo, de acordo análises, muitas mulheres jovens tem dado preferência a se inserir em trabalho fora da sua comunidade, principalmente na categoria empregada doméstica.

Portanto, considera-se que a unificação da categoria pescador artesanal constante no Registro Geral de Atividades Pesqueiras não permite maiores detalhes da atuação destas mulheres nesta atividade. De modo, a não permitir maiores apreensões acerca das implicações de gênero e raça que estão inseridas nesta categoria de pescadores profissionais na modalidade artesanal.

Essa afirmação parte do resultado de uma pesquisa com método indutivo, ou seja, partindo do particular para o geral. Apreendendo a realidade social das mulheres marisqueiras de Santiago do Iguape para tentar compreender esse universo que é a atividade de pesca no Brasil, precisamente na Bacia do Iguape, na região do Recôncavo da Bahia. Conforme as análises dos dados coletados em Santiago do Iguape, não há grandes divergências com os resultados das análises dos dados do RGP (2012).

Neste contexto, a prática do assistente social como prática social compete apreender os processos históricos em seu movimento dialético no âmbito do mercado de trabalho, na contradição entre capital e trabalho que afeta mulheres que se autodefinem negras que estão sendo inseridas em categorias profissionais em que sua participação não é visualizada a permitir maiores intervenções.

Intervenções pautadas pelas três dimensões do fazer profissional do assistente social a serem: teórico-metodológica, ético-política, e técnico-operativa. Reconhecendo novas demandas, como afirma Iamamoto (2008), “a concepção do ‘novo’ no espaço profissional”, em recusa radical do pragmatismo, do conformismo, e dos voluntarismos que no passado afetaram a profissão.

Iamamoto (2008) afirma, a prática profissional do assistente social não poderá sucumbir em perspectivas deterministas, visão heroica e nem perspectiva voluntarista, a autora considera necessário que o profissional assistente social apreenda o movimento contraditório da prática profissional como atividade socialmente estruturada pelas determinações histórico- conjunturais. Na condição de compreender a participação popular como forma de expressão coletiva das classes subalternas traduzidas em lutas reivindicatórias por parte de determinados segmentos da sociedade brasileira compreendida em novos contextos históricos e conjunturais a serem objetos de intervenção do fazer profissional do assistente social.

Segundo Yamamoto (2008, p.109), a participação popular:

[...] engloba também as lutas reivindicatórias por melhorias parciais das condições de vida, que se refletem diretamente nas instituições governamentais, nas fábricas, nos campos, nos locais de trabalho. Essas manifestações, aparentemente isoladas, expressam a luta pela conquista dos direitos sociais e políticos: a luta para criar o espaço da cidadania do trabalhador [...].

Deste modo, torna-se relevante compreender as lutas reivindicatórias das populações de comunidades tradicionais pela ampliação dos seus direitos, quando quebram o silêncio da alienação do capitalismo, permanecendo e estruturando suas atividades tradicionais historicamente preservadas e repassadas, nos dias atuais, para seus descendentes.

Compreender os discursos de populações tradicionais, de movimentos sociais de mulheres, da população negra, requer identificar nestas manifestações ações de resistência, de contestação, a não se submeter aos ditames da alienação que o capitalismo propõe ao trabalhador, a continuidade de suas atividades tradicionais, da sua cultura são expressões de lutas reivindicatórias, atividades estas que englobam apropriação de objetivações, subjetividade, construção de identidade.

Sendo assim, foi de grande relevância a aproximação com a realidade social das mulheres marisqueiras de Santiago do Iguape pela importância da sua atividade, esta como mecanismo de sobrevivência, uma vez que compõe fatores econômicos do Recôncavo e desenha a realidade de muitas mulheres residentes próximas dos manguezais pertencentes à Bacia do Iguape. Mulheres que buscam políticas corretivas para ampliação de direitos e visibilidade de suas atividades.

Mulheres que almejam permanecer na sua comunidade com todos os símbolos e significados que são inerentes ao seu processo histórico vivido em sua comunidade, de modo que as mulheres mais jovens tenham interesse em estabelecer a continuidade de sua comunidade com todos os valores por esta preservados.

Os discursos que afirmaram o desejo de trabalhar na sua comunidade em serviços públicos, em melhorar o nível de escolaridade, demonstram a busca incessante por maiores possibilidades em inserção no mercado de trabalho formal dentro da sua comunidade.

Dessa forma, considera-se que foi relevante termos conhecido melhor as características das participações das mulheres no mercado de trabalho artesanal

através desta pesquisa de campo, pois, podemos perceber algumas peculiaridades deste trabalho artesanal, bem como expectativas e possibilidades de acessos ao mercado de trabalho formal para estas mulheres marisqueiras em suas comunidades tradicionais realizando suas atividades tradicionais.

8 REFERÊNCIAS

ALENCAR, Maria Torres de. As políticas públicas de emprego e renda no Brasil: do nacional desenvolvimentismo no nacional empreendedorismo. In: BEHRING, Elaine Rossetti.; ALMEIDA, Maria Helena Tenório de . (Orgs). **Trabalho e seguridade social: percursos e dilemas**. Rio de Janeiro: FSS/UERJ, 2008.

ARAÚJO, Ubiratan Castro de. A Baía de Todos os Santos: um sistema geo-histórico resistente. In: CAROSO, Carlos.; TAVARES, Fátima.; PEREIRA, Cláudio. (Org.). **Baía de Todos os Santos: aspectos humanos**. Salvador: EDUFBA, 2011.

ARNS, Dom Paulo Evaristo. **Brasil: nunca mais**. 11. ed. Petrópolis RJ: Vozes, 1985.

ARRUTI, José Mauricio. Quilombos. In: PINHO, Osmundo Santos de A.; SANSONE, Livio. (Orgs). **Raça: novas perspectivas antropológicas**. 2.ed. rev. Salvador: Associação Brasileira de Antropologia: EDUFBA, 2008.

AZEVEDO, Paulo Ormindo de. Recôncavo: território, urbanização e arquitetura. In: CAROSO, Carlos.; TAVARES, Fátima.; PEREIRA, Cláudio. (Org.). **Baía de Todos os Santos: aspectos humanos**. Salvador: EDUFBA, 2011.

AZEVEDO, Thales de. O advento da Petrobás no Recôncavo. In: BRANDÃO, Maria de Azevedo. et al. (Orgs). **Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição**. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado; Academia de Letras da Bahia; UFBA, 1998.

BANDEIRA, Fábio Pedro S de F.; BRITO, Ronan Rebouças Caires de. Comunidades pesqueiras na Bahia de Todos os Santos: aspectos históricos e etnoecológicos. In: CAROSO, Carlos.; TAVARES, Fátima.; PEREIRA, Cláudio. (Org.). **Baía de Todos os Santos: aspectos humanos**. Salvador: EDUFBA, 2011.

BRANDÃO, Maria de Azevedo. et al. (Orgs). Cidade e Recôncavo da Bahia. In: _____ **Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição**. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado; Academia de Letras da Bahia; UFBA, 1998.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra - reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. 2. ed . São Paulo: Cortez, 2008. p.113-123.

_____.; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

BERGER, Peter L. ; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Tradução de Floriano de Souza Fernandes. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1974. p. 126-147.

BRASIL. **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA**. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/>>:

BRASIL. **Instrução Normativa nº 57, de 20 de outubro de 2009**. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA, Brasília, DF, 21 out. 2009. Disponível em : <<http://www.palmares.gov.br/legislacao/>>.

BRASIL. **Decreto Nº 4887, de 20 de novembro de 2003.** Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, DF, 20 de nov. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm>.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (Senarc). **Guia de Cadastramento de Famílias Quilombolas.** 2. ed. Brasília, 2010.

BRASIL. Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Instituto de **Pesquisa Econômica Aplicada.** Brasília: Ipea, 2010.p16-29.

BRASIL. **MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA.** Boletim do Registro Geral da Atividade Pesqueira-RGP, Brasília, DF, 2012. PEREIRA, Armando J.C. Quixadá. et al. Fonte: Arquivo do MPA-Projeto Cia do Peixe/DF. Disponível em: <<http://www.mpa.gov.br>> Acesso em: 05 out.2013. 14: 47.

BRASIL. **INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE.** Disponível em:<<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/bahia/cachoeira.pdf>> Acesso em: 22 de outubro de 2013.

CALDWELL, Kia Lilly. **Fronteiras da diferença: raça e mulher no Brasil. Estudos Feministas.** CFH/CCE/UFSC, v. 8, n. 2, 2000.

CAROSO, Carlos ;TAVARES Fátima ; PEREIRA Cláudio . (Orgs.). Os contornos da Baía de Todos os Santos. In:_____ **Baía de Todos os Santos: Aspectos Humanos.** Salvador: EDUFBA, 2011.

CASTRO, Claudio de Moura. **A prática da pesquisa.** 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

COLLIN, Denis. **Compreender Marx.** Tradução de Jaime Clasen. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p.80-86.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Atribuições privativas do/a assistente social em questão.** CFESS, 2012. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/atribuicoes2012-completo.pdf>> Acesso em: 10 jan.2013.

COULON, Alain. **A Escola de Chicago.** Tradução de Tomás R. Bueno. Campinas-SP: Papirus, 1995.

CRUZ, Ana Paula. Uma breve descrição da comunidade remanescente de quilombo: Santiago do Iguape. In: PIRES, Antonio Liberac Cardoso Simões; CARDOSO, Lucileide Costa.; PEREIRA, Nuno Gonçalves. **Nas Margens do Tempo: Histórias em construção.** Curitiba: Progressiva, 2010. p. 95-120.Cultura Negra. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros do Recôncavo da Bahia.

DESLANDES, Suely Ferreira. O projeto de pesquisa como exercício científico e artesanato intelectual. In:_____.; MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.); ROMEU, Gomes. 28. ed . **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

ELIAS, Norbert. **O processo Civilizador: uma história dos costumes**. 2.ed. Tradução de Ruy Jungmann; revisão e apresentação: Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2011. 1v.

FERNANDES, Florestan. **A revolução Burguesa no Brasil: Ensaio de interpretação sociológica**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2006.

_____. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

FIGUEIREDO, Ângela. Gênero: Dialogando com os estudos de gênero e raça no Brasil. In: PINHO, Osmundo Santos de Araujo.; SANSONE, Livio. (Orgs). **Raça: novas perspectivas antropológicas**. 2. ed. rev. Salvador: Associação Brasileira de Antropologia: EDUFBA, 2008.p.237-256.

FILHO, Walter Fraga. **Encruzilhadas da Liberdade: Histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)**. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 2006.

FREYRE, Gilberto. O escravo negro na vida sexual e de família do brasileiro. In:_____. **Casa-grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 30. ed. Rio de Janeiro: Record, 1995.p.283-379.

GARCIA, Antonia dos Santos. **Mulheres da cidade d'Oxum**. Salvador: EDUFBA, 2006.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. 3. reimpr. São Paulo: Atlas, 2010.

GILROY, Paul. A escravidão e o Projeto Iluminista. In:_____. **O Atlântico Negro. Modernidade e Dupla Consciência**. São Paulo. UCAM/Editora 34, 2001.

GOMES, Romeu. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). et .al. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Cor e Raça: Raça, cor e outros conceitos analíticos. In: PINHO, Osmundo Santos de Araujo.; SANSONE, Livio. (Orgs). **Raça: novas perspectivas antropológicas**. 2.ed. rev. Salvador: Associação Brasileira de Antropologia: EDUFBA, 2008. p.63-82.

GUIMARÃES, Rosemeire Maria Antonieta Motta. **Estado e política ambiental em Sergipe (1972-2006)**. Aracaju: UFS, 2010. p.80-88. Fundação Oviêdo Teixeira.

GUIMARÃES. Iracema Brandão. Gênero e trabalho: desafios da intervenção nas atividades informais. In: ALVES, IVIA. Et al. (Orgs). **Travessias de gênero na perspectiva feminista**. Salvador: EDUFBA/NEIM, 2010.

HANCHARD, Michael. **Cinderela Negra?: Raça e Esfera Pública no Brasil**. Estudos Afro-Asiaáticos. n.30. Rio de Janeiro:[s.n] 1996 .Publicação do Centro de Estudos Afro-Asiático – CEAA. Conjunto Universitário Candido Mendes.Dezembro 1996.

HELLER, Agner. **O cotidiano e a história**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. 8.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

HERINGER, ROSANA. Igualdade racial como um projeto para o Brasil e perspectiva. In: _____; PINHO, Osmundo Santos de Araujo. (Orgs). **Afro Rio Século XXI: modernidade e relações raciais no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

HOFBAUER, Andreas. Raça se impõe. In: _____. **Uma história de branqueamento ou o negro em questão**. São Paulo: UNESP, 2006. p. 95-140.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e conservadorismo no serviço social**. 10.ed. São Paulo: Cortez, 2008. p.103-118.

IANNI, Otavio. (Org.); FERNANDES, Florestan. (Coord.). **Marx: Sociologia**. [S.l.], Ática, [1992]

_____. **Raças e classes sociais no Brasil**. 3.ed. rev. São Paulo: Brasiliense, 1987.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. 4.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LEVIN, Jack.; FOX, Alan. **Estatística para ciências humanas**. [Tradução Alfredo Alves de Farias; revisão técnica Ana Maria Lima de Farias]. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

LUKÁCS, Gyorgy. **Ontologia do ser social**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

_____. **O jovem Marx e outros escritos de filosofia**. Organização, apresentação e tradução de Carlos Nelson Coutinho e José Paulo Netto. Rio de Janeiro: UFRJ 2007. (Pensamento crítico; v.9).

MARANHÃO, Cesar Henrique. Capital e superpopulação relativa: em busca das raízes contemporâneas do desemprego e do pauperismo. In: : BEHRING, Elaine Rossetti.; ALMEIDA, Maria Helena Tenório de . (Orgs). **Trabalho e seguridade social: percursos e dilemas**. Rio de Janeiro: FSS/UERJ, 2008.

MARX, Karl. ; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. Tradução de Luis Cláudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998. (Clássicos).

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**: livro I. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 25. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 211-231.

_____. **Para a crítica da Economia Política; Salário, preço e lucro; O rendimento e suas fontes: a economia vulgar**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os economistas).

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.).et.al. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: _____ **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez, 2002.

MULLER, Cintia Beatriz. **Comunidade Remanescente de Quilombos de Morro Alto: uma análise etnográfica dos campos de disputa em torno da construção do significado da identidade jurídico-política de “remanescentes de quilombos”**. Dissertação (Doutorado em Antropologia Social)- Programa de Pós Graduação em Antropologia Social do Instituto de Filosofia e Ciências humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

NETO, Otavio Cruz. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). et .al. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós 64**. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2010. p.68-101.

_____. **Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil**. Serviço Social & Sociedade. São Paulo: Cortez. 1996. n.50, Ano XVII. Revista Quadrimestral de Serviço Social. p. 87-129.

_____.; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2009. (Biblioteca Básica de Serviço Social; v.1) p.15-105.

PACHECO, Tania. Racismo ambiental: expropriação do território e negação da cidadania. In: BAHIA (Estado). SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HIDRÍCOS. **Justiça pelas águas: enfrentamento ao racismo ambiental**. Salvador-BA. 2008. Série Textos Água e Ambiente.

PAIXÃO, Marcelo.; GOMES, Flavio. Histórias das diferenças e das desigualdades revistadas: notas sobre gênero, escravidão, raça e pós-emancipação. In: XAVIER, Giovana.; FARIAS, Juliana Barreto.; GOMES, Flavio.(Orgs). **Mulheres negras no Brasil escravista e do pós – emancipação**. São Paulo: Selo Negro, 2012.p. 297-311.

PINHO, Osmundo Santos de Araujo. **A Integração Subordinada: Raça e Gênero, Corpo e Consumo na Periferia do Rio de Janeiro**. In: Corporalidade, consumo, mercado Seminário Temático 43. Fazendo Gênero 2006. Florianópolis, 2006.

_____. Heróis ultramodernos: raça, gênero e modernização desigual na periferia do Rio de Janeiro. In:_____.; HERINGER, Rosana. (Orgs). **Afro Rio Século XXI: modernidade e relações raciais no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

_____. **O mundo negro: Hermenêutica Crítica da Reafricanização em Salvador**. Curitiba: Progressiva, 2010. Cultura Negra. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros do Recôncavo da Bahia.

PINTO, Luiz de Aguiar Costa: Laboratório de uma experiência humana. . In: BRANDÃO, Maria de Azevedo. et al. (Orgs). **Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição**. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado; Academia de Letras da Bahia; UFBA, 1998.

QUEIROZ, Lucia Maria Aquino. de.; SOUZA, Regina Celeste de Almeida.(Coods) **Caminhos do Recôncavo: proposição de novos roteiros histórico- culturais para o Recôncavo baiano**. Salvador: 2009. Programa Monumenta/UNESCO.

ROCHA, Julio Cesar de Sá da.; FILHO SANTANA, Diosmar Marcelino. Direito ao meio ambiente e efetivação da justiça ambiental das águas. In: BAHIA (Estado). SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HIDRÍCOS. **Justiça pelas águas: enfrentamento ao racismo ambiental**. Salvador-BA. 2008. Série Textos Água e Ambiente.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.(Coleção Brasil Urgente).

_____. **O poder do Macho**. São Paulo: Moderna, 1987. (Coleção Polêmica). p.5-64. 2010.

SANTOS, Claudia Monica dos. **Na Prática a teoria é Outra? :Mitos e Dilemas na Relação entre Teoria, Prática, Instrumentos e Técnicas no Serviço Social**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

SANTOS, Milton. A rede urbana do Recôncavo. In: BRANDÃO, Maria de Azevedo. et al. (Orgs). **Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição**. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado; Academia de Letras da Bahia; UFBA, 1998.

SARDENBERG, Cecília M. B. Da transversalidade à transversalização de gênero: aportes conceituais e prático- políticos. In: ALVES, Ivia. Et al. (Orgs). **Travessias de gênero na perspectiva feminista**. Salvador: EDUFBA/NEIM, 2010.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23ª ed. rev.atual. São Paulo : Cortez, 2007.

SILVA, Nelson do Valle. O esquema Analítico e a classificação ocupacional. In:_____.; HASENBALG, Carlos. (Orgs). **Origens e Destinos. Desigualdades Sociais ao longo da vida**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003. p. 37-54.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA-UFRB. Disponível em <<http://www.ufrb.edu.br/portal/>> . Acesso em 03.set.2013. 14: 20:00.

VAZQUEZ, Petilda Serva. Mulher e trabalho: um sujeito da experiência de realização. In: ALVES, IVIA. Et al. (Orgs). **Travessias de gênero na perspectiva feminista**. Salvador: EDUFBA/NEIM, 2010.

APÊNDICE

APÊNDICE A– Imagem 1: Associação Cultural e Artística de Santiago do Iguape.



Fonte: Pesquisa direta.

APÊNDICE B – Imagem 2: “Lima” meio de trabalho para retirada dos mariscos no manguezal.

O que você faz atualmente?
 a) Profissional
 b) Trabalhador
 c) Empregado
 d) Sem ocupação
 e) Outra ()

Onde você trabalha?
 a) Em casa
 b) Em estabelecimento público
 c) Em estabelecimento privado
 d) Em estabelecimento comunitário
 e) Outra ()

Como você começou a trabalhar?
 a) De 16 anos
 b) De 17 anos
 c) De 18 anos
 d) De 19 anos
 e) De 20 anos

Onde você vende o seu produto?
 a) Em casa
 b) Em estabelecimento
 c) Em feira
 d) Em restaurante
 e) Outra ()

Qual o preço dos produtos?
 a) De acordo com o mercado
 b) De acordo com a quantidade
 c) De acordo com a qualidade
 d) De acordo com a quantidade e qualidade
 e) De acordo com a quantidade e qualidade e preço de quem compra

Qual o instrumento de trabalho você usa para marisquear?
 a) Lima
 b) Rede
 c) Outro ()

Qual o tipo de proteção social?
 a) Não possui
 b) Possui ()

Qual o rendimento?
 a) Até 1/2 SM
 b) De 1 a 2 SM
 c) De 3 a 4 SM
 d) De 5 a 7 SM
 e) Mais de 7 SM

Qual o rendimento familiar?
 a) Até 1/2 SM
 b) De 1 a 2 SM
 c) De 3 a 4 SM
 d) De 5 a 7 SM
 e) Mais de 7 SM

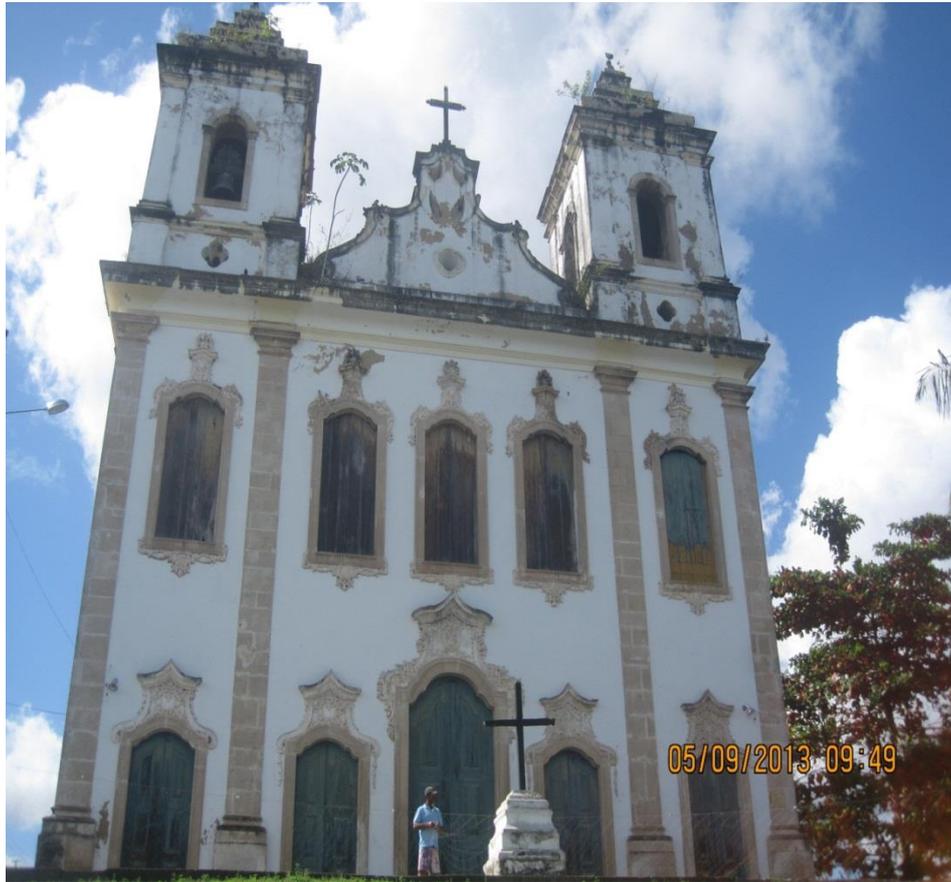
Qual a renda que tem a maior mulher marisqueira?
 a) De acordo com o mercado
 b) De acordo com a quantidade
 c) De acordo com a qualidade
 d) De acordo com a quantidade e qualidade
 e) De acordo com a quantidade e qualidade e preço de quem compra

Qual o motivo?
 a) Porque a pesca é mais vantajosa.
 b) Porque a pesca é mais vantajosa.
 c) Porque a pesca é mais vantajosa.
 d) Porque a pesca é mais vantajosa.
 e) Porque a pesca é mais vantajosa.

05/09/2013 14:26

Fonte: Pesquisa direta.

APÊNDICE C- Imagem 3: Igreja de Santiago do Iguape



Fonte : Pesquisa Direta

APÊNDICE D- Imagem 4: Ruínas da antiga fábrica de dendê



Fonte: Pesquisa Direta

APÊNDICE E- Imagem 5 : Cocada de coco queimado feita na folha da bananeira, outra atividade tradicional como fonte de renda.



Fonte: Pesquisa direta.

APÊNDICE F- Imagem 6: Anúncio na residência de mulher marisqueira.



Fonte: Pesquisa Direta.

APÊNDICE G- Imagem 7: Peixes postos para secar ao sol.



Fonte: Pesquisa direta.

APÊNDICE H - Imagem-8: Embarcações utilizadas por pescadores e marisqueiras no manguezal



Fonte: Pesquisa Direta.

APÊNDICE I- Termo de consentimento

TÍTULO DA PESQUISA: MULHERES MARISQUEIRAS: um olhar acerca dos desafios e perspectivas do trabalho feminino em Santiago do Iguape, Cachoeira-BA.

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia-UFRB-Curso de Serviço Social.

Eu __, declaro que estou ciente da minha participação na Pesquisa com o título acima citado que tem como objetivo principal avaliar a integração das mulheres marisqueiras de Santiago do Iguape ao mercado de trabalho.

A minha participação será registrada através da aplicação de um questionário, fotos e filmagens. Fica acordado que a minha identidade será inteiramente preservada e que as informações por mim fornecidas serão exclusivamente utilizadas para fim de pesquisa científica. Os resultados do estudo serão divulgados em congresso, publicações científicas e/ou publicações de modo geral.

Estou ciente que se trata de uma atividade voluntária e que a participação não envolve remuneração. Tenho total liberdade de não responder a determinadas questões, tirar dúvidas durante o processo de estudo, excluir do material da pesquisa informação que tenha sido dada ou desistir da minha participação em qualquer momento da pesquisa, exceto após a publicação dos resultados. Também posso recusar este consentimento, informando aos pesquisadores, sem prejuízo para ambas às partes a qualquer momento que eu desejar.

Após ter lido e discutido com a pesquisadora os termos contidos neste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, concordo em participar da pesquisa. A minha participação é formalizada por meio da assinatura deste termo.

Comunidade Santiago do Iguape, Cachoeira-BA, ____/____/2013.

Participante-Assinatura:_____

Nome completo_____

Pesquisador Assinatura_____

Nome completo: SIMONE PINHEIRO DOS SANTOS SILVA SOUTO

APÊNDICE J – Filmagem realizada na comunidade de Santiago do Iguape, Cachoeira-BA.

Fonte: Pesquisa Direta.

APÊNDICE L- Questionário sócioeconômico das marisqueiras de Santiago do Iguape, Cachoeira-BA

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Centro de Artes Humanidades e Letras

Data: ____/____/ 2013.

Localidade: Comunidade de Santiago do Iguape , Cachoeira-BA

Entrevistadora: SIMONE PINHEIRO DOS SANTOS SILVA SOUTO

Perfil do entrevistado

Nome:

01-Endereço

02-Estado civil:

- a) Solteiro
- b) Casado
- c) Divorciado
- d) Viúvo
- e) União estável
- f) Outros

03-Faixa Etária:

- a) 18 a 25anos
- b) 26 a 40 anos
- c) 41 a 60 anos
- d) 61 a 65 anos
- e) + de 65 anos

03-Grau de escolaridade:

- a) Alfabetizado
- b) Não alfabetizado
- c) 1ª a 4ª série do ensino fundamental I (antigo primário).
- d) 5ª a 8ª série do ensino fundamental II (antigo ginásio)
- e) Ensino médio (2º grau incompleto)
- f) Ensino médio (2º grau completo)
- g) Ensino superior incompleto
- h) Ensino superior completo
- i) Pós graduação

Porque você estudou até esse período? _____

04- Como você se considera?

- a) Branca
- b) Parda

- c) Negra
- d) Amarelo
- e) Indígena
- f) Outros

05- A Senhora tem filhos?

Não Sim

06- Se sim, quantos?

07-Quantas pessoas residem com o Senhora?

08- Qual o grau de parentesco?

- a) Filhos
- b) Esposa
- c) Irmão
- d) cunhada
- e) mãe e pai
- f) outros

09-Situação do domicílio

- a) Próprio
- b) Alugado
- c) Invadido
- d) Cedido

10-Tipo de construção do seu domicílio?

- a) Adobe
- b) Tijolo
- c) Bloco
- d) Taipa

11-Tipo de iluminação utilizada no domicílio

- a) Rede pública
- b) Vela
- c) Lampião
- d) Outros

12- A água utilizada é:

- a) Tratada pela rede pública
- b) Filtrada
- c) Fervida
- d) Sem tratamento

13- O escoamento sanitário é:

- a) Esgoto da rede pública
- b) Fossa
- c) A céu aberto

14-Destino do lixo:

- a) Queima
- b) Coleta pela rede pública
- c) Exposto a céu aberto
- d) outros

15- Qual sua situação profissional?

- a) marisqueira
- b) pescadora
- c) pescadora/marisqueira
- d) funcionária pública terceirizada
- e) funcionária pública concursada
- f) Não trabalho
- g) Trabalha com carteira assinada
- h) Trabalha sem carteira assinada
- i) Autônomo, contribui com a previdência social
- j) Autônomo, s/ contribuir com a previdência social
- k) Aposentado
- l) Pensionista
- m) Outra

16- Qual a atividade econômica predominante na comunidade?

- a) Pesca ou Mariscagem
- b) Agricultura
- c) Pecuária
- d) Cerâmica
- e) Turismo
- f) Serviço público terceirizado
- g) outros

17- A partir de que idade começou a trabalhar?

- a) - de 16 anos
- b) + de 16 anos

18-Como a senhora vende o seu produto?

- a) de porta em porta
- b) via atravessador
- c) na feira
- d) restaurante
- e) outros

19-Como define o preço dos produtos?

- a) seguindo outras marisqueiras
- b) a partir do que necessita para sobreviver
- c) aceita o preço de quem compra
- d) outros

20-Quais instrumentos de trabalho você usa para mariscagem?

- a) rede
- b) as mãos
- c) fogão a gás
- d) fogão à lenha
- e) balde
- f) panela
- g) freezer
- h) embarcação
- i) vestuário de proteção
- j) protetor solar
- k) outros
- l) Outros instrumentos

21-Qual a sua renda individual?

- a) Sem rendimento
- b) Até 1/2 S M
- c) De ½ a 1 SM
- d) De 1 a 2 S M
- e) De 3 a 5 SM
- f) De 5 a 7 SM
- g) Acima de 8 SM

22-Qual a renda familiar?

- a) Sem rendimento
- b) Até 1/2 S M
- c) De ½ a 1 SM
- d) De 1 a 2 S M
- e) De 3 a 5 SM
- f) De 5 a 7 SM
- g) Acima de 8 SM

23- Quem você acha que tem a renda maior mulher marisqueira ou homem pescador?

- a) Homem, porque a pesca é mais vantajosa.
- b) Mulher
- c) Os dois

Por quê?

24-Você gosta de gastar sua renda com o quê?

- a) Alimento
- b) Roupas
- c) Internet
- d) Outros

25- Com a renda da mariscagem você consegue suprir essas necessidades?

- a) Sim
- b) Não

26- Você tem desejo de se inserir em outra atividade?

- a) sim
- b) não
- c) sim, porque a quantidade de marisco tem ficado escassa na bacia do Iguape.

Porquê?

27- Quais dificuldades para inserir no mercado de trabalho?

- a) Grau de escolaridade
- b) exigência de experiência
- c) Preconceito
- d) dificuldade de deslocamento
- e) outros

28- Se você conseguisse outra profissão continuaria mariscando?

- a) () Sim, quando houvesse tempo ou nos fins de semana.
- b) () não, abandonaria totalmente
- c) () Sim, como lazer
- d) () jamais abandonaria, manteria as duas fontes de renda.

29- Você gosta de mariscar/pescar? Por quê?

30- De que modo você se identifica com atividade de mariscagem?

31- O que representa a mariscagem para você?

- a) profissão
- b) trabalho
- c) Muito trabalho em um dia
- d) falta de outra opção
- e) trabalho desvalorizado
- f) trabalho honesto
- g) gosto de ir para “maré”
- h) submissão a natureza (meio ambiente, chuva, sol...)
- i) domínio sobre a natureza (meio ambiente)
- j)

32- Como aprendeu a mariscar?

- a) Indo para o manguezal
- b) Olhando outras marisqueiras
- c) Minha família me ensinou
- d) outros

33-Como você ensina a mariscagem para os mais jovens?_____

34-Você gosta da rotina de Mariscagem?

38. Quem marisca na maioria das vezes na comunidade?

- a) Mulher
- b) Homem

Porque?

39- Quem ensinou você a mariscar?

- a) Pai
- b) Mãe
- c) Amigos
- d) Aprendi sozinha
- e) outros

40- Enquanto você beneficia os mariscos, qual atividade realiza ao mesmo tempo?

- a) Cuido da casa
- b) Cuido dos filhos
- c) Cuido de algum familiar
- d) outras

41- Quem você leva para aprender a mariscar?

- a) Meninos
- b) meninas
- c) meninos ou meninas

42- Na atividade de pesca quem você acha que tem mais vantagens/benefícios/privilégios?

- a) Homem
- b) Mulher
- c) os dois

Por quê? _____

43-Quantas horas você trabalha na mariscagem e beneficiamento?

- a) 8 horas
- b) 6 horas
- c) 4 horas
- d) Quanto tempo precisar

44-Quem fica mais tempo trabalhando?

- a) Homem
- b) Mulher
- c) Os dois

Por quê?_____

45- A atividade de mariscagem é

- a) Atividade feminina
- b) Atividade masculina

- c) Atividade masculina e feminina

Por quê?_____

46-Qual a diferença entre pescadora e marisqueira?

- a) marisqueira apenas marisca e beneficia
- b) marisqueira marisca e pesca
- c) pescadora apenas pesca
- d) pescadora pesca e marisca e beneficia
- e) nenhuma

47-Qual a diferença entre trabalhar na mariscagem no mangue (terra) para quem vai para a maré?

Tem algum significado/diferença?

- a) o mar representa perigo/homem
- b) terra/mangue representa segurança/mulher
- c) terra e mar tem o mesmo significado para o trabalho serve para homem/mulher

48-Você já sofreu alguma discriminação por conta da atividade de mariscagem?

- a) Sim
- b) Não

Se houve como foi?

49-Quais as condições que o poder público oferece para você exercer sua atividade de mariscagem?

- a) Oferece cursos de capacitação
- b) Incentivo público
- c) Outros

50-O que você considera importante para você ter acesso ao mercado de trabalho na sua comunidade?

- a) Mais cursos profissionalizantes na comunidade, acerca das atividades existentes na comunidade
- b) Mais ofertas de serviços públicos dentro da comunidade exercido por moradores como: educação, saúde e outros.